

PRÁTICAS
SEMIÓTICO-DISCURSIVAS
TEXTO E IMAGEM NA (RE)CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES

PRÁTICAS
SEMIÓTICO-DISCURSIVAS
TEXTO E IMAGEM NA (RE)CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES

Alessandro Tatagiba
Carina Lima
Denize Elena Garcia da Silva
Flaviane Faria Carvalho
Inês Conde
Mara Cristina Freitas-Escórcio
Neyla Graciela Pardo Abril
Risalva Bernardino Neves
Viviane Faria Lopes

T H E S A U R U S

© by Denize Elena Garcia da Silva – 2019

FICHA TÉCNICA

Concepção da capa
Sandra Campêlo

Revisão
Denize Elena, Sandra Campêlo e Marcus Lunguinho

Editoração eletrônica e arte final da capa
Cláudia Gomes

ISBN: 978-85-409-0465-1

P912 Práticas semiótico-discursivas – texto e imagem na (re)construção de identidades / Organização Denize Elena Garcia da Silva. – Brasília, DF : Thesaurus, 2019.

267 p. : il. : color

Textos de vários autores com dados biográficos.

Inclui bibliografia.

1. Língua e Semiótica Social. 2. Discursos e identidades. 3. Análise de Discurso Crítica. Discurso multimodal. 4. Pobreza, I. Silva, Denize Elena Garcia da (Org.)

CDU81.42(81)

Ficha catalográfica elaborada por Iza Antunes Araujo CRB1 - 079

*Ao meu Roberto por ontem, hoje e sempre.
À Roberta Elena e à Rita de Cássia Flor pelo presente.
A cada Paulo da minha vida pelo futuro.*

Agradecimentos às Editoras

Agradeço às editoras responsáveis pelos periódicos científicos, destacados abaixo (em negrito), pela licença oficial e o incentivo amigo para a publicação, em forma de capítulo, dos seguintes textos.

O discurso de Carlota Mello em um único ato: o *ethos* feminino antes da guerra, artigo publicado pela UnB, em **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 19 (2), p. 156-177, 2018.

Política de identidades e desigualdades sociais: pobreza no contexto brasileiro pós-ditadura, artigo publicado pela **Revista da ALED**, vol. 15(2), p. 201-219, em 2015.

Discurso da exclusão na geografia de Brasília – DF, artigo publicado pela UnB em **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 14, número especial, p. 128-146, 2013.

Discurso e reforma agrária em alguns textos institucionais do Brasil, artigo publicado pela UnB, em **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 14, número especial, p. 192-211, 2013.

Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade, artigo publicado pela **Revista da ALED**, vol.12 (1), p.07-29, em 2012.

Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinar, artigo publicado pela UnB, em **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 11(1), p. 66-90, 2010.

Denize Elena Garcia da Silva

Brasília, março de 2019

AGRADECIMENTOS EM FORMA DE BREVES RELATOS

Minha gratidão ao co-autor *Alessandro Tatagiba*, meu ex-orientando no Curso de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, e o primeiro a aderir ao projeto “Meu nome, minha identidade”, voltado para pessoas da 3ª idade na Cidade da Estrutural.

Meus agradecimentos às co-autoras, *Mara Cristina Freitas-Escórcio*; e *Carina Aparecida Lima*, minha inesquecível orientanda de doutorado, bem como minhas atuais orientandas em fase final de doutoramento, *Risalva Bernardino Neves*, *Viviane Faria Lopes*, e *Sandra Rodrigues Sampaio Campêlo*, não só pelo compromisso, seriedade e engajamento de cada uma ao longo dos projetos que levei a cabo na minha vida acadêmico-científica, mas, sobretudo, pela parceria amiga, a exemplo de *Viviane Vieira*, a quem tive o privilégio de orientar desde o Mestrado até o Doutorado.

Ressalto também os nomes de duas jovens linguistas que, atualmente, despontam no cenário internacional dos estudos semióticos. De um lado, *Flaviane Carvalho* (UNIFAL-MG) e, de outro, *Inês Conde* (IPL-Portugal). Ambas aceitaram meu desafio para resgatarmos um minicurso que ministramos em parceria, junto ao Departamento de Língua Inglesa na Universidade de Lisboa, há exatamente dez anos. No verão de 2009, durante meu estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa, o professor *Carlos Gouveia*, que me recebeu com o carinho imenso dispensado a todos os seus *guests*, abriu-me espaço em seu Seminário de Pesquisa para que eu oferecesse, naquela casa máxima de estudos, um *workshop* mediado pelo arcabouço teórico seminal da

proposta hallidayana. Na 7ª Oficina de Trabalho sobre Linguística Sistêmico-Funcional, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (PT), tecemos um diálogo entre os estudos críticos do discurso, na voz de Fairrclough (2003), e a gramática visual, nas vozes de Kress e van Leeuwen (2006). Desde então, Flaviane e Inês representam para mim uma ditosa parceria, que sintetizo, aqui, através do famoso verso de Camões, “quantos mais mares houvera, lá chegara”.

Registro, por final, meus sinceros agradecimentos à professora *Neyla Graciela Pardo Abril* (IECO-Colômbia), não só pela parceria, mas, sobretudo, por me haver brindado com princípios éticos que tanto nos uniram, ao longo de oito anos, em nossa frutífera trajetória na Comissão Diretiva da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED). Fidelidade, sinceridade e respeito ontem, hoje e por toda a vida, Doña Neyla.

Denize Elena Garcia da Silva
Brasília, março de 2019

SUMÁRIO

Prefácio

Isabel Seara..... 13

Apresentação

Sandra Campêlo e Marcus Lunguinho 18

I PARTE DISCURSO E IDENTIDADES

1 Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria

Denize Elena Garcia da Silva e Neyla Graciela Pardo Abril 23

2 Discurso e reforma agrária em alguns textos institucionais do Brasil

Carina Aparecida Lima e Denize Elena Garcia da Silva 47

3 Discurso da exclusão na geografia de Brasília - DF

Alessandro Tatagiba e Denize Elena Garcia da Silva 69

4 Discurso e pobreza na ausência de escolhas: a voz feminina de identidades perdidas

Viviane Faria Lopes e Denize Elena Garcia da Silva 89

II PARTE

PRÁTICAS SEMIÓTICO-DISCURSIVAS ENTRECruzADAS O TECIDO HETEROGÊNEO DA VIDA SOCIAL

- 5 Política de identidades e desigualdades sociais: pobreza no contexto brasileiro pós-ditadura
Denize Elena Garcia da Silva e Mara Cristina Freitas-Escórcio 117
- 6 O discurso de Carlota Mello em um único ato: o *ethos* feminino antes da guerra
Risalva Bernardino Neves e Denize Elena Garcia da Silva 143
- 7 Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade
Denize Elena Garcia da Silva e Viviane Vieira 175
- 8 Articulações semióticas e significados sociais: uma proposta de análise crítica do discurso multimodal
Denize Elena Garcia da Silva, Flaviane Carvalho e Inês Conde 203

PREFÁCIO

Isabel Roboredo Seara

O que é bonito neste mundo, e anima,
É ver que na vindima
De cada sonho
Fica a cepa a sonhar outra aventura...
E que a doçura
Que não se prova
Se transfigura
Numa doçura
Muito mais pura
E muito mais nova...

Miguel Torga, Antologia Poética

Atordoada com o convite para escrever o prefácio desta obra de vulto, ensaio refletir, em silêncio e com um oceano de distância, sobre as razões que subjazem a este repto, de enorme exigência e responsabilidade, para o qual a ousadia me escapa e a capacidade me falha, sentindo, porém, um dever de honrar a promessa de corresponder ao prestigiante convite e, sobretudo, o compromisso de deixar gravado, para a perenidade, nas páginas de abertura deste livro, o meu enorme tributo de gratidão à professora Doutora Denize Elena Garcia da Silva, hoje, Pesquisadora Colaboradora Plena da Universidade de Brasília e Presidente Honorária da Associação Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso.

Foi precisamente nesta associação que privámos e que construímos laços indeléveis de amizade, tendo sentido o seu apoio incondicional, de extrema lealdade e generosidade, ao apoiar as minhas causas, de uma simples linguista de Portugal que, ousadamente, queria tecer pontes, no âmbito dos estudos discursivos, conhecer os mais reputados especialistas latino-americanos, tendo tido o privilégio de, pela sua mão, privar de perto com ilustres investigadores, entre os quais me permito destacar os Professores Teun van Dijk e Neyla Graciela Pardo Abril e, ainda, o querido e saudoso amigo Professor Lésmer Montecino.

Do longo e reputado percurso académico, de docência e de pesquisa, da Professora Denize Elena muitos colegas e amigos brasileiros saberão recensear, muito melhor do que eu, os seus múltiplos e ambiciosos projetos, os inúmeros livros e artigos em revistas de renome internacional, pelo que, cingir-me-ei apenas a meia-dúzia de palavras que, em minha modesta opinião, comprovam o enorme legado que temos em mãos.

Se atentarmos nos títulos das publicações conjuntas que constam deste volume, percebemos, de imediato, a assunção da escolha de algumas palavras que evidenciam claramente as suas preocupações com os valores da sociedade em que vivemos, as reflexões linguísticas, mas também éticas e sociais, que retratam a postura comprometida com o outro, com a sociedade. Ao escolher a tríade “*vulnerabilidade, desigualdade e pobreza*”, presentes em diferentes títulos das publicações da organizadora/autora vemos claramente enfatizada a necessidade de revelar injustiças, o ensejo de identificar fatores de dominação, de marginalização, de exclusão, no ensejo de, com base nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso - área em que é indubitavelmente uma das maiores cultoras brasileiras - denunciar paradoxos e incongruências, pondo o dedo na ferida dos problemas sociais que se perpetuam na contemporaneidade. Ora, entendendo a linguagem como um modo privilegiado de representação social

“language as social practice” (Fairclough/ Wodak 1997) e considerando que as posições ideológicas e as relações de poder são fruto das práticas discursivas, entende-se a relevância dos estudos crítico-discursivos para mostrar e combater silêncios e não-ditos deliberadamente encobertos, para denunciar formas de atuação hegemónica e de distribuição desigual do poder, de exploração e de exclusão, para mitigar gestos indiferença, não sendo vã a escolha das mulheres, dos idosos, das crianças e dos adolescentes desfavorecidos, como igualmente comprovam os títulos dos trabalhos colaborativamente desenvolvidos e aqui apresentados.

Emergem, pois, como cruciais, por antonímia, as palavras “**força, justiça e riqueza**” que convictamente ressoam não apenas dos escritos, mas, sobretudo, da postura de vida da Professora Denize Elena. A **força**, a coragem de explorar discursos e práticas diferentes, dissonantes, sensíveis. A tenacidade de o fazer, com um entusiasmo contagiante, bem patente nas publicações individuais, com pares e com discípulos, fazendo escola, apanágio dos mestres. E os mestres não o são apenas pela sua obra. Os mestres são-no também, e sobretudo, pela imagem que se reflete nos que eles ajudaram a formar, nos seus alunos, mas ainda nos colegas, nos amigos e em todos nós que privamos com esta amiga de eleição.

A voz que permeia toda a sua obra é inquestionavelmente a da **justiça**, mostrando a todos os que consigo convivemos e às gerações vindouras que é possível mudar, assumir uma postura dinâmica, abrangente, universal, rompendo e desconstruindo representações simplistas e estigmatizantes e potenciando, ao invés, a inclusão, a valorização, através de estratégias de cortesia/polidez (estas que ambas privilegiamos e sobre as quais nos temos debruçado) e incentivando palavras e atos eticamente responsáveis. É essa a convicção com que sempre nos contagia e que configura uma enorme **riqueza**. O seu entusiasmo, a sua capacidade mobilizadora e de liderança, a sua singular probidade

de caráter, a sua convivialidade são presença indelével e especial no percurso de cada um de nós, seus colegas, amigos ou, simplesmente, leitores.

Esta é, pois, mais uma obra incontornável da autora que espelha o brilhantismo e originalidade das suas reflexões linguístico-discursivas, que sintetiza o seu contributo positivo e construtivo em prol dos estudos do discurso e que, sobretudo, nos ensina como se pode construir um percurso de vida profissional e pessoal inspirador, tecendo laços fortes entre as pessoas. Esta é uma obra com alma. Assim nós a saibamos ler e nela colher a inspiração e os ensinamentos.

Isabel Roboredo Seara

Lisboa, 25 de abril de 2019,
celebrando os 45 anos da Revolução de abril

APRESENTAÇÃO

Nesta obra, **Práticas semiótico-discursivas: texto e imagem na (re)construção de identidades**, a organizadora Denize Elena Garcia da Silva resgata trabalhos que abordam temáticas seminais em suas pesquisas. O livro encontra-se dividido em duas partes. A primeira, *Discurso, pobreza e identidades*, envolve reflexões voltadas para o fenômeno social de pessoas que vivem em situações de risco e de pobreza, com enfoque nos discursos que as marginaliza e as exclui, bem como as relações entre língua, literatura e realidade, com base na voz feminina silenciada. Na segunda, *Práticas semiótico-discursivas entrecruzadas: o discurso heterogêneo da vida social* discute as desigualdades sociais pós-ditadura, bem como a figura feminina antes da guerra. Os dois últimos capítulos dessa parte são dedicados às articulações semióticas que perpassam momentos políticos, bem como ao fenômeno da multimodalidade.

No primeiro capítulo, intitulado *Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria* Denize Elena, em ditosa parceria com a cientista social colombiana, Neyla Pardo, amplia a discussão em torno da questão social da pobreza com base em estudos críticos do discurso (ECD), sobretudo, os que relacionam a noção cognitiva de contexto com propriedades de gêneros discursivos, registros, estilos e retórica, inspiradas na proposta de van Dijk (2008). Ancoradas também nas ideias de Fairclough (2003), bem como de Marcuschi (2008), as coautoras ressaltam o discurso como prática social, colocando à baila, por meio da concepção metafórica de “selvas de exclusão social”, uma realidade que envolve a pobreza como uma problemática cultural na América Latina, de modo especial, no Brasil e na Colômbia. No capítulo 2, *Discurso e reforma agrária em alguns textos institucionais*

do Brasil, Carina Aparecida Lima e Denize Elena, também nos moldes dos estudos de Fairclough (2003), estabelecem um paralelo comparativo entre três textos institucionais referentes ao processo de seleção dos “sem terra”: a Norma de Execução Número 45 (de 2005), que dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária; o formulário de inscrição do candidato/a ao Programa; e o contrato de concessão de uso de uma unidade agrícola familiar. Os resultados apontam e denunciam características específicas do modelo de reforma agrária que está sendo implementado no Brasil, em termos da precariedade social.

No capítulo 3, *Discursos da exclusão na geografia de Brasília-DF*, Alessandro Tatagiba e Denize Elena Garcia da Silva desvelam marcas linguístico-discursivas de exclusão nas práticas sociais acerca da dinâmica geográfica do Distrito Federal como materialização de práticas sociais. Os autores analisam a relação entre práticas discursivas dialogicamente conectadas, que levam práticas sociais naturalizadas. O *corpus* do trabalho, composto por livros, reportagens e publicações institucionais acerca da história do Distrito Federal, configura os dados empíricos para a análise linguístico-discursiva, conforme os pressupostos teórico-metodológicos da ADC. Os resultados do estudo sugerem que as marcas de exclusão, presentes em textos de natureza documental, constituem uma constante em práticas sociais no âmbito do Distrito Federal.

Na sequência, e para encerrar a primeira parte do livro, Viviane Faria Lopes e Denize Elena assinam o capítulo 4, intitulado *Discurso e pobreza na ausência de escolhas: a voz feminina de identidades perdidas*. Ancoradas na Análise Crítica do Discurso (ADC), as autoras, sob a forma de um ensaio crítico, buscam traçar uma aproximação entre ficção e realidade, para discutirem a representação do silêncio feminino na recente obra literária, intitulada **Vox**, da escritora norte-americana, Christina

Dalcher (2018), que também atua na área da Linguística, junto à Universidade de Georgetown (Washington, DC). Nesse texto, Viviane Lopes e Denize Elena desvelam as facetas de um “discurso amordaçador” que permeia a sociedade, mediante disposição coletiva de estereótipos, além de indiciar formas que refreiam, ainda hoje, as práticas sociais da manifestação comunicativa da mulher. A verossimilhança entre os discursos das personagens da obra, bem como as ações comunicativas dos mesmos, pertinentes à realidade, aparece desdobrada nas entrelinhas do ensaio que as coautoras, enquanto linguistas engajadas, teceram com engenho e arte.

O capítulo 5, *Política de identidades e desigualdades sociais: Pobreza no contexto brasileiro pós-ditadura*, abre a segunda parte do livro. Denize Elena Garcia da Silva e Mara Cristina Freitas-Escórcio comparam as metas ideológicas tecidas por cinco chefes de Estado no contexto brasileiro pós-ditadura, em seus discursos de posse, nos quais os presidentes eleitos tangenciam, tão somente como plataforma política, o fenômeno social da pobreza e das desigualdades sociais. Os componentes de transitividade revelam uma tendência salvacionista e heroica como um traço recorrente que refere a intenção de cada presidente eleito em se distanciar de práticas de mandatários anteriores.

No capítulo 6, *O discurso de Carlota Mello em um único ato: o ethos feminino antes da guerra*, Risalva Bernardino Neves enfoca, em parceria com Denize Elena, o relato de uma enfermeira brasileira, colhido por Neves mediante uma das entrevistas realizadas por neves, junto a uma lúcida senhora de 104 anos, que serviu na Segunda Guerra Mundial como voluntária. O trabalho é parte de um projeto mais amplo voltado para a análise da construção de identidade(s) da mulher militar. Em forma de enlace com os estudos críticos do discurso, as autoras recorrem à teoria do posicionamento (DE FINNA, 2003) para construção do construção do *self* de uma protagonista social madura, que vivia

em um contexto de cultura onde a mulher da época ensaiava os primeiros passos em direção à igualdade de direitos.

No capítulo 7, intitulado *Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica do fenômeno multimodalidade*, Denize Elena Garcia da Silva e Viviane Vieira, apoiadas nos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática visual de Kress e van Leeuwen (1996), revelam traços da multimodalidade que, associados a análise de textos verbais, conduzem reflexões sobre a função da semiose e suas modalidades, seja na sustentação ou contestação de hegemonias, seja no complexo de lutas de poder, o que inclui relações de gênero social. As coautoras analisam três textos multimodais (uma publicidade dos Correios australianos; um cartaz de Portugal contra a violência doméstica; e uma manchete brasileira com foto jornalística), que configuram mulheres como participantes representadas junto a outros atores sociais.

Por fim, no capítulo 8, sob o título de *Articulações semióticas e significados sociais: uma proposta de análise crítica do discurso multimodal*, as autoras Denize Elena Garcia da Silva, Flaviane Carvalho e Inês Conde discutem, de maneira detalhada, uma série de peças que envolvem texto e imagem. Para tanto, selecionam 34 propagandas e se concentram em uma microanálise voltada para a área da semiótica social. As autoras ressaltam a convergência dos estudos da ADC com a gramática do *design* visual na análise de textos multimodais propagados pela mídia. As autoras se debruçam em textos de circulação mediática, com o olhar atento da construção semiótica, para desvelar a articulação entre imagens e informação verbal, o que costuma conduzir o leitor à construção de uma “visão particular da realidade”. A diversidade de gêneros textuais trabalhados, a exemplo dos demais capítulos, confere aos leitores uma amplitude da dimensão crítica de “texto e imagem na (re)construção de identidades”.

Sandra Campêlo e Marcus Vinicius Lunguinho e

I PARTE

DISCURSO, POBREZA E IDENTIDADES

1. Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria
2. Discurso e reforma agrária em alguns textos institucionais do Brasil
3. Discurso da exclusão na geografia de Brasília - DF
4. Discurso e pobreza na ausência de escolhas: a voz feminina de identidades perdidas

CAPÍTULO 1

MIRADAS CRUZADAS HACIA LA POBREZA DESDE UNA PERSPECTIVA CRÍTICA TRANSDISCIPLINARIA¹

*Denize Elena Garcia da Silva
Neyla Graciela Pardo Abril*

Introducción

“Selvas de exclusión” social en un mapa de la modernidad tardía

La noción de contexto

El género discursivo

Contexto, género y registro

Género y estilos

Género y retórica

Consideraciones finales

Introducción

El propósito de este capítulo es presentar y discutir desde una perspectiva transdisciplinaria, centrada en los Estudios Críticos del Discurso (ECD), aspectos teóricos que permitan ubicar el fenómeno de la pobreza articulado a la noción de género

¹ Publicado, originalmente, em *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 66-90, 2010.

discursivo². Si se parte del supuesto de que los discursos son acciones capaces de representar cuestiones fundamentales para las sociedades, entonces el proceso de representación y configuración de los asuntos colectivos incluye las representaciones sobre las situaciones y los actores implicados en el evento comunicativo, es decir, los contextos. Se considera que el género discursivo es un elemento relacionado con los “contextos de cultura”, donde se cruzan representaciones e ideologías que expresan proyectos de poder. Dado que la pobreza es una cuestión social compleja, desde la perspectiva de su representación discursiva se podría relacionar con la noción de “contexto de situación” (HALLIDAY; HASAN, 1989).

En el marco de estas nociones quedan representados algunos factores que determinan o que dan significado a lo que en el acto de comunicación se posiciona. En este sentido, el discurso de la pobreza puede incluir el conjunto de representaciones sobre la carencia de recursos simbólicos y materiales indispensables para la autorrealización social, así como las representaciones que dan cuenta del carácter identitario de los sujetos implicados.

2 Las autoras agradecen a Juan Ruiz, estudiante del Departamento de Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia y a Dra. Viviane Vieira, Profesora Adjunta del Departamento de Lingüística, Portugués e Lenguas Clásicas de la Universidad de Brasíla (UnB), por la colaboración de ambos en el desarrollo del presente trabajo. Ruiz es asistente de investigación y miembro del Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático. Vieira es investigadora formada y miembro del “Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades” (CNPq/DGP). Por supuesto, cualquier error en el ámbito de este estudio es de responsabilidad de las autoras.

“Selvas de exclusión” social en un mapa de la modernidad tardía³

Interesa hablar de “selvas” en un sentido metafórico, desde una realidad que pertenece a una problemática estructural en América Latina como lo es la pobreza, particularmente, en Brasil y en Colombia. Estos países tienen en común – además de ser parte de un mismo espacio geográfico y compartir la amazonía – la presencia de “selvas de exclusión”. Estas se entienden, en este trabajo, como escenarios de tensión permanente en los que se compite por los recursos simbólicos y materiales indispensables para vivir. Este concepto designa a las poblaciones que, por distintos factores socio-históricos, han sido marginalizados y excluidos del acceso a los recursos a los que tienen derecho en virtud su condición humana.

A este respecto Pardo Gil (2008, p. 19) señala:

Las personas en situación de pobreza extrema constituyen hoy la mayoría en el mundo. El 54 por ciento del planeta vive en situación de pobreza. Un triste record histórico para la humanidad que seguramente no aparecerá en el *Guinness*. Ahora bien, esa mayoría no está en Europa ni en Estados Unidos, sino en el llamado patio de atrás: África, América Latina y algunos lugares de Asia como la India.

Aunque los datos referidos sean relativamente recientes, las discusiones acerca del tema de la pobreza han generado controversia desde hace varios siglos. El concepto de pobreza, desde su génesis ideológica, se encuentra “articulado a distintos factores que van desde de lo mítico a lo religioso y desde allí al orden socio-político y económico” (PARDO, N. 2008, p. 21).

3 Para ampliar en el concepto de “selvas de exclusión” véase Pochmann y Amorin (2004).

Si se hace una aproximación a los conceptos que forman parte del campo semántico de la pobreza, articulados a factores simbólicos y materiales, se encuentran pares conceptuales que conllevan una pretensión de universalidad. Esto se evidencia en dicotomías tales como “pobreza y riqueza”, “igualdad y desigualdad” e “inclusión y exclusión”, entre otras. Lo que ha sugerido Silva (2007, p. 51), en el estudio “Identidades enfraquecidas *versus* ciudadanía cultural”, puede ser retomado para dar cuenta de las maneras en que se estabilizan significados sociales y sus efectos en la vida social: “mais do que pistas linguístico-discursivas que remetem a uma ideia de oposição, essas formas de expressão significan representações que fazem parte de nossa memória social”.

Las unidades léxicas asociadas con el concepto de pobreza son portadoras de significados que se han consolidado a lo largo de la historia. Estos significados vinculan la pobreza, la desigualdad y la exclusión con expresiones que indican ‘ausencia de libertad’. La carencia de libertades incluye, entre otros factores, la imposibilidad de acceder a ingresos suficientes, educación, salud, condiciones medioambientales sanas, empleo, cultura, participación política y, en general, capital social.

En sus estudios sobre vulnerabilidad y exclusión social Bruto da Costa (2006, p. 23), señala:

Como se sabe, a liberdade é hoje universalmente reconhecida como um direito humano fundamental. Nestas condições, o relacionamento da pobreza com a liberdade leva-nos a concluir que, pelo menos enquanto negação da liberdade, a pobreza configura *uma situação de negação de direitos humanos fundamentais/.../*. A relação da pobreza, em geral, e da fome, em particular, com a liberdade também serve para mostrar que a privação, mesmo quando seja apenas na forma elementar de privação alimentar, não é apenas material. Repercute-se noutras formas de necessidades humanas, materiais e imateriais.

En el contexto brasileño, son varios los estudios en ciencias sociales que han abordado la exclusión como fenómeno social. Porchmann y Amorin (2004) elaboran un estudio sociológico, en el que se incluyen datos de indicadores sociales y económicos, a partir de los cuales dibujan un mapa de la desigualdad y la exclusión en Brasil. Rocha (2005), antes de tratar de indicadores económicos, discute los conceptos de pobreza absoluta y pobreza relativa. Vincula la pobreza absoluta a la cuestión de sobrevivencia física y sugiere que la pobreza relativa se relaciona con las necesidades que giran en torno al modo de vida predominante en una sociedad. En estas dos nociones, da cuenta de las formas en que la pobreza y la desigualdad constituyen dos aspectos de un mismo problema.

Para el caso colombiano, se destaca el trabajo de Corredor (2004), que aunque reflexiona el problema de la pobreza desde la economía, articula tres perspectivas para su comprensión y análisis. La pobreza como un fenómeno vinculado a la dimensión material, como un acto de exclusión social sistemático, y como una condición eliminadora de potencialidades y derechos. Este breve panorama que puede extenderse a toda América Latina señala que el estudio sobre la pobreza no puede limitarse a la descripción de variables sociales expresadas en cifras, sino que debe articular tres dimensiones de las formas del proceder social: la exclusión, la inequidad y la discriminación.

La noción de contexto

Como se ha indicado, las reflexiones sobre el discurso de la pobreza incluye el conjunto de representaciones de las que dispone una comunidad para otorgar significado e interpretar lo que se expresa en relación con este problema social. La noción de contexto cobra relevancia, pues desde la perspectiva de van

Dijk (2007, 2008), hace énfasis en los aspectos pertinentes de la situación local y global de interacción tenidos en cuenta por los participantes en la situación de comunicación. La conceptualización de esta categoría ubica los elementos que la constituyen en el nivel cognitivo y, por lo tanto, en el nivel de las representaciones que los seres humanos elaboran en el proceso de la comunicación. Se supera la contextualización del plano de las descripciones fácticas de los elementos constitutivos de la interacción, para dimensionarlos en el plano cognitivo.

Los contextos son constructos mentales a través de los cuales los interlocutores y los analistas reconocen experiencias, percepciones, opiniones, conocimientos, puntos de vista y emociones en relación con la situación comunicativa. El contexto se origina en los modelos de experiencia⁴ y, en este sentido, es subjetivo. Simultáneamente, los contextos son representaciones sociales de las que disponen los participantes de la acción comunicativa, en relación con conocimientos comunes, actitudes e idearios propios de los grupos. Desde este punto de vista, son intersubjetivos y tienen la función de garantizar los grados de adecuación requeridos para que los entornos cognitivos y socioculturales se articulen en la interacción comunicativa, en consecuencia, tienen una función pragmática y semántica (VAN DIJK, 2008).

Em el ámbito de este trabajo, la teoría cognitiva del contexto permite reconocer las relaciones entre los diferentes sistemas cognitivos que se hacen evidentes cuando se expresa una comunidad en relación con los problemas que son definidos como relevantes. también permite identificar las condiciones en las que los discursos son apropiados, de acuerdo con situaciones

4 Por modelo de experiencia se entiende el conjunto de representaciones que un sujeto elabora en relación con su manera particular de relacionarse con el mundo. Para más información sobre este concepto véase van Dijk (1998).

sociales e intereses concretos. En este sentido, se puede afirmar que los discursos ponen en relación las representaciones de experiencias personales o subjetivas, y las representaciones que los participantes de un acto de comunicación, elaboran de las situaciones comunicativas concretas o intersubjetivas. Para los ECD las condiciones sociales involucradas y representadas en la comunicación, así como el conjunto de reglas semántico-pragmáticas, permiten identificar las relaciones de poder. Por lo tanto, las representaciones de la autoridad, el rol, la cortesía y el estatus, entre otras, operan sobre una base cognitiva y social. En consecuencia, son relaciones relevantes para interpretar los fenómenos sociales que se expresan y producen en el contexto.

Un principio fundamental de los ECD señala que las relaciones entre el discurso y la sociedad pueden ser reconocidas, por una parte, en el contexto, a través de la variación en todos los niveles de los eventos comunicativos y, por otra parte, a través de ciertas propiedades del discurso como el género, el registro y el estilo. Estas propiedades del discurso como práctica social contribuyen a dar cuenta de la forma en que se representan las situaciones comunicativas.

Analizar el género en el discurso sobre la pobreza se explica en la necesidad de comprender los modos recurrentes no sólo de “actuar y relacionarse con el otro”, sino además “actuar sobre el otro”, lo cual presupone la necesidad de discutir relaciones de género, poder e ideología. Como sugieren Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 96), “la cuestión de cómo dialogar e interactuar con otros que son diferentes, es casi tan urgente en las sociedades de la modernidad tardía como la pregunta respecto a quién soy yo o quién somos nosotros”.⁵ El conocimiento de las

5 Trad. libre - The question of how to dialogue and act with others who are different is quite as urgent in late modern societies as the question of who I am or who we are”. CHOULIARAKI y FAIRCLOUGH, 1999, p. 96).

propiedades del discurso, así como las representaciones meta-cognitivas, pueden constituirse en formas de mediación que, en determinadas condiciones, favorecen diálogos que tematizan la pobreza y la discriminación (SILVA, 2009). Es justamente el diálogo en favor de los excluidos lo que va a sustentar nuestras miradas cruzadas.

Como ha sugerido Marcuschi (2005), el papel de la actividad discursiva en el ejercicio del control social ocurre por medio del género. Desde muy temprano los seres humanos apropian culturalmente el uso de los diversos géneros y en el proceso de socialización aprenden a seleccionar los más adecuados a la situación de interacción en la que participan. Esto incluye, tanto el rol del lenguaje en una actividad social específica, como el tipo de actividad desarrollada, los temas correlacionados y las relaciones sociales (SILVA; RAMALHO, 2008, p. 21).

El género discursivo

El género discursivo se entiende como el conjunto de propiedades y recursos que permiten dar identidad o tipificar una expresión discursiva ubicada históricamente. Es una interacción o actividad comunicativa que entreteje propiedades, que pueden ser rastreadas en el registro, el estilo y la retórica, entre otras posibilidades lingüístico-discursivas. En la vida contemporánea estas expresiones discursivas se hacen cada vez más difusas y, por lo tanto, los discursos pueden tipificar géneros híbridos o difusos.

De acuerdo con Marcuschi (2008, p. 19), género es al mismo tiempo:

- una categoría cultural
- un esquema cognitivo
- una forma de acción y organización cultural

- una estructura textual
- una acción retórica

Cada uno de esos indicadores puede ser considerado como un aspecto de observación. Pero más allá de la complejidad que se pueda formular en la conceptualización de género discursivo, se mantiene vigente la manera como Bajtin (1985) desglosa esta categoría y la pone en relación con los factores que determinan el sentido del discurso, incluido en concepto de contexto, en la perspectiva aquí adoptada. Los géneros discursivos

[...] reflejan las condiciones específicas y el objeto de cada una de las esferas no solo por su contenido (temático) y por su estilo verbal o sea, por la selección de los recursos léxicos, fraseológicos y gramaticales de la lengua, sino, ante todo, por su composición y estructuración. Los tres momentos mencionados, contenido temático, estilo y composición, están vinculados indisolublemente en la totalidad [...] y se determinan, de un modo semejante, por la especificidad de una esfera de comunicación [...] (BAJTIN, M. 1985, p. 248).

Dado que interesa en este trabajo estudiar el género, de acuerdo con van Dijk (2008) y Marcuschi (2005, 2008), esta propiedad del discurso se entiende como un tipo de expresión, interacción, actividad verbal o evento comunicativo. El análisis de los géneros como acción social se centra en la explicación de las propiedades del discurso, observadas en la materialidad discursiva. Por lo tanto, se identifican fenómenos lingüísticos que se anclan en el uso gramatical o el registro, el estilo y la retórica. A través de estas propiedades discursivas es posible analizar y explicar los escenarios, los participantes (sus roles, identidades y relaciones), el tipo de actividad social involucrada (económica, política y religiosa, etc.) y su fundamento cognitivo (objetivos, conocimientos, creencias e ideologías). El análisis del género

implica reconocer aspectos que se hallan representados en el contexto.

Contexto, género y registro

En este estudio, se considera el registro como una realización del género. Ambos conceptos se encuentran dentro de la dimensión cognitiva del “contexto”. Desde esta perspectiva, el género es determinado por el contexto sociocultural, ubicado en un plan de “orden superior” (macro), mientras que el registro es determinado por el contexto situacional en una instancia local (micro) o de “orden inferior”, como sugieren Ghio y Fernández (2008, p. 54).

El concepto de registro frecuentemente se asocia con los usos del lenguaje, en relación con los diversos modos y situaciones. En la perspectiva de la Lingüística Sistémico Funcional –LSF–, la categoría registro es caracterizada en términos de tres componentes o variables contextuales: *campo*, *tenor* y *modo*⁶. De acuerdo con Meurer (2006, p. 168), “na LSF, estas três variáveis são vistas como responsáveis ou determinadoras do registro usado em um texto, isto é, a configuração de elementos lexicogramaticais convencionalmente usados na realização de uma determinada significação”.

El *campo* involucra el acontecimiento en curso, o la actividad en el proceso de realización. La denominación *tenor* concierne a los roles, así como a la interacción entre los participantes. El *modo*, por su parte, comprende el canal (fónico/gráfico), la modalidad (escrito/oral) y el medio (electrónico u otro) del texto. Las tres

6 Tanto en Brasil como en Portugal, la traducción de la palabra inglesa *tenor* es relaciones. Involucra los roles de los participantes, así como el proceso de interacción.

variables se encuentran asociadas a las metafunciones del lenguaje que se identifican en los textos: la *ideacional* (como proceso); la *interpersonal* (acto de habla); y la *textual* (mensaje) conforme sugiere Halliday (1994).

En el siguiente cuadro se sintetizan las relaciones entre las variables de contexto, las macrofunciones y las realizaciones lexicogramaticales.

| Registro (Variables de contexto) | Macrofunciones | Realizaciones léxico-gramaticales |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------------------|
| Campo | Ideacional | Transitividad |
| Tenor/Relaciones | Interpersonal | Modo y Modalidad |
| Modo | Textual | Tema y Rema |

Adaptado de Barbara y Macedo (2009, p. 91) por las autoras

En este apartado se ilustran las aplicaciones de los tres componentes de registro con el propósito de analizar y discutir estas variables contextuales. Para el análisis, se toman reflexiones presentes en el trabajo “Grammar of Visual Design”, de Kress y Leeuwen (1996), cuya propuesta parte de las macrofunciones del lenguaje de Halliday (1994). Una parte del *corpus* seleccionado para el análisis se retoma del espacio público en la ciudad de São Paulo. Comprende un soporte de género mediático, es decir, un *outdoor* que fue parte de la campaña de una empresa de publicidad, para celebrar el aniversario de la capital.⁷ El imagen, que constituye una pieza acoplada, involucra elementos de la variable contextual *modo*. Además del *outdoor*, se construyen

7 La pieza elaborada por la empresa publicitaria constituye una forma de protesta y una respuesta a la decisión del alcalde de la ciudad de São Paulo, cuya actuación respecto la contaminación visual culminó en la Ley N° 14.223. Esta Ley fue sancionada el 26 de diciembre de 2006, mediante la cual se exige retirar los *outdoors* del espacio capitalino.

múltiples discursos que se fusionan para elaborar un nuevo mensaje, cuyo *campo* de acción forma parte de lo que se puede caracterizar como “poder corporativo”. Este concepto hace parte de lo que van Dijk (2001, p. 40) denomina “discursos dominantes de una compañía comercial”, que para el caso del texto presentado corresponde al de una empresa publicitaria (Famiglia).

Se puede afirmar con Eggins y Martin (2000, p. 338) que “el contexto se introduce ‘en’ el texto debido a que influye sobre las palabras y estructuras que sus autores utilizan”. De esta manera, el tema de la pobreza está implícito en el texto como un “conocimiento supuesto”.



Fuente:<http://bp2.blogger.com/GGIC2yPPyV4/RilX79b0zkI/.jpg>

En la parte superior del imagen, el texto tiene una implicación ideológica compleja. Más que una protesta, exhibe una denuncia

y una crítica implícita, mediante la invitación en forma de apelación, formulada en la modalidad interrogativa por pares de enunciados. La acción verbal, que aparece en la posición de tópico, se encuentra en primera persona del plural, lo cual contribuye a la interacción con el lector potencial (*relación*). Las dos partes de la composición evocan la siguiente estructura textual (*modo*): real/ideal, lo que sugiere una sensación de contraste u oposición entre texto (mensaje ideal) e imagen (mensaje real), de donde se infiere una inversión de valores.

La sección superior (el texto en el *outdoor*) implica una apelación emocional, mientras la parte de abajo es más informativa, una vez que pone en evidencia la situación de los que viven en la calle. La presencia de la mujer en la escena tiene un doble rol: al mismo tiempo que figura como participante ‘afectada’, puede ser considerada como ‘meta’, en tanto sufre la acción ejecutada por el participante responsable por la composición texto/imagen. En síntesis, el texto/imagen en análisis sugiere una bidireccionalidad en términos de meta-función textual. En este proceso se entretajan valores ideológicos que refuerzan, por un lado, la intencionalidad de la entidad responsable del *outdoor* – la empresa *Famiglia*. Por otro lado, la foto como un todo indica una coherencia en términos de conexión semántica y pragmática entre texto e imagen. Por consiguiente, la composición pone de relieve la ruptura de la cohesión social, marcada por la pobreza en la calle.

Con base en la Lingüística Sistémico-Funcional, Kress e van Leeuwen (1996) sugieren un modelo teórico-metodológico para los estudios críticos de textos multimodales, o sea, textos que comprenden diferentes sistemas semióticos del lenguaje. La “gramática del lenguaje visual” nos permite describir e identificar *modos* culturalmente definidos. Es decir, cómo imágenes que se articulan en composiciones visuales son concebidas en términos de las mismas macrofunciones del lenguaje verbal (*ideacional, interpersonal y textual*). Como ocurre en el lenguaje

verbal, imágenes actúan como forma de representación, como intercambio de experiencia y como mensaje. Sin embargo, lo que en el lenguaje verbal es realizado, por ejemplo, por diferentes clases de palabras y estructuras semánticas, en el lenguaje visual se realiza por diferentes colores y estructuras composicionales.

El *design* visual como representación, relacionado con la variable del *campo* (metafunción ideacional), puede ser analizado a partir de dos tipos de estructura: narrativa y conceptual. Estructuras visuales que representan acciones, eventos, procesos de cambio y arreglos espaciales transitorios son consideradas *narrativas*. Mientras estructuras conceptuales comprenden participantes que no ejecutan acciones dentro de imágenes, son representados en términos de clase e identidad, es decir, desde sus rasgos y características atribuidas colectivamente.

Ahora bien, el material empírico aquí analizado comprende una imagen en que la mujer, aunque señala un movimiento con la mano, puede ser considerada solamente como participante de un tipo de estructura visual conceptual, esto es, como representante de una clase: “habitante de la calle”. Ella representa a un conjunto mayor de personas y familias que viven en situación de calle en la ciudad de São Paulo, Brasil.

Como enseñan Kress e van Leeuwen (1996), en la comunicación visual el tipo de interacción depende de la naturaleza del contacto visual establecido entre los participantes representados – es decir, personas, lugares y cosas que constituyen temas de la comunicación – y los participantes interactivos que participan de la comunicación. El *design* visual enfocado como intercambio de experiencia, de acuerdo a la macrofunción interpersonal del lenguaje, puede ser analizado según el contacto visual entre otras categorías. Asociadas a textos verbales o imágenes pueden sugerir demandas en intercambios de actividades, u ofertas en intercambios de conocimiento/información. En imágenes en las que participantes representados miran directamente hacia

el lector, vectores formados por la línea de los ojos conectan los primeros con el lector (*viewer*), participante interactivo. En esa configuración visual, el participante representado, de quien el vector (línea de la mirada de los ojos) emana, dirige hacia al participante en interacción y demanda algo con ello. El intercambio establecido, en este caso, es de actividad.

En las configuraciones visuales en las que el objeto de la mirada no es el lector, sino el participante representado que es observado por el *viewer*, no existe contacto directo entre participantes representados e interactivos. El intercambio es de conocimiento. Los participantes representados figuran como ítems de información, como si fueran objetos de contemplación. En el caso de la composición objeto de éste análisis, la mujer y los perros son representados como ítems de información. Esto indicia la estructura conceptual señalada anteriormente: la situación de la vida en la calle solamente como objeto de información de la publicidad (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

El *design* visual como mensaje, asociado a la macrofunción textual, puede ser investigado de acuerdo con el valor de la información. La ubicación de elementos visuales en las diversas zonas de una composición visual, implica valores de información específicos. La ubicación de la información hacia la derecha o hacia la izquierda tiene valores distintos de significación en la lectura occidental. Así, los elementos posicionados a la izquierda son representados como “valores dados”, es decir, como información ya conocida por el lector, que se articula al “tema” del lenguaje verbal. Los elementos ubicados a la derecha son representados como “valores nuevos”, lo que no es conocido por el lector, razón por la cual debe recibir más atención. En la composición objeto de estudio, lo “nuevo” es un texto ubicado en la parte inferior hacia la derecha, formado por un único complejo oracional, seguido del logomarca de la empresa, como si fuera una firma en una tarjeta que se envía a las personas en fechas especiales.

“*Tomara, mas tomara mesmo, que nos próximos aniversários o paulistano comemore uma cidade nova de verdade. Família*”.

Se trata de un mensaje cuya fuerza, además de una carga actitudinal de crítica implícita, conlleva una valoración de afecto y deseo, señalada por la topicalización de la expresión: *tomara* (Ojalá), una interjección cuya función sirve para apelar al interlocutor. La expresión es enfatizada en seguida *-mas tomara mesmo-*. De acuerdo con Martin (2010, p. 141),

[...] tenemos que tener presente que los sentimientos siempre son acerca de algo, siempre son actitudes interpersonales hacia la experiencia ideacional. Y la investidura de actitud sobre la experiencia tiene que ser manejada por etapas – por medio de recursos textuales – porque gestionar una comunidad (ideológica) es un proceso dinámico, que se completa a medida que el texto avanza, en una mirada de discursos que materializan la comunión de la vida cotidiana e institucional.

(MARTIN,2010, p. 141)

En este sentido, los recursos textuales utilizados hacen avanzar el enunciado en términos de metafunción interpersonal en la medida en que el mensaje desafía al *viewer* a compartir los deseos de ‘buena suerte’. Por medio de un discurso próximo al lenguaje cotidiano, el material publicitario se vale de la imagen para denunciar y defenderse. Además se utilizan elementos verbales para expresar una proposición que “gestiona” a la comunidad -los capitalinos-, articulada a una situación. Antes de sacar los *outdoors* de las calles (una acción que favorecería a los grupos dominantes), es necesario resolver la situación de las personas que, en situación de desposesión, habitan la calle. Esto puede contribuir a la garantía de uno de los derechos básicos previstos en la Ley Mayor – la habitación – e incentivar “la comunión de la vida cotidiana e institucional” a la vez.

Género y estilos

En este apartado, se asocia el estilo al género por medio de la noción de *ethos* discursivo. De acuerdo con Fairclough (2003, p. 26), se considera que los estilos implican la identificación de identidades personales o sociales. Se reconoce que los estilos pueden ser caracterizados también por una serie de rasgos lingüísticos. Un acercamiento a la forma del enunciado - *Tomara, mas tomara mesmo, que nos próximos aniversários o paulistano comemore uma cidade nova de verdade* - permite observar que se trata de un mensaje que señala el *ethos* discursivo de la empresa. El modo gramatical predominante es de declaración, aunque utilizada como fórmula de despedida. El vocabulario elegido sugiere la identificación social de la institución y su reacción contra una decisión que surge de instancias político-administrativas. Se observa la manera como son lexicalizados los sentimientos de deseo, sea en la expresión interjectiva ‘*tomara, mas tomara mesmo*’ (*ojalá, pero ojalá mismo*), o en la forma verbal en el modo subjuntivo (*comemore*), selecciones que reflejan el eje de la modalidad deóntica.

Al respecto, señala van Dijk (2003, p. 162), “el estilo puede definirse como el conjunto de propiedades formales del discurso que son una función de los modelos contextuales, como la lexicalización, el orden de las palabras y la entonación”. Por otro lado, al reforzar el diálogo entre los ECD con la LSE, ha sugerido Fairclough (2003) que un texto, además de involucrar simultáneamente las funciones ideacional, interpersonal (identitaria y relacional) y textual, debe ser considerado bajo el prisma de tres tipos de significados del discurso: como *acción* (por medio de géneros), *representación* (por medio de discursos) e *identificación* (por medio de estilos).

La identificación concierne a los principios éticos, es decir, a las relaciones de uno consigo mismo y con el otro. En este sentido, los estilos son maneras de identificación, que presuponen

identidades sociales o personales particulares, además de la retórica que puede configurarse en la utilización de un género discursivo específico.

Género y retórica

La utilización de un género discursivo específico es una decisión analizable en dos sentidos. Por una parte, desde el punto de vista de las propiedades socio-comunicativas de los actos discursivos, para establecer una determinada forma de interlocución a partir de la apropiación de maneras concretas de comunicar (estilos). Por otra parte, desde el punto de vista cognitivo, para analizar la importancia que puede tener la utilización de un género en relación con el valor que se le otorga a los acontecimientos, las acciones y los actores que son representados a través del discurso.

Desde el campo de los estudios críticos del discurso, los géneros discursivos indican qué información es importante o interesante, qué información es susceptible de ser topicalizada, cuales son los recursos y las estrategias discursivas válidas y cuáles son las claves nemotécnicas que deben ser utilizadas. Los diferentes géneros asumen funciones socio-comunicativas y cognitivas, en virtud de su especificidad y en función de las maneras en que contribuyen a movilizar representaciones sobre la realidad, que tienen efectos de poder.

Se integra al concepto de género una propiedad que permite rastrear lo que, en tradiciones lingüísticas distintas, se ha denominado tipo de texto o modo discursivo y que, como otras propiedades lingüístico discursivas, pueden aparecer fusionadas, contribuyendo a potenciar el género. La narración, la argumentación y la conversación son recursos que dan cuenta de tipos de estructuras del discurso, que contribuyen a definir las propiedades del género.

En cuanto a los recursos discursivos suelen utilizarse estructuras o estrategias retóricas que contribuyen a definir las formas de organización de los discursos, así como las maneras en que son condensados los significados. Desde un plano representacional, las estructuras retóricas que se implican en la utilización de determinados géneros discursivos, están relacionadas con el uso estratégico del lenguaje para focalizar ciertos aspectos que son representados como relevantes, o para minimizar asuntos que se constituyen en puntos de tensión en una sociedad. Los nexos entre género y retórica proceden del carácter puntual que adquieren los actos discursivos en una situación de comunicación; los recursos apropiados, las estrategias desplegadas y las formas puntuales de organización de la información en un discurso.

Las estructuras retóricas han sido estudiadas con frecuencia, para dar cuenta de los múltiples e innumerables artificios discursivos que se usan para dar ornamento a lo que se expresa, agrupados en los tropos y las figuras. Esta posición clásica se halla en trabajos desarrollados por Leech (1969), Todorov (1974), el Grupo μ , (1993), Albaladejo (1989) y en otra perspectiva, en los trabajos más recientes de van Dijk (1981), Dressler e Beaugrande (1981) y Eco (1983), entre otros. La retórica constituye en los ECD un asunto esencial si se tiene en cuenta que en los distintos niveles de uso lingüístico y semiótico, no sólo forma parte de los procesos que se implican para convencer o desempeñar una función argumentativa, sino que sirve al proceso de construcción de significado. Esto es posible dado que cada recurso o estrategia implicada en la construcción discursiva contribuye a representar de una manera particular el fenómeno al que hace referencia.

Es usual que en la interacción cotidiana, en la actividad comunicativa mediática y, en general, en todas las formas de expresión humana, se reconozcan los recursos y las estrategias que dan cuenta del propósito de quien se expresa: convencer, persuadir, seducir o engañar, entre otros. El uso de estos recursos y

estrategias retóricas puede contribuir a imponer un punto de vista o una manera de explicar la realidad, todo lo cual tiene efectos sobre la práctica de los actores sociales. Para ilustrar, se verifican las maneras en que los medios de comunicación, en particular la prensa, proponen a sus interlocutores, uno de los problemas más estructurales en América Latina.

La pobreza es representada haciendo uso de recursos como las metáforas. Este uso de la lengua sirve al propósito de naturalizar el problema social como en el titular “Cosecha de Pobreza e Indigencia”.⁸ Entre las múltiples inferencias que se derivan de una expresión como la de este titular de prensa, se establece que la pobreza es un vegetal, se cultiva, produce frutos, etc. Lo que se deriva de esta manera de representar la realidad es, por una parte, que la pobreza es un elemento constituyente de la naturaleza y, por otra parte, que sus frutos son un haber social.

En este caso, no solo se propone una representación limitada del fenómeno social, sino que al naturalizarlo y convertirlo en parte de las condiciones biológicas disponibles, se oculta la responsabilidad histórica, política y social que les compete a los actores sociales. Esta responsabilidad involucra elites políticas, económicas y culturales, que despliegan estrategias conducentes a ocultar las particularidades de un fenómeno colectivo que se ubica en el marco de estructuras sociales definidas en las correlaciones de fuerza de los actores implicados. Además, el sentido de abundancia desdibuja el carácter inequitativo y excluyente de los fenómenos de la pobreza y la indigencia.

Los discursos de la prensa pueden reforzar el carácter amenazante de un fenómeno social, cuando a través del uso de recursos retóricos minimizan, magnifican o espectacularizan, recurriendo al uso de expresiones hiperbólicas del tipo “En 2010, 39

8 El Tiempo.com, en 28 de agosto de 2003. Editorial-opinión. Abdón Espinosa Valderrama.

millones de pobres más”⁹. El parámetro es una cifra que argumenta el carácter verdadero, o por lo menos verosímil del dato. El sistema inferencial que se deriva de este titular permite identificar la transposición del problema social a una condición individual, a partir de lo cual se focaliza en la cantidad de personas que son representadas como pobres y no en la compleja problemática social de la pobreza. Además, el sentido de inseguridad que suscita esta expresión procede de la manera como en el mundo occidental se ha asociado el fenómeno con problemáticas tales como la delincuencia, la violencia, la suciedad, la hostilidad y, en general, el conjunto de condiciones valoradas negativamente y que constituyen puntos de tensión social.

Cada uno de los recursos retóricos usados en el proceso de producir significado, no sólo desempeñan la función semántica de representar de una determinada manera la realidad, sino que condicionan el proceso de interpretación. El conjunto de saberes implicados contribuyen a orientar la acción social. Además, los recursos retóricos desempeñan función pragmática cuando crean estrategias de adecuación discursiva, propiciando que los discursos no sólo sean más atractivos y se instalen de manera más fácil en la memoria, sino creando en el proceso de persuasión, relaciones simples no controvertibles, que se acercan a la experiencia social estabilizada. En consecuencia, el potencial nemotécnico de la utilización de los recursos retóricos se concreta en la estabilización de los saberes disponibles en relación con una problemática social, así como en la vigencia y relevancia de estos asuntos en la agenda pública.

En el titular “Escoja un pobre y sáquelo de pobre”¹⁰, la representación incluye, en primer lugar, la idea de que

9 El Tiempo.com, 01 de diciembre de 2009. Nación.

10 El Tiempo.com, 20 de enero de 2002. Editorial – opinión. Alfonso Llano Escobar, S.J.

quienes sufren pobreza deben ser expuestos a exhibición para ser seleccionados por otros. De esta manera, se propone una lógica de mercado y se objectualiza al ser humano que está en condición de pobreza. Esta racionalidad instrumental de tipo costo-beneficio se expresa en la posibilidad de satisfacer un deseo moral, que desconoce la alteridad de quienes se representan como medios para la satisfacción de los intereses de quienes tienen la posibilidad de elegir. En segundo lugar, la responsabilidad social es de orden individual y se sujeta a un ideario paternalista, que se ubica en el ámbito de lo privado. Esta lógica, además, incluye el sentido de la caridad, evocando principios morales como el altruismo, la benevolencia, la generosidad, la clemencia y la comprensión.

Lo que se deriva de esta forma de representar al pobre y a la pobreza, incluye la transferencia de la responsabilidad del Estado para garantizar las condiciones de dignidad y bienestar a la que tiene derecho todo ciudadano. A través de la estrategia retórica, se abroga la responsabilidad estatal a quienes desean o se sienten en obligación de asumir la tarea paliativa de atender alguna necesidad vital o básica de un ser humano. El efecto ideológico que de esto se deriva consiste en la reificación de la acción individual, y en la construcción de la expectativa de que es posible desde decisiones individuales disponer del destino de los pobres. Se elide el hecho de que la pobreza es un fenómeno relacional y, por consiguiente, que la responsabilidad de resolverla atañe al conjunto de los actores sociales. Además, se desconoce el hecho de que la superación de la pobreza, en tanto fenómeno social, implica la realización de reformas estructurales que alteren las formas en que los actores sociales acceden a los recursos simbólicos y materiales.

En el titular: “No saben planificar. Los hijos de la pobreza”, se hace evidente que lo que se expresa desde la perspectiva de quien representa la pobreza, dota al discurso de una gran carga de subjetividad y de posturas personales que introducen

elementos marcadamente valorativos. Lo que se infiere incluye no sólo la pobreza material, sino la cognitiva. Además, la valoración introducida alude a consideraciones éticas en torno a lo que se supone es responsabilidad de los sujetos referenciados. El titular propone la idea de que los pobres tienen ciertas características y que ellos son responsables de sus condiciones de vida. Estas condiciones se vinculan discursivamente, por una parte, al proceso reproductivo – con todas las cargas negativas que esto implica para la vida moderna- y, por otra, a su condición de ignorantes.

La falacia procede de la valoración propuesta y de la generalización, según la cual lo que se atribuye es inherente a ese grupo poblacional. El titular contribuye, por lo tanto, a reforzar el sentido de perpetuación e irresolubilidad del fenómeno, y desconoce que el problema del acceso a la educación se articula integralmente a las condiciones de vida, que una sociedad y que el Estado debe garantizar. La ignorancia de un grupo, por lo tanto, no procede de la responsabilidad de los individuos, sino de la ausencia de un conjunto de garantías para el acceso a los derechos. La representación que se deriva del titular constituye un recurso cognitivo que, en virtud de su potencial de circulación social derivado de la institucionalidad de la prensa y de la capacidad tecnológica para distribuir conocimiento, orienta prácticas sociales discriminatorias y excluyentes, que refuerzan la marginalización de sectores sociales cuya condición se explica a partir de referentes económicos, históricos, políticos y culturales.

Consideraciones finales

Como se ha venido indicando, las experiencias de grupo sociales, de instituciones y de las personas se representan en distintos tipos de modelos cognitivos de contexto, a través de

los cuales se organizan los saberes, las creencias y, en general, las maneras como los idearios compartidos se estructuran como ideologías. Los saberes que constituyen las ideologías son compartidos por los grupos y los miembros de cada grupo. Este fenómeno socio cognitivo explica por qué los grupos humanos se organizan en torno a valoraciones que incluyen evaluaciones positivas para sí mismos y el grupo del cual se forma parte, así como evaluaciones negativas que se expresan con frecuencia en prejuicios sobre los “otros” y sobre el grupo al que “ellos” pertenecen (VAN DIJK. 1999). Este fenómeno puede rastrearse en la actividad comunicativa.

En esta reflexión no se teoriza de manera amplia la noción de género en tanto categoría que contribuye a dar cuenta del contexto en su dimensión cognitiva. Se verifica que el género es una propiedad de los discursos que, entre otras características, permite reconocer su carácter híbrido, en la medida en que un género puede articular múltiples combinaciones de los rasgos distintivos de otros géneros. Además, el conjunto de propiedades que definen la tipicidad de un género procede de sus características contextuales: el escenario en términos espacio temporales; los participantes con sus roles, identidades y relaciones; el ámbito de la acción social, así como lo que se representa en términos de los saberes, las creencias y los propósitos comunicativos. De esta forma, se pueden reconocer las ideologías propuestas.

Los géneros comparten unas categorías que se instalan en la estructura discursiva y en el contexto. Los datos empíricos analizados, que se seleccionaron para el estudio y la discusión permiten afirmar que el discurso mediático representa, con relativa frecuencia, grupos sociales marcados por prejuicios y estereotipos, que contribuyen a discriminar y en ocasiones a profundizar el sentido de desigualdad social y de cierto modo, “naturalizar” la cuestión de la pobreza.

CAPÍTULO 2

DISCURSO E REFORMA AGRÁRIA EM ALGUNS TEXTOS INSTITUCIONAIS DO BRASIL¹¹

Carina A. Lima de Souza
Denize Elena Garcia da Silva

Introdução

Algumas considerações sobre *sem terra* e reforma agrária

Análise de Discurso Crítica (ADC) e gênero discursivo

Textos institucionais e reforma agrária

Considerações finais

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo estabelecer um paralelo comparativo entre três textos institucionais referentes ao processo de seleção dos *sem terra*. Trata-se de uma categoria social em busca de inserção em um projeto de assentamento, na expectativa de uso de uma unidade agrícola familiar. Há mais ou menos uma década, o Brasil passa por um processo de reforma

11 Publicado, originalmente, em *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. espec. p. 192-211, 2013.

agrária em virtude de políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Com isso, muitos projetos de assentamentos de terra têm-se materializado, mas de maneira precária.

Ocorre no Brasil, e se acentuou nos últimos 50 anos, uma luta permanente de pessoas à margem do sistema produtivo, os chamados *sem terra*, para poderem trabalhar e manter suas famílias com dignidade. “Desde o século XVI, com o sistema de sesmarias, passando pela concessão de terras devolutas instituídas em 1850, sempre houve no Brasil uma política de impedimento aos pobres, camponeses e indígenas de viverem em paz na terra” (MARÉS, 2003, p. 103).

Nesse processo de seleção, alguns textos institucionais (relacionados à normatização, à regulamentação e ao cadastramento) são utilizados. Desses, foram selecionados os seguintes para a análise neste trabalho: a Norma de Execução Número 45 (de 25 de agosto de 2005); o formulário de inscrição do candidato/a ao PNRA; e o contrato de concessão de uso de uma unidade agrícola familiar. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa) realizada com dados documentais.

Os três textos serão analisados com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC), nos moldes de Fairclough (2003). Os diversos usos da linguagem materializam representações sociais das pessoas que os produzem. Neste sentido, os gêneros discursivos de cada sociedade produzem significados e estabelecem relações através dos textos ou discursos neles veiculados. A performancedelesse constitui como forma de ação social e lhes concede a possibilidade de serem (re) estruturadores de culturas.

Algumas considerações sobre *sem terra* e reforma agrária

Em meio a lutas e pressões populares no que se refere ao uso de terras no Brasil, foi criado o Estatuto da terra, de 1964, que humanizou os contratos, impediu velhas práticas semifeudais e pós-escravocratas, estabeleceu mecanismos de correção das injustiças sociais agrárias através da desapropriação, mas não alterou o conceito de propriedade privada da terra (MARÉS, 2003). É fato, de qualquer forma, que o Estatuto da terra trouxe mais normatizações para a questão da terra no Brasil e muitos assentamentos foram criados. A desapropriação depende, porém, do poder político do Estado e da interpretação dos tribunais, sendo uma reafirmação da plenitude do direito de propriedade. Além disso, o artigo 2º. do Estatuto da Terra (Lei no. 4.504, de 30 de novembro de 1964), em seu parágrafo primeiro, estabelece que:

A propriedade rural da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Assim, o Estatuto da terra, em seu Artigo 2º, não tem finalidade de acabar com o latifúndio e promover uma alteração na estrutura agrária brasileira, fazendo com que muitos possam produzir, mesmo que pouco, para a sobrevivência da família. O que o Estatuto garante é a produtividade da terra, não importando quem detenha sua propriedade. Há a reprodução de um modelo segundo o qual poucos podem vir a controlar grandes extensões de terra, desde que produzam, restando à maioria lutar pelo acesso

a uma pequena porção de terra. Isto é, a luta por sobrevivência e dignidade existe, mesmo com a ocorrência de uma política pública sobre reforma agrária.

Além do mais, há o fenômeno dos *sem terra*, suas organizações e práticas, mas pouco se investigou sobre as condições de vida a que estão submetidas quando se inscrevem no PNRA. Dessa forma, a construção do pensamento crítico, através do conhecimento das facetas do uso da linguagem escrita, é uma estratégia para que os assentados tenham condições de lutar por melhores condições de vida nos assentamentos.

Análise de Discurso Crítica (ADC) e gênero discursivo

A ADC busca mecanismos, através de usos da linguagem e suas práticas, para dar melhores condições de vida a um grupo à margem da sociedade. Como explicita Silva (2012, p. 227):

Na vertente crítica, enquanto analistas de discurso, cientes da variabilidade entre práticas e heterogeneidade, bem como entre processos de mudança histórica, conduzimos pesquisas linguísticas em torno de temas que vão desde práticas discursivas de natureza educacional, política, jurídica, como também midiática, passando pelas implicações de poder, ideologia e identidades sociais do mundo pós-moderno até questões de luta e conflito social.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a linguagem em tempos atuais tem sido concebida, a partir de várias perspectivas de análise, como a responsável pela interação entre o homem e a sociedade. Esse fato faz com que o uso dela promova a constituição, a propagação e a transformação de crenças e valores em nossa sociedade. Os usos da linguagem são concebidos como prática social.

Em vista disso, a ADC compromete-se com o exame dos aspectos discursivos da mudança social na modernidade tardia,¹² cotejando investigar de forma crítica como as relações de poder são expressas e legitimadas através da linguagem. Neste sentido, Fairclough (2001) concebe a linguagem como um processo constituído por um contexto sócio-histórico e cultural e por isso a compreensão da esfera pública através dos diálogos produzidos por ela propicia o entendimento dos conflitos sociais e culturais.

Os seres humanos, com usos diversos da linguagem, produzem, armazenam e fazem circular informações e conteúdo simbólico, que têm sido aspectos centrais na vida social. Para Fairclough (2006), no âmbito dos estudos discursivos críticos, a vida social é cada vez mais mediada por textos e o papel de textos na vida social é cada vez mais expressivo em todos os campos da atividade humana. Com isso, Fairclough (2003) sugere que gêneros discursivos são significados e formas de ação, diferentes maneiras de (inter) agir discursivamente, relacionadas a “discursos”, definidos como significados e formas de representação. Eles são importantes para a sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea.

Ao se analisar uma interação em termos de gênero, há uma indagação de como ele figura dentro das ações sociais e como contribui para a ação social e para a interação em eventos sociais – especificamente nas transformações associadas com o novo capitalismo. Segundo Rajagopalan (2003, p. 125), “a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas”, ou seja, trabalhar com linguagem é intervir na realidade social da qual ela faz parte, é uma prática social. As palavras, desse modo, quando

12 De acordo com Antony Giddens (1991).

“utilizadas”, são dotadas de tudo que é próprio da cultura. Cada sociedade, cada momento socio-histórico e cultural, por exemplo, pode materializar gêneros com características particulares que representam possíveis realidades.

A partir do pressuposto de gênero como ação social no decorrer de eventos sociais, os gêneros são realizados em “significados acionais e formas do texto, em significados representacionais e discursos e em significados identificacionais e estilos”, como sugere Fairclough (2003, p. 67). As práticas sociais que os constituem articulam discursos e estilos em determinados contextos sócio-históricos e culturais. Os gêneros são formas de agir sobre o mundo em meio às relações de poder.

O significado acional centraliza-se no texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, já que a ação legítima e/ou questiona as relações sociais. O significado representacional focaliza-se nos aspectos representacionais dos textos. Já o significado identificacional enfatiza a negociação e a construção de identidades no discurso. Fairclough (2003) ressalta uma correspondência entre gênero e modos de agir, discursos e modos de representar e estilos e modos de identificar.

Gêneros, discursos e estilos relacionam o texto a outros elementos da vida social, como as relações internas do texto com suas relações externas também em relação ao significado acional e ao gênero, podemos pensar nas categorias de análise “estrutura genérica” e “intertextualidade” (FAIRCLOUGH, 2003). As características da estrutura genérica, sua composição, seu tipo de recorrência, são específicas em cada gênero, apresentam-se de forma particular, de modo que são concebidas como forma de ação social. A estrutura genérica, em termos de categorias, é analisada considerando-se: a escala de abrangência do gênero (local ou global), o seu grau de estabilização/ritualização (padrão composicional rígido ou não) e seu grau de abstração (pré-gênero e gênero situado). Com isso, não há uma terminologia

estabilizada para os gêneros. Cada um apresenta seu próprio tipo de recorrência, sendo alguns bem estabilizados nas práticas sociais em que são usados, enquanto que outros não o são.

No que se refere ao grau de abstração, os pré-gêneros (narração, argumentação, descrição, injunção, conversação) estão em alto nível de abstração. Já os gêneros situados são menos abstratos e fazem parte da reestruturação e adaptação do capitalismo, específicos para sistemas particulares de práticas. A sequência de elementos no corpo do texto é topicamente controlada e há uma dialética entre a estrutura genérica e sua ação.

Outra categoria do significado acional é a da intertextualidade. Essa categoria é muito fértil, porque abrange uma gama de possibilidades entre a voz de quem enuncia e as outras vozes articuladas a ela. De acordo com Fairclough (2003), a intertextualidade se constitui de maneiras de agir discursivamente. Para relatar um discurso, “então, pode-se não apenas citar em discurso direto, mas também parafrasear, resumir, ecoar em discurso indireto” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 65). Em um estudo de intertextualidade, é necessária a verificação da inclusão e da exclusão de vozes. Em seguida, observar a articulação dessas vozes, visto que as escolhas linguísticas realizadas, por exemplo, podem evidenciar o grau de engajamento das vozes com os seus ditos. Então, a dialogicidade é múltipla entre os textos, podendo se materializar de várias formas e com vários efeitos.

A partir da estrutura dos gêneros, uma representação da realidade se materializa, constituindo a importância da existência do significado representacional. Esse significado se relaciona ao discurso como um modo através do qual as pessoas representam o mundo em vários aspectos, em várias dimensões, podendo até projetar realidades. Destacamos como categorias desse significado a “interdiscursividade” (a partir da identificação dos discursos e da forma como são articulados) e a “significação das palavras”, por materializarem o mundo de várias formas (FAIRCLOUGH, 2003).

Para Fairclough (2003, p. 230), os significados das palavras são “facetas de processos sociais e culturais mais amplos”, já que as relações estruturais entre os sentidos de uma palavra podem ser formas de hegemonia. Esses significados são tanto construídos como contestados socialmente. O significado identificacional, por sua vez, relaciona-se com o estilo, já que faz emergir nos textos as identidades dos atores sociais. As categorias do significado identificacional que utilizaremos são a “avaliação” e a “modalidade” (FAIRCLOUGH, 2003).

A avaliação se refere às afirmações avaliativas e às presunções valorativas. Para Resende e Ramalho (2006), as afirmações avaliativas são aquelas acerca do que é considerado desejável ou indesejável (são juízos de valor), e as presunções valorativas relacionam-se ao que está implícito, ao que é presumido. Já a modalidade relaciona-se ao modo como os gêneros são construídos, visto que o grau de comprometimento de quem produz o gênero se refere ao processo de textualização, que faz parte das auto-identidades (FAIRCLOUGH, 2003).

Pode-se afirmar que os três significados se relacionam de forma dialética, à medida que os gêneros (significado acional) concretizam discursos (significado representacional) e estilos (significado identificacional) - ações e identidades são representadas em discursos. Esses três significados podem ser considerados como mecanismos para se identificar vários elementos que constituem o gênero e o fazem funcionar.

Textos institucionais e reforma agrária

Propomos uma análise, como anteriormente mencionado, de três textos institucionais referentes ao processo de seleção dos *sem terra*. Os dados são trabalhados de acordo com os três principais tipos de significados para a análise dos gêneros: o significado

acional, o representacional e o identificacional (FAIRCLOUGH, 2003).

O discurso figura modos de agir, de representar, de ser, de acordo com a relação entre textos e eventos estabelecidos. Podemos refletir, então, sobre como, em determinada época, uma “norma de execução” concretiza uma forma de ver o mundo, qual ser humano representa, inclusive nos textos que se originam dela. A Norma de Execução no. 45 (de 25 de agosto de 2005)¹³ dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao PNRA. Já o formulário de inscrição do/a candidato/a ao programa e o contrato de concessão de uso de uma unidade familiar foram criados a partir da Norma de Execução no. 45.

Nessa perspectiva, o significado acional do gênero “Norma de Execução” refere-se à constituição, à forma, no que concerne à estrutura genérica; e ao seu conteúdo, em termos de intertextualidade. Constitui-se a partir da legislação brasileira, que lhes garante elementos formais. Entretanto, eles estão inseridos em uma situação social, política e econômica determinada. No caso, sua materialização linguística é uma das “mediações” entre o/a candidato/a ao PNRA e a legislação brasileira (interpretada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA).

Assim, o Artigo 1º. da Norma traz a legislação que a institui:

- 1) I Código Civil Brasileiro; II Lei no, 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da terra); III Decreto no. 59.428, de 27 de outubro de 1966; IV Lei no. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

No caso, coube ao INCRA criar, executar e fiscalizar a execução dela. A existência da Norma de Execução no. 45 está atrelada a um padrão composicional rígido e apresenta certo grau

13 DOU 166, de 29 de agosto de 2005, Seção 1, p. 122 – B.S. 35, de 29 de agosto de 2005.

de estabilização. Ela faz parte da legislação sobre reforma agrária no Brasil da década de 2000, seguindo uma estrutura composicional que é própria de textos oficiais/ institucionais. também sua padronização lhe atribui uma ação em escala global, visto que é um meio de executar a legislação brasileira sobre reforma agrária e se destina a conhecimento público.

Em termos de estrutura genérica, devemos considerar também o grau de abstração do gênero. A Norma é constituída baseada na legislação brasileira. Fairclough (2003) define isso como “gêneros em cadeia” – as leis são o primeiro gênero e a norma o segundo. O INCRA, por sua vez, normatiza e atualiza a legislação de acordo com o que considera necessário para os candidatos ao PNRA. Ocorre retextualização e recontextualização da legislação.

A recontextualização dá-se à medida que a Norma é de 2005 e a legislação que a instituiu é “antiga” (1964, 1966, 1993). Além do mais, trata-se de um processo de transformação de uma modalidade textual em outra, envolvendo operações específicas de acordo com o funcionamento da linguagem. Segundo Dell’Isola (2007, p. 36), “retextualização é a refacção ou a reescrita de um texto para outro”.

Por um lado, a Norma analisada é um gênero situado, pois apresenta um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social particular (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Há uma dialética entre a estrutura (Norma de Execução) e a ação (identificação-informação-prescrição), que pode ser considerada uma faceta regulatória do discurso. Da mesma forma, seus Capítulos (I, II e III) são constituídos, sobretudo, pelos pré-gêneros “descrição/ enumeração” e “injunção”, considerando a legislação que os institui. O conteúdo linguístico descreve, interpreta e resume a legislação brasileira, prescreve ações/posturas que o/a candidato/a deve apresentar ao longo da seleção assim como as que o INCRA também deve apresentar. Há uma retextualização da legislação

brasileira. Essa ritualização faz a Norma parecer principalmente informativa, materializando, de certa forma, as leis.

Por outro lado, há a materialização do pré-gênero “argumentação” quando aparece a voz do projeto político de reforma agrária implementado, sobretudo, pelo governo Lula. A partir disso, podemos pensar no efeito social das escolhas linguísticas devido ao alcance desse texto, já que há um caminho entre a legislação que a institui e sua materialização. Pode-se sugerir que o INCRA representa o governo federal e que esse governo apresenta um projeto político para a reforma agrária do Brasil. O Capítulo I, Seção I (Princípios Gerais), apresentado a seguir, traz esta característica:

- 1) Art. 2º. A seleção de candidatos ao assentamento em áreas destinadas à Reforma Agrária é um processo seletivo constituído pelas etapas de Organização para o Assentamento e Homologação, e se estende durante todo o processo de desenvolvimento do projeto de reforma agrária, sempre que houver disponibilidade de vagas para assentamento.

O excerto (1), além de ser descritivo, trazendo informações sobre o que é essa seleção, também se faz argumentativo devido a sua constituição linguística. Mesmo que o gênero Norma de Execução exija normalmente a constituição dos pré-gêneros descrição e injunção, é o INCRA que elege o vocabulário a ser utilizado para a sua concretização. A partir disso, dizemos também que nesse jogo de “identificação-informação-prescrição” há a materialização do pré-gênero argumentação. Este materializa a “voz de políticas públicas” sobre reforma agrária, implementadas pelo governo federal por intermédio do INCRA.

Sendo assim, essa norma constitui um discurso relatado, uma vez que existe, a priori, para fazer cumprir a legislação brasileira, informando sobre o processo de seleção de candidatos ao PNRA.

É um “discurso indireto”, uma espécie de “explicação” das leis, mas há outras vozes e discursos que também se materializam.

Também podemos destacar o significado representacional que traz os aspectos do mundo através de discursos¹⁴ (FAIRCLOUGH, 2003), tanto na estrutura genérica quanto no conteúdo da Norma de Execução no. 45. Há uma materialização da representação da realidade através da combinação de itens da legislação sobre reforma agrária, elementos recorrentes na estrutura genérica. Para Fairclough (2003), a interdiscursividade é constituída pela articulação de diferentes vozes com diferentes discursos, uma heterogeneidade discursiva.

Como mencionado anteriormente, ocorrem através da materialidade os pré-gêneros injunção, descrição e argumentação. A injunção manifesta-se como discurso oficial – INCRA – para “fazer cumprir”. A descrição faz-se um discurso oficial, que explica a legislação através de um “texto e aplicação”. Já a argumentação atrela-se a um discurso do projeto de reforma agrária do governo Lula. A escolha das palavras se estende durante todo o processo materializa, por exemplo, este último discurso. Com a interpretação da legislação, a Norma concretizou a “escolha” de que o/a candidato/a, mesmo depois de assentado/a, continua sendo “selecionado/a”. Ao se candidatar ao PNRA, para estar apto ao “constante processo seletivo”, é necessário se submeter às decisões do INCRA.

Além disso, o significado identificacional concretiza a representação dos atores sociais (FAIRCLOUGH, 2003), visto que os estilos constituem o aspecto discursivo de identidades. Há sistemas de poder na sociedade os quais evocam valores simbólicos produzidos, reproduzidos e transformados nela e para ela. Na materialização linguística do excerto (1), ocorre “avaliação”

14 Discurso: “uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual, ou reflexo de variáveis institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

do processo de seleção. A “afirmação avaliativa” *se estende durante todo o processo* traz um juízo de valor sobre o que se deseja: que o processo de seleção seja contínuo. As identidades são construídas socialmente, ou seja, ao se classificar, há atribuição de valores aos “classificados”.

O excerto (2) reforça a atribuição de valores:

- 2) Parágrafo único. A política de Reforma Agrária poderá priorizar a seleção de famílias identificadas, por coleta de informações, nas condições precárias de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outro indicador social, tais como, aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida, obedecendo rigorosamente às etapas do processo seletivo que se refere esta Norma de Execução.

Esse parágrafo único do Capítulo I traz uma estrutura genérica, cujo conteúdo é materializado por meio da intertextualidade. De acordo com Fairclough (2003), ela refere-se a maneiras de agir discursivamente em práticas sociais. Dessa forma, há a retextualização da “voz institucional”, constituída pelos técnicos do INCRA. Por exemplo, a Norma é parte da “ação” (prática) da legislação, é uma interpretação dela, tentando fazê-la cumprir. Da mesma forma, a estrutura genérica, através da disposição da materialidade linguística (Capítulos, Seções e Artigos), nos “moldes” da legislação brasileira, promove estabilidade em termos de discursos no gênero, um alto grau de compartilhamento, repetição, fazendo ecoar o discurso que aqui chamamos de discurso oficial/ institucional.

A princípio, a Norma de Execução no. 45 parece materializar somente o discurso informativo e instrucional acerca de informações sobre o cumprimento da legislação sobre reforma agrária. O excerto afirma, porém, a existência de uma política de reforma agrária, que está sendo implantada e que essa política faz

escolha: “A política de Reforma Agrária poderá priorizar a seleção de famílias identificadas”. A interdiscursividade concretiza, pois, um discurso sobre a política de reforma agrária do governo Lula e aparece em meio à interpretação e execução da legislação sobre reforma agrária vigente. A “modalidade” também se faz presente quando modaliza (poderá priorizar) a seleção de famílias. A modalização, de certa forma, dá “poder de escolha” ao INCRA.

A seguir, na Norma, foi definido quem poderá ter prioridade na seleção: “famílias identificadas”. Neste momento, podemos questionar o significado da palavra *famílias* em termos de seus componentes já que se está falando sobre seleção de pessoas. Ao dizer que durante o processo *serão selecionadas famílias*, uma avaliação se constitui sobre as características do/a candidato/a, já que não se define o que é considerado família e se essas famílias são de trabalhadores rurais. Presume-se que quem determinará o que é uma família é o INCRA. Além do mais, o Brasil apresenta muitos tipos de famílias e, no caso, fica vago dizer que serão selecionadas famílias.

Depois, o INCRA “identifica” e determina as características das famílias que *poderão ter prioridade* no processo de seleção do PNRA: “nas condições precárias de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outro indicador social, tais como, aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida”. Aqui são feitas escolhas, próprias do discurso do projeto de reforma agrária do governo Lula. Com isso, há uma “presunção valorativa”. Não se fala em uma melhor distribuição de terras no Brasil, uma vez que os problemas em relação a ela existem desde a implementação das capitâneas hereditárias, nem se fala em selecionar trabalhador/a rural. Fala-se em selecionar famílias que passam por precariedades de acordo com “algum indicador social” e quem, no caso, tem poder de escolha desse indicador é o INCRA.

Já o Artigo 3º identifica o “poder de escolha” do/a beneficiário/a:

- 3) Art. 3º. É garantida ao beneficiário(a) a participação em todas as fases do projeto, de forma individual ou coletiva, através de organização da qual seja membro e que represente seus interesses.

A relação entre as palavras *beneficiário*, *beneficiária*, *individual*, *coletiva* e *organização* parece indicar que tanto o homem quanto a mulher podem ser considerados responsáveis pela família, pois *famílias* é que serão selecionadas. também, no Excerto (3), é materializada uma afirmação avaliativa: “é garantida alguma participação do beneficiário/a”. Mas, quando se diz é garantida, presume-se que será exigido “algum tipo de participação”. Ainda há avaliação sobre a participação do beneficiário/a durante todo o processo de seleção. Pode-se presumir que tornar-se beneficiário/a do PNRA não significa o término da seleção, inclusive depois de assentado/a: “a participação em todas as fases do projeto”.

O Artigo 4º, por sua vez, caracteriza as famílias assentadas como de “trabalhadores rurais”:

- 4) Art. 4º. O processo seletivo tem caráter nacional e realizar-se-á na área de atuação de cada Superintendência Regional, no município ou microrregião, objetivando o assentamento das famílias de trabalhadores rurais em áreas desapropriadas ou obtidas por meio de compra e venda, nas vagas em Projeto de Reforma Agrária já existentes, em áreas decorrentes de processos de discriminação e arrecadação, doação ou outra forma de obtenção.

No excerto, o candidato/a, além de no momento da inscrição no PNRA ter que apresentar alguma precariedade (segundo a Norma de Execução), também necessita, de alguma forma, ser nomeado/a trabalhador/a rural.

Sobre isso, “o formulário de inscrição de candidata e de candidato” ao PNRA dispõe de itens que tentam determinar quem

é o/a candidato/a e não primeiramente que tipo de trabalhador/a rural está se candidatando. O primeiro grupo de itens do formulário se refere à “Identificação da Unidade Familiar” e os mesmos itens são direcionados tanto à *mulher candidata* quanto ao *homem candidato*:

- 5) se há exercício de função pública; se é co-participante de estabelecimento comercial ou industrial; e se possui antecedentes criminais, com sentença definitiva transitada em julgado.

Na “identificação do/a candidato/a” parece que o INCRA espera que a família seja composta por cônjuges. também o tipo de questionamento materializado não se refere à questão “ser trabalhador rural ou não” e sim à avaliação da questão financeira de manutenção, no caso, da família. Somente o segundo grupo de itens do formulário de inscrição “Outras informações da Unidade Familiar” solicita a informação sobre a atividade rural ou não do candidato/a:

- (6) se faz parte de acampamento de trabalhadores rurais, terra indígena ou outra comunidade social; se é proprietário de imóvel rural comprovadamente insuficiente para o sustento próprio ou de sua família; se é trabalhador rural assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário, foreiro ou sem terra; se nos últimos 5 anos, há quanto tempo trabalha na atividade agrícola; e se mora no município do imóvel em obtenção.

No formulário, que tenta executar o que é determinado pela Norma de Execução no. 45, prioriza-se a situação financeira da “família” e não a atividade rural executada até então pelo candidato/a, pois será exigida “do/a selecionado/a” uma produtividade com o uso da terra.

Além disso, o Excerto (4), integrante da Norma, também traz que “as famílias de trabalhadores rurais serão assentadas em

áreas doadas, desapropriadas ou compradas, todas de propriedade do governo”. Neste ponto, vale destacar a ocorrência de outra presunção valorativa. Como o governo federal é o proprietário das áreas onde existem os assentamentos, o/a assentado/a somente tem direito de uso da terra, provando ao governo o uso através da produtividade agrícola. Assim, o governo federal passa a ser “proprietário” de grande quantidade de terra, um novo tipo de “latifundiário”. De certa forma, antes, as pessoas que trabalhavam no campo ficavam à mercê dos latifundiários da “iniciativa privada” e com a reforma agrária ficam à mercê do governo federal.

Já a Seção II, do Capítulo I, trata “Dos Beneficiários(as)”:

- (7) Art. 5º O assentamento de famílias contemplará as seguintes categorias de trabalhadores e trabalhadoras:
- I – Agricultor e agricultora sem terra; II – Possheiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; III – Agricultor e agricultora cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município.

O excerto (7) parece trazer a interdiscursividade à medida que interpreta a legislação e relaciona “agricultores/as ‘sem terra’ e ‘com pouca terra’ (até um módulo rural)” com “posseiro, assalariado, parceiro e arrendatário”. Ao mesmo tempo em que há um discurso institucional interpretado, também há um discurso de um projeto político de reforma agrária do governo Lula.

Na nossa cultura, costuma-se utilizar o significado da palavra posseiro para “o indivíduo que toma posse” de um espaço para o uso/ sobrevivência. No caso, relacionar essa palavra às outras indica que não necessariamente o candidato/a necessita ser um trabalhador/a rural, mas basta que no momento da seleção esteja residindo em uma área rural. O que ocorre é que muitas pessoas desempregadas, oriundas tanto de áreas rurais quanto de

áreas urbanas, sabendo que necessitam residir em uma área rural para se candidatarem ao PNRA, filiam-se a um movimento social de luta pelo uso da terra, geralmente o MST, para ocuparem uma área de terra e passam a nomeá-la de “acampamento dos *sem terra*”. Esse acampamento geralmente fica próximo ao local onde se pretende construir um projeto de assentamento ou no próprio local.

Inclusive, dois itens do formulário de inscrição ao PNRA são: “se nos últimos 5 anos, há quanto tempo trabalha na atividade agrícola; e se mora no município do imóvel em obtenção”. Com isso, ocorrem ocupações de terras por todo o Brasil e o/a candidato/a passa a viver em “acampamento”. Nesta situação, o/a candidato/a cumpre exigências da Norma de Execução no. 45, uma vez que pode provar que está morando na área rural e que vive em precariedade social ou em situações de pobreza. O próprio processo seletivo incentiva-o/ a passar por situações de pobreza.

Similarmente, o Parágrafo 3º do Artigo 8º, da Norma, credibiliza situações de precariedade pelas quais o/a candidato/a deve ter passado até o processo de seleção, escolhendo critérios:

- (8) a) tamanho da família, b) força de trabalho da família, c) idade do candidato, d) tempo de atividade agrícola, e) moradia no imóvel, f) moradia no município, g) tempo de residência no imóvel, h) renda anual da família.

Caso haja mais candidatos/as do que unidades agrícolas no assentamento, os critérios acima são de desempate. Mais se referem a questões de precariedade do que à atividade agrícola em si. Parece que os critérios de seleção moldam o tipo de vida que o candidato necessita ter ao se vincular a um movimento social. Avalia-se novamente o/a candidato/a, presumindo-se que quanto mais tempo se ficar acampado/a, com vivências de precariedade social

e, se possível, no imóvel onde se deseja o projeto de assentamento, mais chance se tem de ser contemplado/a com uma unidade agrícola familiar.

Além do mais, a Seção IV, Etapa de Homologação, também representa e identifica o/a beneficiário/a:

- (9) Art. 10. A Superintendência Regional do INCRA de posse da Relação de Beneficiários/as providenciará a realização dos ajustes necessários ao assentamento, com as pendências das pesquisas necessárias à aplicação dos critérios eliminatórios, conforme o caso, visando à abertura do processo administrativo individual.

No fragmento acima, presume-se novamente que os quesitos da Norma são apenas parte do processo seletivo, já que depois de homologado o resultado da seleção, abre-se um processo individual para cada beneficiário/a. Outros critérios de avaliação/seleção são criados para que o assentado/a permaneça ou não na unidade agrícola.

Nesta perspectiva, o “Contrato de Concessão de Uso” também traz a ideia de continuidade do processo seletivo, mesmo para o/a candidato/a já assentado/a. A própria escolha de palavras da “nomeação” desse contrato já aponta para o fato de que a “família assentada”, selecionada de acordo com a Norma, não é proprietária da unidade familiar. Ela está assumindo um *contrato de uso* e, para usar a terra, necessita cumprir exigências determinadas pelo “concedente” (proprietário do imóvel). Somente há manutenção do direito de uso do imóvel descrito no contrato, desde que se cumpram as exigências do INCRA. No próprio contrato, há algumas cláusulas e condições de uso:

- (10)IV – É vedado à UNIDADE FAMILIAR, sem prévia e expressa anuência do CONCEDENTE, construir edificações na parcela estranhas ao Plano de Desenvolvimento do

Assentamento – PDA.V – A UNIDADE FAMILIAR facilitará, a qualquer tempo, o ingresso no imóvel de representantes do CONCEDENTE, devidamente credenciados, para fiscalizar o cumprimento das condições estipuladas neste contrato, bem como o cumprimento da legislação agrária e ambiental.

As cláusulas do contrato, exemplificadas acima, trazem algumas exigências, como os deveres do/a assentado/a. Vale ressaltar que o texto define o “concedente” da unidade agrícola familiar: o INCRA. Isto é, o proprietário é o INCRA, que representa o governo federal. A primeira cláusula citada se inicia com uma modalização – é vedado – de obrigatoriedade e essa modalização parece evocar um discurso de manutenção da precariedade do assentado/a, pelo menos, no que se refere à liberdade de ações na unidade familiar. Isso parece ser confirmado na cláusula V com o uso da palavra fiscalizar. Há uma presunção valorativa de que o assentado/a não possui plena condição de administrar da maneira que lhe convier a unidade familiar. Com isso, o/a assentado/a durante o tempo de “acampamento” segue as orientações do movimento social ao qual teve que se filiar e, ao ser assentado/a, necessita seguir as orientações do INCRA.

Considerações finais

Os textos institucionais analisados, de acordo com sua materialização linguística, apontam para o fato de que vivências de precariedades é condição para estar apto/a ao processo de seleção do Plano Nacional de Reforma Agrária. Além do mais, as pessoas que passam por precariedade em relação ao meio de sobrevivência estão sempre em seleção para a política atual de reforma agrária no Brasil.

Neste sentido, tanto a Norma de Execução No. 45 quanto o Formulário de Inscrição ao PNRA e o Contrato de Concessão de Uso indicam e representam as características das pessoas a serem assentadas e as que devem permanecer assentadas, definindo, de certa forma, o modelo de reforma agrária que está sendo implementado no Brasil, pelo menos na última década. Por exemplo, ao desapropriar terras improdutivas ou ao comprar terras para o desenvolvimento de um projeto de assentamento, o governo federal passa a ser o proprietário delas.

O governo – via INCRA – “empresta” uma porção de terra ao assentado para que produza, às vezes, sem qualquer infraestrutura e sem o trabalhador ser necessariamente de origem “rural”. O “latifúndio” sai da iniciativa privada e vai para o governo federal. De alguma forma, o/a assentado/a continua submisso/a, mas ao governo federal.

CAPÍTULO 3

DISCURSOS DA EXCLUSÃO NA GEOGRAFIA DE BRASÍLIA-DF¹⁵

*Alessandro Borges Tatagiba
Denize Elena Garcia da Silva*

Introdução

Bases teórico-metodológicas

Contextos em discussão: o espaço e as pessoas

O espaço: cidades-satélites e o afastamento deliberado da
pobreza

As pessoas: migrantes... invasores... candangos?

Considerações finais

Introdução

Neste capítulo, buscamos desvelar marcas de exclusão nos discursos relacionados à construção da mais nova capital do Brasil. Para tanto, procuramos estabelecer uma relação dialógica entre a Geografia Crítica e a Análise de Discurso Crítica (ADC), mediante o enfoque de marcas de

15 Publicado, originalmente, em *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. esp. p. 128-146, 2013.

exclusão nos discursos relacionados à construção da mais nova capital do Brasil.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2011, p. 28) apontam que um dos cenários mais desiguais no Brasil é o caso do Distrito Federal, porque, embora a renda média geral seja alta, a distância entre os miseráveis e os que estão fora da linha da miséria é muito maior do que a verificada em outras unidades da federação. Conforme aponta esse estudo do Ipea, sobre a situação dos que estão hoje em piores condições sociais, no Distrito Federal, 45% são adultos ou idosos ali, ante os 37% no Brasil, país que tem na juventude o segmento mais miserável. Por conseguinte, pode-se concluir que, no Distrito Federal, 55% dos que estão em situação de miséria e exclusão social pertencem aos segmentos de jovens e crianças, ante aos 63% no Brasil.

Diferentes discursos procuram explicar os dados do Ipea sobre a grave desigualdade social no Distrito Federal. Veiculados com bastante força, inclusive pelos meios de comunicação de massa, há discursos que sustentam a ideia de que a prática social migratória é a causa da pobreza e exclusão no Distrito Federal. Em reportagem eletrônica de Braga e Martins (2010), no Jornal Correio Braziliense, conforme comentários de alguns cidadãos, vê-se associada a prática discursiva da pobreza à da migração: “na década de 90 importou muita pobreza para o DF, através de migração interna”. Deve-se observar, contudo, que esse discurso exclui a responsabilidade de um agente pessoal e político, transmitindo a ideia de que a pobreza se deve a um fenômeno incontrolável.

Atribuir ao fenômeno migratório a razão para a pobreza seria uma explicação parcial e apressada que, além de naturalizar discursivamente a desigualdade, sob o enfoque teórico da Geografia Crítica, como sugere Santos (2009, p. 79), não fornece as razões reais do problema da pobreza urbana. Ademais, uma vez que se trata de uma cidade planejada, cuja previsão legal para sua construção possuía quase 70 anos na data em que foi inaugurada,

pode-se ponderar que as práticas de exclusão se refletiram de forma igualmente planejada e intencional no espaço geográfico. Esse entendimento, inclusive, compactua com a observação de Santos (2007, p. 61) sobre as determinações sociais no espaço.

O fato é que, ao longo da história do Distrito Federal, desde antes mesmo da inauguração de Brasília, os movimentos migratórios implicaram muitas ocupações espontâneas, ditas “invasões”, que, por sua vez, resultaram na oficialização pelo poder público de várias “cidades-satélites”. A concepção inicial subjacente à criação das novas cidades-satélites era a de afastar a pobreza do centro, ou seja, de Brasília.

Antes de apresentarmos, porém, os textos que serviram para esta análise, é preciso contextualizar, ainda que brevemente, a respeito da criação de Brasília e do Distrito Federal. Entre os objetivos de transferir a capital do Brasil para o interior de Goiás estava o de centralizar a sede administrativa da República nascente. Dessa forma, a despeito de discussões mais aprofundadas sobre questões estratégicas, do ponto de vista da integração e da defesa nacional, o fato é que a Constituição Federal de 1891 já fixava um quadrilátero de 14400km², no Planalto Central, para a transferência da sede do poder republicano. Brasília, inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960, é reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. A capital brasileira integra o Distrito Federal que, por sua vez, representa uma unidade da federação ao lado das outras vinte e seis. Dos milhares de trabalhadores que ao Distrito Federal chegaram, com ou sem suas famílias, para construir a nova capital, remanesceu a maioria para fixar moradia e trabalho. Desde então, o Distrito Federal não parou de crescer em todos os aspectos. Apesar de breve, essa contextualização servirá para situar a análise linguístico-discursiva dos textos selecionados, relacionando-os à dinâmica geográfica do Distrito Federal, como tentativa de mediação entre o social e linguístico ou, ainda, entre o social e a ordem do discurso, conforme sugerem Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16).

Bases teórico-metodológicas

De acordo com a Geografia Crítica proposta por Milton Santos (2007, p. 61), a sociedade não se distribui de forma aleatória e uniforme no espaço, mas por meio de determinações sociais e das formas preexistentes. Neste capítulo, situamos o termo espaço, conforme Santos (2012, p. 30-31), como “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. Essa demarcação teórica, a respeito do espaço importa para que, a partir de uma análise qualitativa descritiva e interpretativa) dos dados selecionados, e com base nos trabalhos desenvolvidos por Santos (2007, 2009, 2010, 2012), Silva (2008, 2007), Silva e Pardo (2010), Resende e Ramalho (2006), Fairclough (2001), Halliday (1994) e Brito (2010), possamos melhor compreender significados, bem como as significações, mediante pistas de exclusão presentes nos discursos e nas práticas sociais relacionadas à organização das pessoas no espaço geográfico do Distrito Federal.

A partir de um entendimento já explicitado por Santos (2007, p. 61), as práticas sociais relacionadas à organização do espaço geográfico do Distrito Federal não se deram de forma aleatória e isenta de significados. O espaço geográfico, portanto, não é mera representação de mundo de forma neutra, uma vez que nele se encontram imbricadas significações discursivas, relacionadas ao poder, bem como a ideologias. Trata-se, aqui, de “uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder com luta hegemônica”, como explicita Fairclough (2001, p. 116). Em poucas palavras, parece-nos viável considerar que esse espaço geográfico significa um palco de lutas e relações de dominação de um grupo sobre outro. Nesse sentido, refletir discursivamente sobre as práticas sociais relacionadas

à organização do espaço implica entender que a linguagem, conforme Resende e Ramalho (2006), é concebida como um momento irredutível de práticas sociais, que tem consequências e efeitos em sociedades, incluindo lutas hegemônicas e relações de dominação.

Nesse sentido é que a teoria da ADC considera que o discurso se constitui socialmente e, ao mesmo tempo, orienta e molda as práticas sociais. Refletir nesses termos sobre a organização das pessoas no espaço geográfico significa entender que a organização geográfica se constitui uma prática social, cujos discursos a moldam e são por ela também moldados. O discurso, segundo Fairclough (2001, p. 91), propicia a constituição de todas as dimensões da estrutura social que o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O termo “discurso” envolve o uso da linguagem como uma prática social que nos permite entender o discurso como ação que permite aos sujeitos agirem sobre o mundo e sobre os outros, numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Sugere Fairclough (2001, p. 91), que o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e reconstruindo o mundo em significado.

Podemos observar, portanto, conforme Silva (2008, 2007) e Santos (2007, p. 81), que a ADC e a Geografia Crítica se preocupam com questões ligadas à promoção da igualdade e do combate à desigualdade. Para Santos (2007, p. 81), existe a preocupação de se “reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo reconstruir a sociedade para que não se crie ou preserve desigualdades sociais”. Discursos e práticas excludentes acerca de um processo evidentemente pensado, planejado e público, como foi – e ainda é – a ordenação territorial do Distrito Federal, leva-nos a reiterar, com base em Fairclough (2003) e Silva (2008, p. 268), a necessidade de aproximar respostas

para a seguinte questão: como as sociedades podem prover algumas pessoas com tantos recursos e possibilidades para enriquecer e satisfazer vidas, e como, por outro lado, negam a outras esses recursos e possibilidades?

Outra indagação, que aqui se pode apresentar, refere-se à definição da posição das pessoas na geografia do Distrito Federal, umas favorecidas com tantos recursos, serviços públicos e espaços privilegiados, outras situadas abaixo da linha da miséria e da pobreza extrema. Longe de exaurir uma matéria por meio dessas perspectivas teóricas, este trabalho embrionário suscita estudos mais aprofundados sobre os discursos e as práticas de exclusão no Distrito Federal, com base na organização das pessoas com suas identidades no espaço geográfico.

Contextos em discussão: o espaço e as pessoas

A presente seção enfoca representações linguístico-discursivas com relação a espaço físico (geográfico), bem como a práticas discursivas naturalizadas com referência a identidades de pessoas, dentro de um conjunto de representações que se encontram vinculadas àqueles/as que se encontram à margem do contexto histórico-político e econômico da capital federal, Brasília. Trata-se de buscar, conforme Silva e Pardo (2010, p. 69), “uma aproximação a conceitos que fazem parte do campo semântico da pobreza, articulados a fatores simbólicos e materiais”. Nas referências às denominações vinculadas ao espaço e às pessoas que transitam, vivem e trabalham no contexto da capital federal, podemos identificar pares conceituais que carregam uma pretensão de universalidade. Disso trataremos a seguir.

O espaço: cidades-satélites e o afastamento deliberado da pobreza

Nesta seção, em relação ao espaço do Distrito Federal, realizamos um recorte na análise textual acerca das cidades-satélites. Contrários à ideia de representação do espaço como *locus* naturalizado e predefinido, defendemos que a organização das pessoas no espaço geográfico pode revelar os significados dos discursos e das respectivas práticas sociais. Nesse sentido, tomamos como premissa a ordenação e a dinâmica geográfica do Distrito Federal, buscando entender, a partir de textos históricos, como algumas das formas de exclusão ocorreram durante o processo de formação de Brasília e também do Distrito Federal. No trecho a seguir, que consta da publicação histórica dos 50 anos de Brasília, Brito (2010), ao discutir os argumentos utilizados para deslocar “ocupações não planejadas do solo urbano”, evidencia-se a determinação social, à qual também se referia Santos (2007, p. 61), para que o espaço geográfico do Distrito Federal reproduzisse as condições de inclusão e de exclusão social.

A erradicação de apropriações fundiárias “indevidas” tornou-se o principal argumento para a locação de núcleos urbanos que foram adicionados nos primeiros anos, e, na verdade, motivou a fundação de muito outros. [...], criaram-se núcleos isolados e distanciados do centro urbano. (BRITO, 2010, p. 60)

Os “núcleos isolados” passaram a ser denominados pelo poder público como cidades-satélites. As cidades-satélites, hoje denominadas como Regiões Administrativas, deixaram de existir com aquela denominação pelo menos oficialmente. É possível, contudo, perguntar: no quadrilátero pertencente ao Distrito Federal, por que o poder público empregou o termo cidade-satélite para cunhar as novas cidades do Distrito Federal?

Do ponto de vista da interioridade da língua, a análise semântica do termo satélite abarca a ideia de gravitação de algo em relação ao centro. À medida que eram criadas, as cidades do Distrito Federal logo recebiam a denominação de cidade-satélite seguida de um nome próprio como Gama, Taguatinga etc. Conforme Brito (2010, p. 71), houve uma distinção básica na modelagem da urbanização de Brasília, especialmente nos anos inaugurais, com base na tese de limites precisos para uma “cidade central” rodeada por outros núcleos isolados e distanciados, as cidades-satélites. Esse ideário de núcleos isolados e distanciados, denominados como cidades-satélites, implicava e ainda significa, grosso modo, que quanto menor o nível de renda per capita, mais distante de Brasília; assim, o poder público ia posicionando as “cidades-satélites”. Deve-se fazer a ressalva de que o Cruzeiro, cidade praticamente anexa a Brasília, conforme Brito (2010, p. 72-73), fugiu a essa regra. todavia, ações voltadas para o distanciamento e isolamento das cidades-satélites marcaram a tônica geral do projeto urbanístico do Distrito Federal.

O que nos leva a crer que o termo cidade-satélite serviu para designar especificamente as cidades mais distantes é a constatação de que os textos veiculados a respeito das cidades próximas à Brasília e com alto poder econômico, como Cruzeiro, Octogonal, Lago Sul e Lago Norte, não recebiam o qualificador cidade-satélite como ocorria com a então “Cidade-Satélite do Gama”; “Cidade-Satélite de Sobradinho” e “Cidade-Satélite de Taguatinga” entre outras.

Dessa forma, apesar de, principalmente à época, estar localizada relativamente distante do canteiro de obras central, cerca de 19km do centro da futura capital, a criação de Taguatinga, em junho de 1958, ocorreu para, entre outros objetivos, deslocar para lá as invasões frequentes em áreas perto de Brasília. Segundo dados da página eletrônica do Governo do Distrito Federal e também do recente trabalho de Brito (2010), antes da transferência dos “invasores”, em 1958, para a “cidade-satélite” de Taguatinga,

o processo de ocupação humana nessa área deu-se em função dos migrantes de outros estados, os quais eram impedidos pela Guarda Especial de Brasília, a temida GEB, de se aproximarem de Brasília. Diante disso, os caminhoneiros simplesmente deixavam os migrantes e suas famílias à beira do caminho, no lugar onde se fundou Taguatinga.

Os textos que discutiremos mais adiante evocam esse contexto e evidenciam a intencionalidade de afastar de Brasília (centro) os migrantes, transferindo-os para as cidades-satélites (periferias). Para o Gama, que fica a 35 km de Brasília, foram levadas famílias inteiras de trabalhadores que construíram a Barragem do Paranoá. Essa construção, aliás, possibilitou a existência de um lago artificial, conhecido como Lago Paranoá, que, entre outros objetivos, também visava proporcionar um microclima de relativa umidade em Brasília.

A criação de cidades-satélites, como ocorreu com Taguatinga, continuou a existir com bastante força até o final da década de 90, só que, nesse último período, sob o nome de “assentamentos”. Além das ações oficiais de “afastamento geográfico” dos trabalhadores, em relação à localização da futura sede do poder central do Brasil, paralelamente, houve a ocupação espontânea do solo em diferentes espaços do Distrito Federal. Ambas as formas de ocupação do solo possuem em comum a ausência forte do estado na prestação de serviços públicos de qualidade. Pior, criaram-se oficialmente cidades sem água encanada, escolas e hospitais. Além disso, cabe ressaltar que, na atual Cidade da Estrutural, surgida ainda na década de 1960, pessoas foram fixando moradia em lugar próximo ao “lixão”, para tirar dali um meio de subsistência.

Próxima ao Parque Nacional de Brasília e à Cidade do Guará, e embora se localize a cerca de 12 km da sede do poder distrital, a Cidade Estrutural, após muita luta e resistência dos moradores, só conquistou o status oficial de cidade em 2004, com a criação da Região Administrativa RA XXV. Compostas por três

localidades, com certa distância entre si, fazem parte da RA XXV a Cidade da Estrutural, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SIA) e a “Cidade do Automóvel”. Nessa última, localiza-se a sede da Administração Regional. Contudo, apesar de toda luta dos moradores da Cidade Estrutural para serem vistos e tratados como cidadãos, ainda hoje, uma das páginas na internet do Governo do Distrito Federal refere-se à Cidade Estrutural como “Vila Estrutural”.

Geograficamente posicionadas em pontos distantes do centro, há cidades como Ceilândia, cuja origem se deu em função de ações públicas no combate à ocupação espontânea de terras registradas como públicas. Por outro lado, cidades próximas à Brasília, como a Cidade Estrutural, desde seu início, resistiram às ações do poder público distrital, que insistiu, em diversos momentos, em remover e deslocar famílias dessa área para outras localidades. Inclusive a ação do poder público apoiava-se no discurso de que a área era próxima ao Parque Nacional de Brasília e que isso poderia causar impactos ambientais. Contudo, não se explicou o motivo pelo qual, desde a década de 60, o poder público depositava lixo a céu aberto nessa mesma localidade. Ainda a respeito da hoje Cidade Estrutural, não obstante haver um decreto, desde 2004, oficializando-a como cidade, ainda persistem os textos oficiais do Governo do Distrito Federal, reportando-se à Cidade Estrutural como “Vila Estrutural”, com verbos em sua forma presente, como no trecho a seguir.

A Vila Estrutural está localizada às margens da DF-095 (Via EPCT, conhecida como Via Estrutural) e ocupa uma área de 154 hectares. O “Lixão da Estrutural” começou, na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local.¹⁶

16 Disponível em: http://www.scia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12064. Acesso em 27 jul. 2012.

Nesse excerto de texto, a hoje Cidade Estrutural parece ainda existir como vila, omitindo-se assim o status atual de cidade. No entanto, textos de moradores da Cidade Estrutural referem-se ao local de moradia utilizando o termo cidade, como no trecho a seguir retirado de um dos grupos comunitários localizados nessa cidade.

O Coletivo da Cidade é uma entidade localizada na Cidade Estrutural (DF) e atua basicamente com o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social, além de ser importante espaço de convivência comunitária e capacitação profissional para os demais moradores da cidade. Grupo Coletivo da Cidade.¹⁷

Apenas nesse trecho, produzido pelo Grupo Coletivo da Cidade, há referência ao termo cidade três vezes, sendo que o próprio nome do grupo carrega o termo cidade. Em relatos colhidos na Cidade Estrutural, registramos que os próprios moradores fazem questão de utilizar e valorizar o termo cidade. Se as práticas discursivas e sociais acerca das cidades do Distrito Federal, portanto, indicam uma ação deliberada de afastar do centro a pobreza – ao mesmo tempo em que as estigmatizava pela denominação de cidade-satélite –, podemos entender que o planejamento urbano pode se constituir num objeto de análise textual com o objetivo de denunciar e de mudar práticas sociais excludentes. termos como “Cidade-Satélite” e “Vila Estrutural”, pelo menos oficialmente, não existem mais.

Contudo, as práticas sociais mostram como ainda são fortes as marcas de exclusão. Hoje, verifica-se que o deslocamento das pessoas para ocupar os espaços geográficos mais distantes do centro não implica a presença de serviços públicos básicos de acordo com as necessidades da população, acirrando-se assim a

17 Disponível em: <http://www.coletivodacidade.org/>. Acesso em 27 jul.2012

desigualdade e a pobreza, principalmente nos pontos extremos do Distrito Federal. Observa-se também um processo de lutas sociais entre o estado e os que querem fazer parte da cidade, ou seja, tornarem-se cidadãos, uma vez que ocupam, de forma espontânea, o solo.

Dessa forma, podemos entender que houve a intencionalidade de operar no planejamento urbanístico o afastamento da pobreza e a delimitação da exclusão a determinados centros urbanos, dentro do perímetro do Distrito Federal, como forma de delimitação da pobreza em espaços geográficos determinados. No tópico a seguir, como veremos, a ação pública não se limitou apenas a ações de exclusão conforme o espaço geográfico, criando núcleos isolados; em relação ao ser humano, discutiremos a questão da identidade dos trabalhadores que se dirigiram a Brasília para construí-la e passaram a ser designados como candangos.

As pessoas: migrantes... invasores... candangos?

O recorte a respeito da identidade dos trabalhadores que se dirigiram ao planalto central com o objetivo de construir Brasília abre uma possibilidade de pensar as pessoas em relação ao espaço a partir de textos veiculados à época da transferência da capital do Brasil. O movimento de interiorização e de centralização da capital da república, ocorrido no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, tem muito a nos dizer sobre as práticas e os discursos que permearam a construção da nova capital e o desenvolvimento da unidade da federação que mais apresenta diferença entre excluídos e não excluídos de acordo com os dados do Ipea apresentados.

Por meio dos textos analisados, identificamos que documentos oficiais tratam com diferentes termos e, por conseguinte, com significados diversos as identidades daqueles que chegaram antes, durante e após a construção da nova capital

do Brasil. À semelhança das pessoas que começaram a formar o núcleo habitacional de Taguatinga, textos oficiais reportam-se aos construtores de Brasília ora como “migrantes” ora como “invasores”. Sem a pretensão de abarcar toda a complexidade a respeito dessas identidades, destacaremos mais adiante outro ponto para análise que envolve especificamente a Guarda Especial de Brasília (GEB).

A GEB não exigia formação adequada dos que ingressavam nesta força policial, o que teria contribuído para as arbitrariedades cometidas. A GEB chegou a ser *utilizada* na interceptação de veículos nas estradas, obrigando os *migrantes* a retornarem às suas cidades de origem. Os *invasores* tomaram conhecimento de que [...]¹⁸

Assim como em outros documentos oficiais analisados, esse texto utiliza dois diferentes qualificadores, “migrantes” e “invasores”, para se referir à identidade das mesmas pessoas. O poder público, contudo, antes mesmo da inauguração de Brasília, criou um terceiro qualificador, chamando de “candango” aquele que veio participar da construção de Brasília.

Ao ingressar na força de trabalho local, portanto, não se tratava mais do trabalhador comum, nem do migrante, nem do operário. Numa ação articulada pelo poder público, inclusive com a inauguração de uma estátua em homenagem aos “candangos”, operou-se a atualização do termo *candango* no léxico da língua portuguesa que, diferentemente da sua origem etimológica, passou a designar principalmente “operário de Brasília”. Apreciemos a imagem apresentada a seguir.

18 História de Taguatinga, Administração Regional. Disponível em: http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4345. Acesso em: 9 out. 2012).

Figura 1
Bruno Giorgi - Os Candangos (em bronze) 1957



Fonte: fotografia de Luisa Videsott (2008).

A Figura 1 representa dois “candangos”, ambos segurando instrumentos, representados por duas varas. A associação do papel/ identidade do candango à ação de construir indicava assim o principal significado desse termo cunhado concomitantemente ao nascimento da nova cidade. Conforme Videsott (2008, p. 22), ao analisar matérias das revistas entre 1961 e 1963, a palavra indicava qualquer pessoa que tivesse contribuído na construção de Brasília.

De toda forma, inclusive com o próprio Presidente da República à época utilizando o termo candango em referência a si mesmo, esse termo difundiu-se ampla e rapidamente por meio de revistas, de rádios e também da força icônica do próprio

monumento de Bruno Giorgi na Praça dos Três Poderes. A adesão popular ao uso atualizado e positivo do termo *candango* na língua portuguesa como ocorreu poderia suscitar a seguinte pergunta: quais poderiam ser os significados relacionados à necessidade oficial de se criar um novo termo para designar os migrantes que vieram construir Brasília?

Conforme Giddens (1979, p. 171 *apud* MEURER, 2004, p. 139), podemos discutir essa questão, com base no diagrama da Figura 2 a seguir, pressupondo que – em virtude da necessidade de se estabelecerem novas regras e práticas – termos como ‘migrante’ e ‘operário’ não poderiam dar conta dessas novas práticas e regras que nasciam paralelamente à construção da nova capital do Brasil.

Figura 2 – Influências entre prescrições, práticas sociais e regras/recursos.



Fonte: Adaptação dos autores com base em Giddens (1979, p. 117).

Podemos entender que seria naturalmente mais fácil o poder público conseguir a adesão a novas regras e práticas, atribuindo aos sujeitos em questão novos papéis. Ao invés de utilizar termos como *peão de obra*, *migrante* ou *trabalhador*, o uso da palavra *candango* ia ao encontro da necessidade de realizar a grande empreitada no novo ambiente, de acordo com Ribeiro (2008, p. 35 *apud* BRITO, 2010, p. 44): “a grande obra é fruto de uma decisão do Estado que acaba por implicar uma articulação ideológica

legitimadora da necessidade da sua construção. Todo grande projeto tem uma história em termos ideológicos”. Se, em síntese, o termo candango servia, de maneira geral, para designar aquele que veio para trabalhar na construção de Brasília, é importante notar que ao contrário de “migrante” e “invasor”, o termo candango emprestava à identidade dos trabalhadores um novo significado que, diretamente, não lhes remetia a um espaço social específico, pois passou a evocar muito mais sentimentos e ideais de força e luta necessários para a construção da nova capital do Brasil.

Podemos inferir que a utilização do candango postergava a necessidade de se precisar a identidade das pessoas em relação ao espaço da futura capital do Brasil. Esse entendimento é partilhado por Brito (2010, p. 67) que, a partir dos estudos históricos realizados, observa que a fixação definitiva de todos os candangos no planalto central não estava nos planos de governo, uma vez que “os assentamentos informais foram a solução dada pelos candangos para a carência habitacional em Brasília” (BRITO, 2010, p. 67).

Outro ponto chama-nos a atenção no trecho da página na internet da Administração Regional de Taguatinga: “A GEB chegou a ser utilizada na interceptação de veículos nas estradas, obrigando os migrantes a retornarem às suas cidades de origem”. Do ponto de vista da interioridade da língua, em relação aos aspectos sintáticos e semânticos, evidencia-se, nesse trecho de um texto oficial, o apagamento do Governo ou Poder Público como ator. Conforme sugere Halliday (1994), pode-se identificar nesse período uma transitividade evidenciada por vários tipos de processos. Ao se analisar a transitividade desse trecho, torna-se evidente que a GEB não agiu por iniciativa própria ao impedir que mais brasileiros tivessem acesso direto aos canteiros centrais das obras na futura capital. Contudo, sem o apagamento do verdadeiro ator, esse trecho poderia ser reescrito da seguinte forma: *(o poder público/governo) utilizou a GEB na interceptação de veículos nas*

estradas obrigando os migrantes a retornarem às suas cidades de origem.

A respeito de serviços públicos, no início da construção de Brasília, como mencionamos, a Guarda Especial de Brasília (GEB) atuava no controle e policiamento das terras públicas. Depois de extinta a GEB, a força da polícia militar do Distrito Federal, bem capacitada e melhor remunerada do que a de outros estados, também atuou, diversas vezes, em funções semelhantes à da GEB. Por exemplo, para evitar principalmente a construção de mais moradias e controlar o fluxo de pessoas, durante quinze anos, a única presença de algum serviço público na Cidade Estrutural foi a da polícia militar. Além do aparato policial, antes de o processo de legalização da cidade efetivar-se, os discursos veiculados pelos meios de comunicação reafirmavam que a área era considerada imprópria para habitação, por se tratar de área de depósito de lixo e por estar perto do Parque Nacional de Brasília. Diante da reprodução das vozes sociais que fizeram circular esses argumentos, percebemos que houve a ausência de questionamentos como: será que não seria mais sensato mudar a localização do aterro sanitário do que transferir a moradia de 10 mil ou 15 mil pessoas? Isso levaria, por conseguinte, à conclusão de que próximo a um parque nacional o que é irregular é lixo a céu aberto, não pessoas.

Considerações finais

Apesar das limitações impostas por um estudo ainda embrionário sobre os discursos da exclusão na geografia do Distrito Federal, a partir da análise dos dados seleccionados, pode-se apontar marcas de exclusão social na dinâmica geográfica, reveladas, principalmente, na criação das cidades-satélites. A ocupação e ordenação do espaço geográfico do Distrito Federal, desde antes da inauguração da nova capital do Brasil até a consolidação de cidades

mais recentes, revela um projeto de sociedade claro e intencional de afastar do centro as camadas menos favorecidas economicamente. Em vista da discussão e dos excertos analisados sobre a forma de ordenação geográfica do Distrito Federal, podemos entender que, até pelo próprio novo significado que se procurou dar à palavra candango, buscava-se distanciar a identidade dessas pessoas à ideia de fixação definitiva em Brasília.

Por ser uma cidade planejada, a comprovação de que houve uma ação pública e intencional de afastamento da pobreza serve para desvelar as ideias naturalizadas de que a condição social e os espaços privilegiados nas cidades seriam fenômenos naturais e independentes da ação voluntária de pessoas ou de determinados grupos sociais. Como vimos nos exemplos discursivos, a ordenação e a ocupação do espaço geográfico do Distrito Federal, desde a inauguração de Brasília como nova capital da república, orientaram-se também por práticas de exclusão deliberadas, como a que ocorreu com o afastamento das primeiras cidades-satélites. Esse afastamento deliberado da pobreza no Distrito Federal move a nossa reflexão em direção a uma das inquietações iniciais.

Conforme Silva (2007, p. 63), representações como “igualdade e desigualdade”, “inclusão e exclusão” necessitam ser discutidas “com vistas a contribuir para a conscientização sobre os efeitos de práticas discursivas naturalizadas”. Nesse sentido, tendo como referência a relação espaço e ser humano, entendemos que, para a sociedade, pensar as pessoas, a inclusão social e a igualdade implica reavaliar discursos até então naturalizados e refletir sobre os espaços das cidades.

Exaustivamente, Santos (2010, p. 135) apontou razões da desigualdade na distribuição das riquezas. E, como vimos, para combater a exclusão e a pobreza no Distrito Federal é preciso mais do que romper a distância geográfica entre as cidades. Sugere Santos (2007, p. 81) a necessidade de se “reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo reconstruir

a sociedade para que não se crie ou preserve desigualdades sociais”. Mais do que programas pontuais, precisamos de projetos de sociedade inclusivos que tratem a urbanização e a sociedade como “epifenômeno” (SANTOS, 2009, p. 26).

Se o “fenômeno social” da pobreza, por conseguinte, continuar a ser tratado parcialmente – associado, por exemplo, somente a problemas da explosão demográfica ou a movimentos migratórios –, iremos permanecer relacionando problemas sociais a eventos cujo controle humano ocorre de forma incidental e, não raro, *a posteriori*. Mais do que ações pontuais, precisamos de projetos que contemplem toda a sociedade e que façam frente à ideia naturalizada de que a pobreza e a riqueza são inerentes ao espaço geográfico sobre o qual, aliás, a sociedade não teria controle. Pelo contrário, sociedade e discursos, assim como o espaço e as pessoas, possuem intencionalidades, significados e, o que mais cabe ressaltar, adquirem significações em suas respectivas formas de controle cuja relevância não pode ser negligenciada. Em vista do exposto, portanto, e parafraseando mais uma vez o Professor Milton Santos, podemos, sim, reinventar o espaço à medida que criamos sociedades, discursos e práticas sociais inclusivas em prol das pessoas.

CAPÍTULO 4

DISCURSO E POBREZA NA AUSÊNCIA DE ESCOLHAS: A VOZ FEMININA DE IDENTIDADES PERDIDAS

Viviane Faria Lopes

Denize Elena Garcia da Silva

Introdução

“Mantive a comunicação dentro de mim” - vozes silenciadas x
signos gritados

A semiose da tirania – um breve percurso multimodal

“Pense no que precisa fazer para continuar livre“

O ruído que o silêncio fez na História

Escrevo o silêncio em versos brancos

Sombras de identidades perdidas

Considerações finais

Introdução

O objetivo deste capítulo é apontar, sob a forma de um ensaio crítico, a representação do silêncio feminino, enquanto discurso coibido por poderes, socialmente instituídos, os quais costumam ajuizar como regular a manifestação comunicativa da mulher por meio do refreio de

suas práticas sociais, configuradas em suas práticas semiótico-discursivas abafadas. O estudo ora apresentado fundamenta-se em concepções conectadas às vertentes sociais de elementos relacionados ao desempenho da linguagem como um todo. Para tanto, busca-se traçar uma perspectiva com base na possível correspondência entre ficção e realidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, em que se parte dos estudos de autores a serem referenciados mais adiante, para se analisar, pela linguagem, identidade(s) (des)construída(s) do gênero feminino, de modo específico, cravada em uma sociedade criada, mediante celeumas que ocorrem na atual disposição coletiva.

Inicialmente, traçamos uma análise do contexto comunicativo abordado no livro **Vox**, obra recente da escritora e linguista, Christina Dalcher (2018).¹⁹ Para tanto, buscamos estabelecer um exame da similitude entre a vertente representativa do silenciamento, imposto a um determinado gênero retratado na ficção, com sua simbologia. Isso, com vistas a descrever e interpretar as analogias presentes e suas projeções para a realidade. Nessa perspectiva, identificamos e apontamos tais indícios linguísticos, bem como o resultado dos mesmos. Mediante uma análise crítica da (de)composição identitária de pessoas submetidas ao poder, consideramos possível avaliar suas interferências na forma de interpretar e melhor compreender a realidade e as alegorias literárias das relações comunicativas dos personagens na obra e, por fim, suas reproduções na sociedade.

A abordagem teórico-metodológica escolhida, no caso, a análise de identidades no gênero romance, discorre sobre uma interpretação linguístico-discursiva de dados de natureza

19 A autora Christina Dalcher é norte-americana e doutora em Linguística pela Universidade de Georgetown. Além da obra analisada nesta pesquisa – traduzida por Alves Caldo – a escritora linguista possui outras publicações, fictícias e científicas, que lhe conferiram diversos prêmios.

documental. Ao elegermos como material empírico uma obra de gênero romance, buscamos desvelar, por meio dele, a correspondência social dos personagens com base em um contexto de verossimilhança da realidade. Consideramos, pelo menos no contexto do presente capítulo, que a Análise do Discurso Crítico (ADC) encontra, também na Literatura, aspectos que colaboram na comprovação dos comportamentos dos sujeitos no mundo, bem como os múltiplos sentidos que as metáforas comunicativas apregoam e representam.

“Mantive a comunicação dentro de mim” – vozes silenciadas x signos gritados ²⁰

O romance em questão relata a história de uma neurolinguista, Dra. Jean McClellan, personagem que vive num contexto de cultura onde o governo decreta que as mulheres passam a ter o direito de falar somente até cem palavras por dia, além de serem proibidas de trabalhar. A censura da linguagem é acentuada a partir da determinação dominante que legisla que as meninas não mais serão alfabetizadas, tornando livros e palavras questões proibidas e nocivas.

O controle da voz é feito por meio de um aparelho colocado no pulso de todas as mulheres - o que inclui desde crianças até pessoas idosas – para contabiliza os vernáculos pronunciados. Se alguém ultrapassasse a quantidade diária estabelecida – cem –, receberia um choque, que gradativamente aumentaria de intensidade à medida que uma nova tentativa acontecesse. A protagonista do romance é uma cientista que se encontra

20 A primeira parte do título foi retirada de um segmento oracional (p. 21) da versão do livro VOX, publicada em português. São Paulo: Arqueiro, 2018. A segunda parte constitui uma paráfrase do paralelo “vozes escritas x signos falados”, discutida por Silva (1996) em sua tese de doutorado.

evidentemente revoltada com todas as leis de repressão às pessoas do gênero feminino daquela sociedade. Não obstante, apesar de ser submetida às imposições do mesmo modo que todas as outras, a protagonista encontrará chance de tentar uma mudança na situação, pois o governo precisará de seus conhecimentos, como linguista, para resolver uma situação delicada, que envolveria diretamente o presidente daquele Estado.

A castração comunicativa faz-se completa, na obra, com a utilização da língua de sinais também proibida, uma vez que a tentativa de seu uso seria igualmente punida de maneira agressiva. Apesar de ser uma distopia, o enredo é exposto em primeira pessoa, pela Dra. McClellan, que está diretamente envolvida com os acontecimentos narrados.²¹ Como protagonista e, ainda, a “voz” da trama, a narradora-personagem apresenta tudo desde sua perspectiva, conduzindo as características e os atributos que retratam tanto a si mesma quanto aos demais personagens. De acordo com Brait (1990, p. 60-61), a escolha por essa classificação de voz narrativa conduz o escritor a obedecer a um processo que abarca recursos pré-selecionados que contribuam para a construção do ser fictício que conta a história, mas, também, carrega-a de uma impressão de relato factual.

Na primeira parte da história, como se encontra impedida de falar mais de cem palavras diárias, a protagonista utiliza-se, com recorrência, do monólogo interior, que “é o recurso de caracterização de personagem que vai mais longe, na tentativa de expressão da interioridade da personagem”, conforme sugere Brait (1990, p. 62). Dessa forma, o(a) leitor(a) virtual envolve-se com a complexidade da situação vivida pela personagem, no caso, a neurolinguista, e se coaduna com a densidade de suas reações, pois as entende e, de certo modo, considera-as justificadas. Afinal,

21 O termo distopia equivale a “antiutopia”, que remete ao lugar imaginado, onde se vive de modo opressivo e angustiante.

costuma-se enxergar a situação descrita pelos olhos da narradora, no caso, o que pode levar a uma avaliação de acordo com juízos de valor da voz narrativa.

Conforme explica Kothe (1985, p. 7), “as narrativas são sistemas cujas dominantes geralmente têm sido algum tipo de herói. Na dominante está a chave do sistema”. Diante disso, o livro **Vox** configura-se como um romance organizado em um princípio sistematizado e voltado para a produção do pensamento da voz que narra, que aponta e que direciona o olhar interpretativo do leitor. Esclarece Kothe que uma determinada história se cumpre textualmente em um contexto, no qual o narrador cria percepções partidárias que persuadem por meio de uma diretriz semântica construída por sua estrutura (KOTHE, 1985, p. 7). A protagonista, McClellan, funciona, portanto, como um poder indutivo à sensação do leitor, uma vez que pode envolvê-lo em sua realidade, ainda que virtual, além de dominar sua compreensão dos fatos, conduzindo-o à versão exposta unicamente por sua exposição estruturada verbalmente.

A partir do momento em que é privada de liberdade de expressão, a protagonista nos leva ao conceito de pobreza com ausência de escolha, conforme sugerido em Silva (2015) e amplamente discutido na obra de Amartya Sean (2010, p.17), para quem: “a liberdade é central para o processo do desenvolvimento por duas razões.

1) *A razão avaliatiatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se

primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.

2) *A razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas”.

Explorando a reação ante a imposição de poder a um determinado gênero, a obra representa, pela voz de uma profissional qualificada justamente na linguagem, a tentativa da sobrevivência comunicativa por meio de atitudes consideradas ilegais pelos dominantes políticos.²² Trata-se de uma obra que desvela problemas sociais, oriundos das imposições de silêncio, já que o conhecimento científico da protagonista se faz necessário e, portanto, abre exceção à proibição de fala para sua pessoa, que galga um poder temporário para contribuir com os dirigentes e, como ela mesma constata, aumentar-lhes o mando abusivo e misógeno. A seguir, apresentaremos, ainda que sintetizada de maneira oblíqua, uma leitura interpretativa da obra em apreço.

A semiose da tirania – um breve percurso multimodal

Oriunda do latim, a palavra *VOX* significa “voz” e, por título da obra, pode carregar dupla possibilidade interpretativa. De acordo com as funções da linguagem de Halliday (1994), ponderamos que a seleção do tamanho, bem como da cor das letras, auxilia tanto a função interpessoal quanto a ideacional, sendo que a composição textual, em consonância com a imagem da capa, parece ser a que desempenha influente papel na estruturação do sentido do enunciado, bem como no construto em questão. Vejamos o título mesclado com a imagem da capa do livro.

22 No capítulo intitulado “O poeta e o camponês: o impossível ponto de vista do dominado”, Dominique Mangueneau (2015, p. 94) também se vale do discurso literário para discutir a questão da dominação.



Observe-se, inicialmente que, colocada em vermelho na capa, a palavra-texto VOX encontra-se disposta em união ao perfil da face de uma mulher, com a letra “X” do vocábulo exatamente colocada sobre sua boca. Ponderamos que o “X” em vermelho significa a proibição e o fundo branco da capa representaria a ausência das palavras gráficas na vida dessas pessoas, proibidas de ler e escrever. Em termos semióticos, as cores costumam-se coadunar com representações culturais específicas, levando o *viewer* a interpretar o discurso pelo significado contextual a que aquela cor remete, conforme Kress e van Leeuwen (2001).

Pode-se postular, ainda, outra interpretação para o título disposto na capa da obra, que se alia à situação repressiva da protagonista. A Dra. McClellan se encontra podada de exercer, totalmente, sua profissão e de atuar em seu papel materno com propriedade, tendo em vista que sua representação oral foi-lhe subtraída. Todavia, é ela a narradora da trama que vivencia, o que torna a própria obra o fruto de uma contravenção e uma construção transgressora, por parte da referida possadora, no

sentido de ser impedida de ler e escrever. Parece ser esta a razão, pela qual o silêncio é manifestado por meio de signos gritados graficamente. Enquanto a narradora possui o limite de cem palavras por dia e é integralmente proibida de redigir ou de ler, sua revolta torna-se mais sensível por estar sendo comunicada ao leitor, que, provavelmente, conluía-se ao sofrimento exposto, tendo em vista que tem em mãos um livro – objeto ilegítimo e hediondo no contexto da ficção.

Sendo assim, ao se avaliar que o discurso ficcional, ao compor um sistema de verossimilhança, denota os personagens em uma perspectiva literariamente alegórica, torna-se possível avaliar, também, os sujeitos reais em seus relacionamentos comunicativos factuais, uma vez que:

os significados das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. (...) Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. (HALL, 2006, p. 40-41)

Ainda sugere Hall (2006, p. 41) que as declarações subjetivas encontram-se embasadas em asserções e argumentos que construíram o consciente e o inconsciente, o que reafirma o comportamento conduzido pelos valores que precederam o próprio nascimento do indivíduo. Essa seria a razão de preceitos permanecerem distantes de seu comando, chegando a assolar sua tentativa em os superar. Desse modo, a protagonista encontra-se submetida à nova realidade que lhe é imposta, apresentando uma conduta de adaptação diante dos acontecimentos de forças maiores à sua autoridade social, científica e acadêmica, obrigando-a à aceitação e concordância a novos valores. A conduta transgressora que assume ao identificar a possibilidade de arruinar com o

sistema misógino que a algema, bem como a todas as mulheres de seu país, direciona seu comportamento a criar papéis ilusórios de aceitação com, todavia, a modificação secreta de suas maneiras antes visivelmente resignadas.

O signo que a obra analisada ostenta é o da própria linguagem, em sua composição figurada e denotativa, caracterizando-a em uma metalinguagem da fala e do silêncio, tanto como expressão paradoxal quanto em expressão ajustada, afinal, a leitura é, em si, uma ação silenciosa de vozes mentais. No romance, a autora, enquanto neurolinguista, imprime e potencializa em seu texto uma dramaticidade, por meio das ações – em atos e pensamentos – da protagonista, também linguista, por meio de sutis e notórias mensagens comparativas, que aquiescem no exame quanto à compreensão do comportamento comunicativo dos sujeitos.

“Pense no que precisa fazer para continuar livre”²³

Grande parte do conhecimento empírico da narradora, humanamente aprimorado, encontra-se representado em suas relações, as quais trazem o contexto a manifestar os aspectos construtores de sua composição linguístico-social. “É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”, como sugere Bakhtin (1990, p. 41). Dessa forma, a palavra vem a ser a representação individual do sujeito, aliada a seus atos, mas ainda pode ser a provocadora de suas alterações, quando oriundas

23 Título retirado de um segmento oracional (p. 21) da versão do livro VOX, publicada em português. São Paulo: Arqueiro, 2018.

de autoridades representativas. Por outro lado, segundo avaliam Pinheiro Neto e Lopes:

a linguagem é veículo condutor e primordial para a construção das relações da sociedade. Os processos pelos quais são formados os elementos caracterizadores do sujeito se concretizam por intermédio dela. Assim entendida, podemos crer que os signos, a simbologia, o princípio dialógico como bases construtivas do conhecimento do homem, depende muito da forma de como ele se interrelaciona. (PINHEIRO NETO; LOPES, 2018, p. 31).

As variadas formas como a linguagem se internaliza e, ainda, externaliza-se, conforme sugerido acima, o que proporciona a interação entre os indivíduos enquanto componentes sociais, (des)construindo suas identidades e seus valores. Por essa razão, o modo como tais contatos se estabelecem, bem como os sentimentos e intenções neles dispostos, intervém diretamente na conduta discursiva manifestada ou reprimida, já que os enunciados são interpretados por outros que, enquanto agentes comunicativos, tornam-se receptores e igualmente emissores.

Para Rios (2005, p. 203), “é pela linguagem que nos expressamos em nossas interações sociais, construímos nossas significações, nossos discursos – nossas representações, ou seja, a linguagem é condição essencial de constituição do sujeito. O sujeito se dá na e pela linguagem”. A autora pondera que a relação socio-discursiva direciona o formato da linguagem enquanto componente interno do sujeito e construto de sua identidade, afinal, é ele formado por uma composição de diversos processos que o circundam, distante de ser uma concepção original e isenta de interferências externas. Uma pessoa é, enquanto ser socialmente incluído e vinculado, o resultado de aceitação e rejeição de informações ideológicas diversas, pois o “sujeito do discurso não é mais do que uma posição social, predefinida pela estrutura da sociedade, que se define nas formações discursivas, estabelecidos

os limites entre o dizível e o indizível, segundo as ideologias que surgem do lugar social de que elas falam” (RIOS, 2005, p. 204). Uma obra ficcional trará, portanto, uma representação de valores que o leitor tomará subjetivamente ou denegará como componente díspar de suas convicções.

Ao avaliarmos a importância para o progresso humano da aquisição da linguagem, podemos postular que uma imoderada evolução ocorreu de modo a constituir o *homo sapiens*, fruto direto da aquisição, domínio e uso do sistema comunicativo e socialmente instituído. A esse respeito, afirma o afamado astrofísico HAWKING (2018):

(...) a evolução atingiu com a raça humana um estágio crítico, comparável em importância ao desenvolvimento do DNA. Trata-se do desenvolvimento da linguagem e particularmente da linguagem escrita. Com isso, a informação pôde ser passada adiante, de geração em geração, de forma não genética, ou seja, sem o transporte pelo DNA. (...) A quantidade de informação transmitida em livros ou pela internet é 100 mil vezes maior do que no DNA. (HAWKING, 2018, pp. 99-100)

Como estudioso especializado e altamente conceituado na área da Física, o célebre Dr. Hawking (2018) sugere que a linguagem possui uma propensão muito superior à genética, quanto à transmissão de informações entre gerações, o que, então, constituiria o substrato da evolução do ser humano enquanto espécie inteligente e dominante. Por isso, faz-se necessário entender que o discurso se constrói e é construído juntamente com o indivíduo, atilando-se com seus contatos sociais e sendo transmitidos às próximas gerações, o que, de certo modo, estabelecerá a escora identitária do porvir, mais, ainda, que sua evolução biológica. Juntemos a essas reflexões o pensamento de Marcuschi (2007), para quem:

quando se fala de ‘representação linguística’, isso não equivale a uma representação lexical, mas deve envolver todas as formas semiológicas, sejam elas, alfabéticas, ideográficas, gestuais, pictóricas, fílmicas etc. Parece duvidoso que haja uma representação que não seja ideográfica (...). (MARCUSCHI, 2007, p. 33)

Conforme sugere Marcuschi, as concepções linguístico-discursivas carregam uma identidade, a qual é transportada para o grupo seguinte, que irá assumi-la ou refutá-la. Por isso, nosso interesse em estudar aspectos sociais na obra literária **Vox** fundamenta-se na ameaça aterradora que seria calar um determinado grupo, impedindo-o de se manifestar por meio do recurso que os torna *sapiens*. Afinal, o tema que vincula a linguagem ao sujeito apresenta dimensões que se embasam nas relações humanas e se originam no prisma individual do SER no mundo, bem como de sua combinação social, resultando na complexa representação comunicativa.

O confronto central da obra de Dalcher revela o poder castrador do silêncio, tanto na anulação de uma identidade anteriormente formada quando na construção de uma nova, ainda que imposta, a ser desvelada pela linguagem determinada por intermédio da adversidade. Rios (2005), nessa perspectiva, observa que essa conjectura se torna um caminho para a concretização do discurso, quando no confronto entre tribos sociais, no combate pelo poder, “percebe-se as marcas de pertencimento aos diferentes grupos, a explicitação de preconceitos, a defesa de ideais de correntes ideológicas distintas, demarcando os sujeitos como pertencentes ao grupo dos defensores de tal ideologia, ou de seus opositores” (RIOS, 2005, p. 207).

A metáfora central minuciada no romance é o silêncio como imposição social e androcêntrica, que ocorre de maneira impositiva e intimidadora, com explicações justificadas pela

ideologia religiosa e uma interpretação bíblica descontextualizada e presunçosa. O evento é uma privação da fala nas mulheres, vítimas de um preconceito embasado em crenças equivocadamente elucidadas. Anthony Giddens (1990) afirma que:

nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1990, p. 37-38).

Ressalte-se que Giddens indica a influência dos símbolos pretéritos no direcionamento da conduta e das ações e reações do sujeito social enquanto componente coletivo. Em **Vox**, a protagonista, antes da amordaça política, podia exercer seu direito enquanto mulher e acadêmica respeitada, porém, a partir do momento em que o perdeu, confere que todas as suas conquistas enquanto pessoa nulificam-se unicamente por conta de seu gênero biológico. Todavia, ainda que esteja vitimada pelas alterações legais, obriga-se à prática de atividades domésticas – cuidado com a casa, o marido e os filhos –, recriando hábitos que eram comuns às mulheres de outrora, igualmente dominadas pela isenção de direitos e orientadas, como sugere Giddens (1990), a “práticas sociais recorrentes”.

O ruído que o silêncio fez na História

A ficção protagonizada pela Dra McClellan reporta o leitor – ou pelo menos seria o previsto – a acontecimentos históricos anteriores ao presente contexto, como a Inquisição e a Alemanha nazista. A primeira conjuntura foi também

conhecida como “Caça às bruxas” e ficou registrada como uma perseguição religiosa e social durante a Alta Idade Média, com o apogeu nos séculos XVI, XVII e XVIII. O número de mortos nesse período aproximou-se dos cem mil, sendo em torno de 75% constituído por mulheres, pois a prática da feitiçaria era considerada um comportamento originalmente feminino, com o homem acreditado, na maioria das vezes, como vítima do poder maligno delas. (MONTER, 2002).

Dentre as condenadas, estavam, comumente, as curandeiras e as bezendeiras – antes consideradas figuradas de prestígio social, pelo conhecimento que continham –, que passaram a ser reprovadas quando exerciam suas curas ou rezas, agora tidas como heréticas. De acordo com Monter (2002), as malsinadas eram geralmente viúvas ou solteiras, as quais carregavam, tradicionalmente, um elevado conhecimento pertinente ao uso de ervas medicinais e, ainda, atuavam como parteiras, enfermeiras, adivinhas e terapeutas. Importa, aqui, lembrar que o Tribunal do Santo Ofício queimou mais de cinco mil obras, o que indica que a Inquisição calou as palavras em seus dois modos de intercurso – oral e escrito –, efetivando, ainda que não completamente, seu propósito de “limpeza” moral.

O segundo momento histórico a ser considerado, ainda que de maneira breve, ocorre entre 1933 e 1945, na Alemanha, sob a denominação de Terceiro *Reich*. Gerido e controlado ideologicamente por Hitler, o país estava sob o comando do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), popularmente conhecido como Partido Nazista, o que o tornou um estado totalitário fascista, ou seja, deu ao governo o poder para controlar os cidadãos em praticamente todos os aspectos de suas vidas.

Segundo informações de Berenbaum (2005), o racismo antissemita seria o atributo elementar do regime, que caracterizava os povos germânicos como superiores e menosprezava os judeus, bem como outros grupos rotulados como malditos, sobretudo, os

de culturas nômades, como os ciganos que, a exemplo dos judeus, eram perseguidos e assassinados de maneira violenta. Registros históricos contabilizaram mais de cinco milhões de mortos pelo nazismo – dentre os quais havia crianças, idosos e mulheres grávidas – e centenas de milhares de livros queimados.

Amplamente documentado, os dois períodos históricos acima mencionados configuram acontecimentos de natureza ideológica, perpassados pela busca incessante do poder, mediante o ardiloso recurso do silenciamento de saberes. Em ambos períodos citados, autoridades usaram de endrômina argumentação para justificar seus atos, afirmando-os como purificadores sociais, quer por alicerce religioso – Tribunal do Santo Ofício –, quer por sustentação biológica – Terceiro *Reich*. Todavia, os dois episódios utilizaram de insidiosos fundamentos para suas atitudes de dominação tirana e impropriedade, calando pessoas, em seu direito humano ao ato de fala, bem como aos atos escritos, enquanto registros de conhecimento temporal e cultural.

Igualmente em **Vox**, o governo instituído no país, sob o pretexto de purificação, justifica-se pela fé e pela fisiologia para emudecer as mulheres e as retornar ao papel de submissão já vivenciado na História. Assim, com a alegação de construção de uma sociedade elevada e consagrada, os líderes políticos constroem as mulheres pela imposição de que as mesmas deveriam assumir uma identidade pautada, física e moralmente, no que seriam princípios justos. Aprecie, a seguir, fragmentos da obra em foco.

Ela não sorri mais, não usa mais nada que fique a menos de dez centímetros dos joelhos ou que seja mais cavado do que a base da concavidade da garganta, cujo nome jamais consigo lembrar. (...) As mangas são sempre infalivelmente três-quartos, como hoje, e o contador no pulso esquerdo combina com o vestido. Parece uma joia antiga, o presente de uma bisavó. A primeira-dama deveria

ser nosso modelo, uma mulher pura, firme ao lado do marido em todas as ocasiões. (...) Mas a verdade está nos olhos azuis de Anna Myers: são vazios, sem brilho, os olhos de uma mulher que agora enxerga o mundo em tons cinza.” (DALCHER, 2018, p. 41-42)

Ao mencionar a composição da primeira-dama do país, tanto em seu traje quanto em seu aspecto facial, a protagonista, profissional especializada na linguagem, aponta para a falta de vida em seus olhos, metaforizados pelo “cinza”.²⁴ O direito reprimido de expressão figura-se em seu porte grave e circunspecto, notadamente figurativo e, ainda, perceptivelmente amortecido. “Se você quer saber como é a depressão, basta fitar os olhos de uma pessoa deprimida. (...) Anna Myers vive uma prisão com rosas nos jardins, mármore nos banheiros e lençóis de dois mil fios na cama.” (DALCHER, 2018, p. 42).

A identidade feminina no romance é remodelada pelo olhar inquisitor e misógeno do sexo masculino, em termos de poder do homem, quanto à (re)construção da imagem da mulher feiticeira do período correspondente à Santa Inquisição que, por sua vez, (re)estrutura o ser feminino em conceitos pré-concebidos pela castidade da fêmea, oposta àquela que induziu o homem ao pecado e, assim, arruinou a humanidade, expulsando-a do paraíso ²⁵. A imposição religiosa forma um conceito que se enraíza emocionalmente no indivíduo, por ser este fruto de suas próprias crenças e valores (Lopes, 2008), além de abarcar outros conceitos, forçando-os como embasamentos teóricos de suas afirmações inconsistentes.

Por outro lado, a atitude patriarcal seria, segundo Zanello (2018), uma colonização afetiva, já que, ao firmar contextos culturais, impõe unidades organizadoras sobre como se deve

24 A obra em apreço não se coaduna, principalmente, em termos de intertextualidade, com outra obra recente que foi transformada em filme, de autoria de E. L. James.

25 Bíblia Sagrada, livro de Gênesis, 3.

sentir ou expressar emoções em concordância ao sexo com o qual nasceu. Conforme registra Engel (2004):

(...) a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce, etc. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais (ENGEL, 2004, p. 332)

Com base na afirmativa acima, pode-se inferir que o romance aponta a existência de um sistema de sexo/gênero específico a organizar socialmente a sexualidade e que o transgredir condena a mulher a uma rotulação de anomalia comportamental, a ser imediatamente punida com o choque no pulso. Na trama, transgressões consideradas mais graves – como a vida sexual de uma solteira ou a afetividade sexual entre mulheres – levavam à prisão ou à morte e eram mostradas abertamente, a título de exemplo e moralização coletiva.

Todavia, Engel (2004) ainda denuncia que a heterossexualidade obrigatória, embasada no binarismo e promotora das restrições sexuais femininas, não marca uma distinção natural, mas sim, uma castração de similaridades naturais. Sendo assim, o silenciamento instituído e punido, se desafiado, registra em **Vox** a condenação do feminino pautado em sua existência, em sua construção distinta da composição representada pelo androcentrismo, que a pauta unicamente como a fêmea procriadora e submissa.

Escrevo o silêncio em versos brancos

No romance *Ensaio sobre a cegueira* – publicado em 1995 pelo escritor português, José Saramago –, os personagens são vitimados por uma cegueira repentina e epidêmica, que lhes

subtrai a linguagem visual. Segundo Vieira e Silvestre (2015, p. 45), o recurso e a geração de significação “pode representar a verdade do mundo real; como as imagens constroem a realidade; como elas recortam o mundo e como, intencionalmente, podem omitir detalhes”. Na obra de Saramago, “a nova realidade para o personagem, colorida de branco, afetiva a evocação de um esclarecimento em novo formato e perspectiva, que, apesar de retirar um dos sentidos, acaba por impelir ou despertar outros” (PINHEIRO NETO & LOPES, 2018, p. 28), tendo em vista que um contágio se instaura na cidade, independentemente do sexo ou da idade do sujeito. A ausência desse sentido, ainda que não seja generalizado – poucos são imunes à cegueira –, provoca uma mudança no comportamento social, o que termina por aproximar os indivíduos em seus conflitos e angústias, colocando-os como iguais, pois, “obrigados a aguçar seus outros sentidos, os personagens cegos são impelidos e ver de outra forma e a recriar suas perspectivas de mundo e legalidade social pela ausência da visão” (PINHEIRO NETO & LOPES, 2018, p. 28).

A dominação masculina no romance de Dacher explana resultados que denunciam a atitude ditatorial disfarçada de protetora, esclarecendo que a ausência da comunicação interrompe uma convivência instituída milenarmente, diante da violenta alteração na organização social, apesar de tal avaliação advir de uma obra ficcional enquanto objeto de análise. A alegoria linguística utilizada pela autora assemelha-se aos registros históricos diversos que, estreitamente, caracterizaram a sociedade desde sua composição, e que carrega, por hábitos cômodos, o ajuste comportamental do sujeito ao seu meio, sem buscar, primeiramente, outras formas que primem pela justiça.

A mudança de contexto – tanto na obra de Saramago quanto na de Dacher – fomenta a premência quanto ao aprendizado de novas configurações interativas, ou seja, motiva para a produção e emissão de inauditas expressões comunicativas, com a finalidade de

recompôr o paradigma contextual. De acordo com Halliday (1989, p. 10), podemos definir texto, provavelmente na sua forma mais simples, por linguagem que é funcional. Sempre segundo Halliday, a linguagem realiza, de modo funcional, alguma ação em um dado contexto. Ao ressaltar a interação comunicativa direcionada como um texto funcional, Halliday explica a associação que se forma entre um emissor e seu receptor, esclarecendo que a melhor canalização da mensagem indicará quanto ao modelo adequado para a situação pontual, onde os artifícios utilizados justificar-se-ão diante do resultado informativo. O entendimento do receptor está diretamente vinculado à maneira em que o conteúdo foi manifestado, pois sua capacidade interpretativa é limitada pelo fenômeno linguístico do outro, que o produz, o que pode ou não contribuir para a compreensão da comunicação significativa.

Quando se é privado da locução linguística, o emissor é lesionado em sua identidade expressiva, ao qual se encontrava habituado e estreitamente familiarizado, por isso, a protagonista de **Vox** apresenta seu desespero em formulações mentais, afinal, além de antes usuária da comunicação verbal, era competente estudiosa de sua importância e projeção cerebral. A derrogação do direito à voz não é unicamente social, já que interfere na formação e desenvolvimento neuronal e, por sua vez, cognitivo. A personagem neurolinguista Jean McClellan sabe, por sua competência acadêmica e científica, que a suspensão da fala interfere no desenvolvimento mental, limitando o aparato interpretativo e crítico das recepções externas (HERCULANO-HOUZEL, 2012). Deixar de conversar é, também, deixar de pensar com autonomia, ainda mais quando vem acompanhada da proibição da leitura e da escrita, o que acentua o retardo da estimulação mental, tornando o sujeito menos questionador e mais obediente. Apreciemos mais um excerto do romance de Dalcher (2018).

Anúncios de silenciadores que provocam choques: escolha sua cor, acrescente umas estrelinhas ou listras. Existe um modelo que muda de cor de acordo com as roupas se você gosta de tudo combinadinho, uma variedade de musiquinhas, imagens de personagens de desenho animado para as crianças. Eu me contenho para não xingar os homens que fizeram isso, ou os marqueteiros e seus esforços sinistros para nos convencer de que temos algum tipo de escolha. (DALCHER, 2018, p. 90).

Por se encontrarem emudecidas, além de separadas, as mulheres no romance de Dalcher representam a incapacidade e a debilidade humana diante de uma subversão brusca do sistema, que impôs, abruptamente, uma nova identidade em significação e em representação cultural, constringendo-as a se adaptarem, por meio da reconfiguração e da recontextualização, e propagando como forma de sobrevivência. Tornar-se cego fisicamente, como na ficção de Saramago, pode ser a metáfora para a escuridão na qual a sensatez já se encontra e da qual não se permitiu sair, justamente pela comodidade de não querer enxergar, pois, trazer algo para a luz está relacionado a revelar tanto dos outros quanto de si mesmo. Mas, quando a disformidade física é imposta, gerando uma deficiência de capacidade ainda eficiente, a angústia é acelerada por uma ansiedade aflitiva, por uma depressão emocional, que gera a ressignificação comunicativa assujeitada às imposições preconceituosas dos novos delineadores da conduta, fazendo surgir valores formados e impostos pela situação instaurada. A respeito dessas influências, apreciemos o que sugere Borba (1991).

Como boa parte do léxico das línguas naturais está vinculada a traços do mundo físico, um primeiro passo consiste em construir uma teoria de referência, que explique as relações entre língua e realidade. (...) a realização plena da significação depende muito de fatores externos ao próprio sistema: a realidade que a língua 'tenta' representar. (BORBA, 1991, p. 226)

No que concerne às relações entre língua e realidade, argumenta Borba (191, p. 24-25), que “o processo comunicativo não tem nem pode ter nada de automático: é sempre um jogo de ação-reação tentando mudar ou alterar o comportamento”. Por ser o mais eficiente, ainda que híbrido, enquanto instrumento de comunicação – quando comparado aos das demais espécies –, a linguagem humana destaca-se em competência e cumprimento de propósito, além de, como sugere o astrofísico, Hawking (2018), pela capacidade que temos para catalogar e propagar informações como nenhum outro recurso semiótico o faz. Sua variedade de arranjos – que se faz em movimentos, matizes, aspecto corporal, fisionomia, timbre, seleção vocabular, entre outros variados – apresenta-se verossímil quando aliada à interação social, de modo a associar o significante e o significado e, assim, consumir a comunicação em mensagem adequada ao referente, em seu contexto relacional.

Por outro lado, quando a obstrução comunicativa se faz de chofre, como nos casos das obras – **Ensaio sobre a cegueira** e **Vox** –, a busca pela sobrevivência sobrepõe-se e os sujeitos aderem a novos formatos, quer sejam esses os primeiramente encontrados, como no romance de Saramago, quer sejam esses impostos por autoridades austeras, como na obra de Dacher. Em ambos os casos, ainda se mostra a condução – livre ou guiada – na busca pela permanência existencial, mesmo que seja animalizada ou degradante, apontando, insistentemente, para uma estreita dependência do comportamento da língua com a realidade.

Sombras de identidades perdidas

A obra conhecida como **Mito da Caverna** (PLATÃO, 2015) encontra-se no Livro VII do livro **A República**²⁶, do filósofo

26 Lançado na década de 380 a.C.

grego Platão²⁷, e apresenta uma parábola alegórica, com propósito filosófico. Explica Chauí (2003) ser o texto uma composição pedagógica voltada à exemplificação de como o ser humano se encontra em condição de escuridão ideológica e, ainda, de como poderia rumar para a elucidação, na busca pelo conhecimento libertador, o que o filósofo metaforiza como sendo a verdade, discutindo sobre uma possível teoria do conhecimento.

Na produção em questão, Sócrates, em diálogo com Glauco, apresenta uma situação imagética, onde seres humanos encontram-se, desde o nascimento, acorrentados ao fundo de uma caverna, onde veem somente uns aos outros e, ainda, sombras que são projetadas de modo a lhes convencer de que unicamente tais vultos sejam a realidade. Por estarem aprisionados, são forçados – ainda que não tenham consciência disso – a enxergarem unicamente as sombras e nelas acreditarem, sem conceberem a existência de uma vida distinta da que levam. As sombras são criadas a partir de um muro, por detrás do qual pessoas passam, erguendo objetos diversos e conversando, de modo a refletirem imagens e sons que venham a conduzir os algemados ao fundo na crença de uma realidade mentirosamente arquitetada, afinal, ela os mantém aprisionados em dúctil conformação. (PLATÃO, 2015).

Quando a protagonista de **Vox** afirma a artimanha usada para as convencer de que teriam algum tipo de escolha (DALCHER, 2018, p. 90), a consciência a respeito da imposição da qual é vítima revolta-a e a angustia, afinal, ela é uma pessoa que sabe estar no “fundo da caverna”, que entende que sua realidade é forjada por sombras, o que, conseqüentemente, aflige a ponto de a enlouquecer. Parece-nos que ser consciente da prisão mental a que se está submetido provoca torturas psíquicas, o que pode contribuir para um tormento infindo e crescente, razão pela qual o instinto de sobrevivência direcionaria para o autoaliciamento.

27 428 a.C. – 348 a.C.

Conforme aponta Hall (2006, p. 11), “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.”. Diante dessa afirmação, vejamos um outro excerto do romance, o qual nos permite identificar a tentativa dos regentes quando à criação das “cavernas e suas projeções”:

Não sei porque ligo a televisão. (...) Mudo de canal. (...) Ainda temos TV a cabo, mais de uma centena de opções em esportes, jardins, culinária, decoração, desenhos animados infantis, alguns filmes. Todos os filmes são de censura livre – nada de terror, um pouquinho de comédia leve, aqueles épicos de quatro horas sobre Moisés e Jesus. E há os outros canais, mas todos são protegidos por senha, podendo ser assistidos apenas pelo chefe do lar e pelos homens com mais de dezoito anos. Ninguém precisa de imaginação para adivinhar que tipo de programa passa nesses canais. (DALCHER, 2018, p. 41-43)

O governo contextualizado no romance **Vox** traz como dirigentes homens que pretendem aprisionar as mulheres ao subterrâneo informativo, permitindo-lhes unicamente o acesso a mensagens forjadas e direcionadoras de conduta, com o propósito de sujeitá-las à uma nova construção identitária. Com a finalidade de lhes impor novos conceitos, abriga-as ao uso de silenciadores – colocados ao pulso –, como as correntes da caverna (PLATÃO, 2015), e as força a olharem para imagens e sons projetados para doutrinação quanto ao comportamento adequado a ser seguido e, enfim, uma outra composição de personalidade. Ao oferecer diferentes modelos de silenciadores, apresentados como pulseiras que adornam o visual, as “sombras” pretendem convencer a existência da imagem metaforizada como realidade, construída com o propósito de adestrar, de calar, de direcionar a mente para um comportamento escravo (DALCHER, 2018, p. 90). Diante

da perda da identidade anteriormente construída, ao constatar o emudecimento de seu discurso enquanto registro de autonomia e afirmação conceitual, a protagonista compreende sua miséria social, enxergando-a na ausência de escolhas, mentirosamente disfarçada pelos anúncios televisivos.

Quando teoriza que a linguagem possui em sua caracterização uma metafunção que marca uma determinada identidade, Halliday (1994, p. 179) aponta para a verossimilhança que o ato comunicativo apresenta em significados resultantes das experiências individuais construídas e moldadas socialmente. Por ser um acurado e competente componente de reflexão a respeito do mundo, a linguagem teoriza a realidade, quer seja real, quer seja ficcional, afinal, é ela que representa os mundos físico e mental, reproduzindo e desvendando os eventos, as categorias e os estados que se mostram além da linearidade enxergada, além da “caverna”.

Vejamos como Dyer (1995) se posiciona a respeito da comunicação enquanto concepção social:

Este território é difícil, eu aceito que um só apreende a realidade através de representações da realidade, através de textos, discursos, imagens, não há tal coisa como o acesso sem mediações com a realidade. Mas porque se pode ver a realidade apenas através de representações, não se segue que não se vê a realidade todo-parcial seletiva, incompleta, de um ponto de vista - visão de algo que não é nenhuma visão do que por qualquer motivo. (DYER, 1995, p. 3).

Como se pode observar, segundo Dyer (1995), não há como uma projeção ser criada como representação de uma situação ainda não contemplada, afinal, a realidade é a conclusão articulada pelas crenças e elaborada pelos preceitos advindos das interpretações sociais, dos enlaces coletivos. Para o autor (DYER, 1995, p. 4), o chamado mundo real é arquitetado por princípios simulados,

distante de promoverem a elucidação concreta e autêntica das reproduções expostas, o que coaduna com as considerações a respeito do texto de Platão (CHAUÍ, 2003).

Considerações finais

Neste capítulo, buscamos apresentar, sob a forma de um ensaio, reflexões analíticas a respeito de algumas das informações alegóricas trazidas pelo romance de Dalcher. Por meio de uma interpretação cuja referência basilar sustentou-se na ADC, o contexto foi avaliado enquanto tema eixo da trama, e suas implicações problematizadas pelas questões diversas que as práticas sociais abarcam conceitualmente. Ao expor e arrazoar acerca da matéria em questão, consideramos de maneira crítica algumas das consequências que atitudes abusivas de poder promovem, bem como os prejuízos sofridos pelos que a elas são submetidos, apontando informações registradas historicamente e um exame perscrutador das representações linguístico-discursivas enquanto construtos da narrativa.

Segundo Hall (2006, p. 7), os sujeitos percorrem processos que desestruturam suas identidades, os quais alteram e demovem suas conformações e seus decursos centrais, abalando quadros de referência que lhes davam um refúgio consistente no mundo social. A autora de **Vox** estampa em sua protagonista o poder que atribui à linguagem. Afinal, remete à neurolinguista, criada no romance seu próprio conhecimento enquanto doutora em Linguística, de modo a revelar aos leitores o que a apropriação dos conceitos a respeito da comunicação promove, bem como a interdição deles. A imposição de uma nova inquisição, de um campo de concentração que emudece tanto as mulheres quanto os livros, denuncia que o poder está aliado a calar o outro, controlando sua aquisição ao conhecimento e sua expressão crítica aos fatos.

Apesar de silenciada e impedida de ler, a Dra McClellan trazia, em si, a linguagem outrora desenvolvida a gritar liberdade e o conhecimento acumulado a exigir alforria – e foi justamente isso que a libertou, bem como as demais mulheres acorrentadas a um fundo de sombras. Duas observações merecem ser, aqui, destacadas. Por um lado, narrativas de ação seduzem o leitor, incluindo-o em imaginação aos eventos históricos colocados em contextualização na trama, quer sejam reais, quer sejam ficcionais. A produção literária é, ainda, a projeção da realidade embuçada, o desnudamento das sensações vividas por particulares e saboreadas privativamente. Ao ser descrita, narrada e liricamente desenhada, essa existência figura-se nas diversas representações que parecem nos arrebatam mentalmente a situações não vivenciadas, mas, porém, sentidas intensamente em revolta e paixão. Por outro lado, a linguagem gráfica, por isso, é capaz de refletir, alegoricamente, a perturbação que vocifera as ânsias que cometemos somente em pensamento, transpondo-nos aos universos que se apresentam convidativos aos nossos assombros e deleites.

As quase infindas acepções possíveis das metáforas literárias norteiam para a também persistente recriação das simbologias que a linguagem permite, em encarnações várias que falam, pensam e morrem por nós, oferecendo-nos infindas possibilidades que o emudecimento de Dra Jean McClellan gerou em representação de agonia e em mutilação expressiva. O emudecimento imposto como forma de subjugar e depreciar, devolvendo à “caverna” aquelas que através da História lutaram para dela sair, denuncia o autoritarismo como modo, inclusive, de declaração do medo, afinal, o conhecimento empodera e avulta, com pronunciamentos de ciência necessária e, portanto, imperiosamente indispensável. Assim, mesmo após se encontrar em miséria identitária, por não mais ter permissão ao direito de escolha, a protagonista retoma um lugar de prestígio por possuir uma instrução única justamente naquilo que lhe fora tirado: a linguagem.

II PARTE

PRÁTICAS SEMIÓTICO-DISCURSIVAS ENTRECRUZADAS NO TECIDO HETEROGÊNEO DA VIDA SOCIAL

- 5 Política de identidades e desigualdades sociais: pobreza no contexto brasileiro pós-ditadura
- 6 O discurso de Carlota Mello em um único ato: o ethos feminino antes da guerra
- 7 Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade
- 8 Articulações semióticas e significados sociais: uma proposta de análise crítica do discurso multimodal

CAPÍTULO 5

POLÍTICA DE IDENTIDADES E DESIGUALDADES SOCIAIS: POBREZA NO CONTEXTO BRASILEIRO PÓS-DITADURA ²⁸

Denize Elena Garcia da Silva

Mara Cristina Santos Freitas-Escórcio

Introdução

Pobreza e desigualdade

Das bases teóricas

Procedimentos metodológicos

A caminho das análises e discussão de resultados

Representação social de agentes e de afetados

Posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da
pobreza

Uma política de identidades voltada para desigualdades sociais

Considerações finais

Introdução

Este capítulo objetiva apontar a questão da pobreza, acentuada pelas *desigualdades sociais*, como uma espécie de viga

28 Publicado, originalmente, na Revista da ALED - Associação Latino-americana de Estudos do Discurso - vol. 15, n. 2, p. 219-238, 2015.

mestra que sustenta a construção de uma *política de identidades* no contexto brasileiro pós-ditadura. O termo *política de identidades* é aqui empregado para caracterizar o conjunto de representações similares, existentes entre planejamento de ações governamentais e metas ideológicas de Chefes de Estado em suas práticas discursivas. Abordar práticas sociais com base em pronunciamentos políticos significa buscar uma conexão entre a esfera pública e o espaço social. Consideramos que práticas sociais são, em parte, questões de discurso e vice-versa. Nessa dupla direção, o tema em destaque - *política de identidades e desigualdades sociais* - envolve não só fenômenos sociais no campo político, mas também fenômenos de natureza linguístico-discursiva.

Quanto ao termo *desigualdades sociais*, empregamo-lo em consonância com uma série de pares antagônicos, cujos sentidos se encontram incorporados em nossas práticas discursivas de maneira naturalizada, tais como “riqueza e pobreza”, “igualdade e desigualdade”, bem como “inclusão e exclusão” entre outros. Mais que pistas linguístico-discursivas, as expressões mencionadas significam representações que fazem parte da nossa memória social, tal como já discutido em Silva (2007, p. 51).

Nessa perspectiva, nosso percurso analítico crítico encontra-se balizado por perguntas voltadas para o sentido representacional da linguagem: (a) como a pobreza é representada nos discursos de posse dos presidentes?; (b) que posição ocupam os atores sociais através da maneira com que são representados?; (c) como se encontra representada, nos textos pertinentes aos discursos selecionados, a agência dos processos relacionados à ação de combate à pobreza?; e (d) que pistas os componentes de transitividade nos fornecem, concernentes ao caminho almejado para políticas públicas?

Para tanto, investigamos propostas de solução voltadas para as desigualdades sociais, de modo específico, entre as metas ideológicas tecidas pelos cinco últimos chefes de Estado

em seus respectivos discursos de posse. Ponderamos que metas ideológicas costumam aparecer espelhadas em representações de uma realidade almejada, ou vivenciada, a partir de um dado momento historicamente situado. Como representações linguístico-discursivas, podem ser identificadas na materialidade de um texto, por meio da posição ocupada por ‘atores sociais’, participantes de processos na condição de agente, receptor beneficiado ou afetado, sobretudo, como portador marcado por qualificações ou juízos de valor (termos e valores simbólicos). Em poucas palavras, consideramos que metas ideológicas emergem de práticas discursivas, seja em termos de (des)construções ou apropriações no mundo político, seja nas relações de poder, o que permite (des)velar pistas das identidades dos envolvidos, direta ou indiretamente, nas práticas sociais.

Dentro do cenário histórico-político do Brasil, onde se pode navegar rio abaixo na correnteza de um tempo correspondente aos últimos vinte e cinco anos, selecionamos discursos dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello (1990), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1995), Luiz Inácio Lula da Silva (2003) e da atual presidente Dilma Rousseff (2011 e 2015). Cabe esclarecer que, para o presente estudo, utilizamos apenas um discurso de posse dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, embora ambos tenham exercido dois mandatos como Chefes de Estado, reeleitos pelo povo, a exemplo de Rousseff.

Diante de tal proposta, apoiamo-nos no construto teórico da Análise do Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (1992, 2001, 2010), para enfocar a dimensão exterior da linguagem, ou seja, o discurso como prática social. Registramos, aqui, algumas considerações, conforme delineadas em Silva (2009, 2012) a partir de Fairclough (2003, 2010) e Chouliaraki e Fairclough (1999). A análise do discurso que enfoca a língua como prática social e o texto como um evento comunicativo significa

uma forma de pesquisa social, considerada uma prática teórica crítica, baseada na premissa de que práticas opressoras podem ser combatidas por meio da palavra e, em condições propícias, até mesmo transformadas. Essa direção crítica permite-nos ponderar que pronunciamentos políticos aquilatados por bases ideológicas costumam emergir conjugados com projetos sociais, o que os torna passíveis de serem avaliados e, no caso das desigualdades sociais, desconstruídos, pelo menos discursivamente, em favor de uma nova ordem social.

Com vistas a enlaçar, desde um ponto de vista teórico-metodológico, a dimensão que faz da língua um contrato social (discurso) com a sua interioridade (gramática), recorreremos à Linguística Sistemico-Funcional de Halliday (1994), ampliada em Halliday e Matthiessen (2004). Nessa direção, completamos o conjunto de aspectos metodológicos com a proposta de representação de ‘atores sociais’, em termos de inclusão e exclusão, de acordo com a categorização de van Leeuwen (1997; 2008). O material escolhido para este estudo envolve os discursos de posse dos cinco presidentes brasileiros, eleitos dentro do sistema direto de votação popular. O recorte analítico já começa pelo gênero escolhido (discurso político), sobretudo, devido à natureza democrática da prática social do voto direto nas urnas, o que sugere, pelo menos em princípio, que os discursos de posse encontram-se afinados com a mentalidade coletiva (FREITAS-ESCÓRCIO, 2014).

O capítulo encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Apresentamos um breve histórico de concepções recentes em torno do conceito de pobreza, mediado por um paralelo entre privação e desigualdade, o que é canalizado para informações sobre pesquisas voltadas aos temas pobreza e desigualdade social, tanto no Brasil quanto na Colômbia e na Argentina. Em seguida, destacamos a triangulação teórica que baliza o estudo, para alcançar os procedimentos metodológico-

teóricos da pesquisa, que é de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa). A parte dedicada à análise encontra-se subdividida em quatro seções: a representação social dos agentes; a posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da pobreza; a semântica dos processos relacionados à pobreza; e uma política de identidades voltada para desigualdades sociais. Nas considerações finais procuramos sintetizar uma possível forma de contribuição para o fortalecimento do olhar crítico de analistas do discurso para o perfil de chefes de Estado da América Latina.

Pobreza e desigualdade

Inicialmente, deve-se ressaltar que o fenômeno social da pobreza pode ser conceituado à luz de diferentes abordagens históricas. De acordo com o estudo publicado por Crespo e Gurovitz (2002), três concepções a respeito da pobreza foram desenvolvidas no decorrer do século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. O enfoque da sobrevivência, o mais restrito dos três, vigorou até a década de 50. Tal abordagem consistia em caracterizar tão somente o limite mínimo necessário para a sua sobrevivência de um indivíduo. A partir de 1970, a pobreza ganhou conotação de necessidade básica, mediante destaque de condições favoráveis para qualidade de vida, tais como serviço de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Nos anos oitenta, esse fenômeno social passou a ser apreendido como privação relativa. Dessa forma, sair da linha da pobreza passou a equivaler ao alcance de níveis de conforto, atrelados ao desenvolvimento de papéis e comportamentos socialmente adequados.

A questão da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores o ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999), o indiano Amartya Sen (2010, p. 120), para quem a

pobreza pode ser definida como uma “privação de capacidades” Ao lado dessa concepção teórica, cabe registrar a posição de Silva (2008, p. 270), que discute o fenômeno social da pobreza a partir de “um conjunto de problemas de uma dada sociedade”, que se interceptam na engrenagem dos sistemas: *econômico, político e social*. Trata-se de uma tríade que pressupõe privações, entre elas a falta de liberdade de escolha.

Ao se levar em conta o campo de aquisição de conhecimento, dentro da esfera social, pode-se ponderar que a falta de liberdade de escolha, em termos de acesso a uma educação formal, constitui de fato a razão maior que gera a privação de capacidades, a que se refere o ganhador do prêmio Nobel em sua teoria. Por outro lado, o próprio termo *privação de capacidades* remete à escassez de condições para desenvolvimento de habilidades. Isso nos permite evocar o pensamento de Suzane Romaine (1982, p. 201), sociolinguista britânica, para quem “as sociedades distribuem seus recursos comunicativos de maneira diferente e os indivíduos desenvolvem suas habilidades no contexto de riqueza a que têm acesso”. Nesse sentido, permitimo-nos sugerir que a questão de privação relativa aparecerá sempre atrelada a razões de natureza econômica, política e social, com consequências que mantêm uma relação de causa efeito, nem sempre positivos, entre o campo do poder político e os meios educacionais.

Abrimos espaço para ponderarmos, aqui, o seguinte: a escola deveria constituir a fonte mais imediata do poder no que concerne à distribuição não só de recursos econômicos, mas, principalmente, de conhecimento para desenvolvimento de habilidades voltadas para a dimensão cognitiva dos estudantes em termos de expansão de capacidades. Resulta que, no contexto brasileiro, em decorrência do caráter antagônico das estruturas políticas e sociais, com repercussão no meio educacional, o consenso absoluto, sobretudo, com relação ao pensamento e práticas hegemônicas, permanece tão somente no imaginário coletivo.

A propósito, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2010), em seu relatório sobre distribuição de renda frente a desigualdades, o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdades do mundo. Ainda, segundo o referido relatório, a desigualdade na região se mantém de maneira persistente, sendo historicamente alta, além de se reproduzir sempre em contexto de baixa mobilidade social. Compondo um pouco mais o panorama histórico da pobreza e da desigualdade no Brasil, vale mencionar dados que o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), publicados no final de 2013 em relatório intitulado: “Duas décadas de desigualdades e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE”.

Segundo o relatório do IPEA (2013, p. 30), “um dos aspectos das mudanças sociais no Brasil desde o início dos anos 1990 concerne à diminuição das desigualdades entre grupos, com forte crescimento da renda principal entre camadas historicamente menos privilegiadas”. Uma breve mirada nos dados do mencionado relatório permite-nos considerar que, no Brasil, as últimas duas décadas trouxeram avanços significativos no combate à pobreza e à desigualdade. Não obstante, pode-se ponderar que se trata de melhorias insuficientes para sanar grandes distorções sociais existentes no contexto brasileiro, conforme o documento (PNUD 2010) mencionado no parágrafo anterior.

Quanto ao tipo de problema que nos interessa descrever e explicar, destacamos o dilema das desigualdades, tema cada vez mais constante nos estudos críticos do discurso, conforme pesquisas transdisciplinares voltadas à realidade de países latino-americanos, desenvolvidas, no Chile, por Montecino (2011) e por Silva e Pardo Abril (2010), em estudo comparativo entre Brasil e Colômbia, além das investigações realizadas, na Argentina, por Pardo (2006, 2008) entre outros autores. Cabe, aqui, ressaltar que se trata de um conjunto de linhas de investigação que configuram o projeto da Rede Latino-americana de Estudos da Pobreza

Extrema – REDLAD, em vigência desde 2006, voltado para o escopo central de discutir razões de desigualdades sociais, bem como denunciar práticas políticas opressoras. Isso, mediante identificação e rigorosa análise linguística dos papéis discursivos de atores sociais, sobretudo, no que concerne à agentividade, implícita ou explícita, atrelada a cada um. Como bem observa Montecino (2011, p. 70), “en el discurso se asignan diversos grados de participación y responsabilidad a los distintos referentes y actores sociales (individuos, grupos e instituciones) que se introducen en él”.

No âmbito dos estudos críticos do discurso, conforme reitera Silva (2008, 2009, 2012, 2015), o trabalho do linguista deve objetivar não só a descrição rigorosa dos aspectos linguístico-discursivos contextualizados, mas, sobretudo, promover a intervenção ativa e proposital na realidade social encontrada. É nesse sentido que se pode apontar, no contexto brasileiro, o interesse crescente de pesquisas nessa mais nova faceta da Linguística que, além de contemplar a interioridade da língua como sistema estrutural (gramática), desde uma perspectiva funcional, dedica-se de modo específico à sua exterioridade multifuncional (discurso), dimensão que faz da língua um contrato social (SILVA, 2015).

Das bases teóricas

No âmbito deste estudo, caracterizamos a representação como uma categoria linguístico-discursiva, que emerge da construção de significados edificados na materialidade do texto, os quais adquirem significações na dimensão da língua como contrato social. As propostas que constituem nossos vértices de base teórica contemplam não só a exterioridade da linguagem, nos moldes de Fairclough (2001, 2003), mas também sua interioridade, aqui, enfocada sob o prisma das macrofunções dentro da teoria

da Linguística Sistêmico-Funcional, desenvolvida por Halliday (1994) e ampliada em Halliday e Matthiessen (2004).

O diálogo entre essas duas perspectivas tem-nos permitido trabalhar o linguístico no interior do social e vice-versa, como se fosse uma estrada dupla que segue na mesma direção, mas balizada de modo especial pelas instâncias do discurso (Silva 2009). De maneira complementar, examinamos pistas linguístico-discursivas que indiciam como ‘atores sociais’ são representados em textos, o que nos permite identificar não só os posicionamentos ideológicos em relação a eles, bem como ao raio de ação sobre a realidade, de acordo com a proposta de van Leeuwen (2008), para quem a representação, dentro de um sistema linguístico, envolve significados que geram efeitos de significação e sistemas simbólicos.

Na perspectiva de uma análise de discurso textualmente orientada (ADT), conforme propõe Fairclough (2003), lançamos nosso olhar sobre o significado *representacional* da linguagem, plasmado em textos escritos de onde emergem as significações ao serem oralizados em discurso. Nas palavras de Fairclough (2001, p. 91), enfoca-se “discurso como uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados”. De modo paralelo a essa dimensão social de significados, aprofundamos nosso olhar em direção à metafunção ideacional, macrocategoria hallidayana que, nas palavras de Fairclough (2001, p. 92), concerne “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”.

Nosso enfoque teórico incide, pois, nos elementos de natureza léxico-gramatical, enquanto parte da interioridade do sistema linguístico, para descrever e interpretar o funcionamento dos mesmos na exterioridade (discurso), sobretudo, como formas de representação mediadas por recursos associados a três elementos de ordens do discurso: gênero, discurso e estilo, conforme propõe Fairclough (2003). Em poucas palavras, o termo

gênero encontra-se associado a uma forma altamente elaborada de consciência socio-cultural-prática, como uma forma de ação social e até mesmo como uma espécie de *artefato cultural* da sociedade, expressão sugerida por Marcuschi (2008). Recomenda Fairclough (2003) que o termo *discurso* equivale a uma forma de prática social (e não individual), mas também pode ser visto como uma unidade pragmática, em termos de modo de representação e de controle sobre as coisas. Quanto ao terceiro elemento de ordens do discurso, Fairclough (2003) denomina-o *estilo*, o que permite considerarmos o mesmo como uma forma de identidade, em termos de conduta, tanto social quanto pessoal, uma vez que envolve atitudes e intenções de um falante/escritor. Ponderamos, ainda, que estilos podem ser identificados através de recursos argumentativos e retóricos na materialidade de textos, no caso, textos preparados para serem lidos (discursos proferidos por Chefes de Estado).

Tratamos de distinguir a transitividade da língua nos moldes de Halliday e Matthiessen (2004), mediante o enfoque da função ideacional da linguagem, voltada para os componentes de uma unidade de informação (oração), equivalente a uma unidade de fala. Enquanto na ADC a questão da representação seconfigurano discurso, vinculada ao eixo do conhecimento (relação de controle sobre as coisas), dentro dos três elementos de ordem do discurso, a LSF enfoca a representação dentro da função ideacional da linguagem mediante a transitividade oracional identificada por meio de três componentes: processo verbal, seus participantes, bem como circunstâncias (HALLIDAY, 1994).

Quanto aos processos, esses podem ser visualizados na figura abaixo. Trata-se de uma analogia tecida por Silva (2013) para explicar tipos de processo em português a partir de outra construção metafórica, com base na proposta de Halliday (1994), rerepresentada em Halliday e Matthiessen (2004). Vejamos.



Figura 1 - Mandala da Gramática da Experiência
 Fonte: Modelo criado por Silva (2011).

A *Mandala da Gramática da Experiência*, conforme já explicitada em Silva, (2013a, p. 91-92), corresponde a uma aproximação metafórica da energia emanada dos centros geradores de nosso mundo conceptual e linguístico caracterizado, na proposta hallidayana, por seis tipos de processos (indicados, acima, ao redor da mandala) – material, mental, relacional, comportamental, verbal e existencial–, cujos significados prototípicos, exibidos no interior das formas sextavadas, constituem pistas tanto para análise léxico-gramatical quanto semântico-discursiva. Enquanto os três primeiros processos citados – *materiais*, *mentais* e *relacionais* – podem ser considerados básicos, os três últimos – *comportamentais*, *verbais* e *existenciais* – costumam ser caracterizados como secundários, porque se encontram mesclados, em termos de significado(s), justamente pela proximidade das fronteiras de sentido intercaladas pelos processos básicos.

Por outro lado, cabe ressaltar que, neste trabalho, para a categoria hallidayana de participantes, adotamos o modelo de

van Leeuwen (1997), como um desdobramento específico, em termos de ferramentas analíticas, o que nos permite uma análise linguístico-discursiva mais detalhada no âmbito do significado representacional da linguagem. Sugere van Leeuwen (1997) que a representação concerne a maneiras como atores sociais são representados em textos, o que pode indiciar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Trata-se de uma proposta analítica que conjuga o social e o linguístico, mas com ênfase na agência sociológica.

Conforme sintetizado em Silva e Ramalho (2008), no modelo de van Leeuwen (1997), as representações indiciam uma inclusão ou uma exclusão de atores sociais para servir, no discurso, a interesses e finalidades particulares. Atores podem ser incluídos, suprimidos ou colocados em segundo plano na representação. A primeira categoria sugerida por van Leeuwen (1997) concerne à *exclusão*, que se encontra subdividida em *supressão* e *encobrimento*, sendo que essa última maneira pode ser explicada como uma forma de se “colocar em segundo plano” algo que não convém ser mencionado diretamente no discurso. No caso da *supressão*, a exclusão não deixa marcas na representação, uma vez que o enunciador apaga, por uma dada conveniência, tanto os atores sociais envolvidos, quanto as atividades por eles desempenhadas. Na exclusão por *encobrimento* os atores sociais aparecem sob a forma de algum componente textual, o que indicia se tratar de uma ‘exclusão’ radical, nos termos de van Leeuwen (1997).

A *inclusão* de atores sociais no texto pode ser realizada de diversas maneiras. De acordo com uma extensa rede proposta por van Leeuwen, destacamos, aqui, categorias como *ativação* e *passivação*, que por si só já explicitam os papéis conferidos na representação de sujeição e beneficiação. A ativação pode ocorrer por *circunstancialização*, mediante circunstâncias preposicionadas, no caso do português, ligadas em geral pela preposição *por*, que pode aparecer, também, na forma de contração com um artigo definido

pelo. Os atores podem também ser representados em termos de sua identidade única quando nomeados, ou categorizados, o que corresponde às subcategorias *nomeação* e *categorização*. A nomeação realiza-se tipicamente através de nomes próprios, ao passo que a categorização ocorre por funcionalização, identificação, bem como por *avaliação*. A primeira escolha representacional ocorre quando os atores são referidos em termos de uma atividade, ocupação ou função à qual estão ligados.

Ao trabalharmos na perspectiva multifuncional do significado da linguagem em curso – etimologicamente *dis+curso* – que equivale ‘ao que corre em várias direções’, acercamo-nos de uma dimensão interior (estrutural), razão pela qual buscamos suporte teórico e metodológico também na Linguística Sistemática Funcional (LSF). Trata-se de uma teoria da linguagem que possibilita uma descrição linguística, com foco na organização gramatical e semântica, o que nos permite desvendar, em termos de conteúdo, os sentidos representacionais, veiculados na dimensão da exterioridade (discurso) de um texto, uma vez que ali já circulam internamente uma gama de significados, sempre relacionados a um dado contexto de situação e de cultura.

Procedimentos metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, no momento inicial da pesquisa, seguimos algumas observações teóricas sugeridas por Bauer e Aarts (2000, p. 56), concernentes à construção de um *corpus* com dados empíricos. Afirmam os dois autores que “um *corpus* é uma interseção histórica. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança”. Sempre de acordo com os referidos autores, pode-se considerar que os discursos de posse dos presidentes pós-ditadura correspondem ao “intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado”.

Não obstante, conforme já discutido por Silva e Ramalho (2008, p. 273), “sabemos que a realidade não pode ser reduzida ao empírico – ao nosso conhecimento sobre ela, que será sempre de natureza contingente, mutável e parcial”. Assim, na esteira do pensamento de Fairclough (2003, p. 14), assumimos, no contexto do presente trabalho, o seguinte: “em qualquer análise escolhemos fazer perguntas sobre eventos sociais e textos, e não sobre outras questões possíveis”²⁹

Após o recorte do gênero (discurso político) e do tipo textual (pronunciamentos de chefes de Estado empossados), os documentos selecionados foram submetidos a um segundo passo metodológico, qual seja, interrogar o material documental com vistas a descrever e interpretar questões sociais, mediante aproximação de dois pontos configurados nas dimensões da linguagem: o léxico-gramatical (interioridade) e o discursivo (exterioridade). Para aproximar respostas às questões de pesquisa, apresentadas na introdução, valemo-nos de seis textos distintos, que foram proferidos, respectivamente, pelos presidentes da República Federativa do Brasil, eleitos por voto direto.

Entre os textos selecionados, dois correspondem aos discursos de posse da então presidente Dilma Roussef. A decisão metodológica de um recorte temporal para seleção das amostras incidiu sobre os discursos situados entre os anos 1990 e 2015, tempo que faz parte do período pós-ditadura militar, por envolver o movimento democrático restaurado nos anos oitenta. Buscamos examinar aspectos em comum representados nos seis textos selecionados, o que nos permitiu realizar um recorte dos excertos que correspondiam à temática da pesquisa.

Em seguida, os fragmentos que envolviam o campo semântico de pobreza foram submetidos a uma microanálise a partir dos

29 Trad. livre de: In any analysis, we choose to ask certain questions about social events and texts, and not other possible questions (FAIRCLOUGH, p. 14, 2003).

componentes da transitividade, ou seja, dos processos verbais propriamente ditos, participantes e circunstâncias. A posição dos participantes foi identificada de acordo com a representação dos atores sociais, conforme caracterização proposta por van Leuween (1997), voltada para a inclusão, especificada em termos de agente, beneficiado e afetado entre outros papéis pertinentes aos demais componentes de transitividade na estrutura oracional. Como esclarece o referido autor, atores sociais podem ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por suas atividades ou enunciados; ou ainda podem ser referidos por meio de julgamentos, em termos de conjecturas acerca do que são ou do que fazem. O enfoque na macrocategoria *representação* permite-nos não só a realização de uma triangulação teórica, mas o desdobramento analítico apresentado a seguir.

A caminho das análises e discussão de resultados

As análises preliminares permitiram agrupar enunciados que envolviam temas recorrentes em conjuntos específicos, de acordo com os componentes da transitividade. Os dados foram agrupados nos seguintes subconjuntos: a representação social dos agentes, bem como dos afetados; a posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da pobreza; a semântica dos processos relacionados à pobreza; a *política de identidades* voltada para *desigualdades sociais*, paralela à *identidade do povo beneficiado* (recebedor).

Representação social de agentes e de afetados

Os fragmentos de discurso, enfocados a seguir, permitem apontar atores sociais frente à questão da pobreza. Os excertos

destacados para este tópico encontram-se registrados em textos escritos (*vide* marcação de linhas), que constituem documentos pertinentes aos discursos de posse de Collor (1990) e de Itamar (1992). Observe-se que há uma oscilação nas formas de representação do ator social, que pode ocupar a posição de agente, mas ao mesmo tempo assumir um papel de afetado.

Embora o campo semântico da pobreza ocupe um plano de fundo, costuma figurar na posição de alvo, marcado por expansão, o que pode ser observado no final do fragmento abaixo.

- (1) COLLOR (1990, linhas 210-212) - Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.

O termo – minha geração – configura um ator social, ao mesmo tempo possessivo (minha) e generalizado, ao assumir discursivamente o papel interlocutor de um grupo maior, o qual *não admite* uma forma de comportamento – *conviver* – com um Brasil. Observe-se que o termo Brasil é incluído no discurso não como ator social, mas tão somente como termo adverbial, o que van Leeuwen (2008) aponta como inclusão por ‘circunstancialização’. Quanto aos termos – *gigante econômico /mas/ pigmeu social* – sugerimos que ocorre uma inclusão, mediante uma ‘generalização’, reforçada através de um paralelismo por oposição, marcado pelo conector argumentativo (*mas*) e acentuado, no caso, por um contraste metafórico. O final do enunciado é marcado por uma repetição estrutural icônica, com função intensificadora nos segmentos nominais em lista: *...tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade*. Trata-se de três elementos lexicais associados, ainda que indiretamente, à temática da pobreza. Examinemos outro fragmento discursivo.

- (2) ITAMAR (1992, linhas 18 e 19) - Um país não pode ter a sua modernidade reclusa em setores de ostentação enquanto o resto do povo se afrenta, todos os dias, com a fome, o desespero, a doença e a ofensa.

Observe-se, acima, que o sintagma nominal – *um país* – configura o ator social marcado, no caso, por meio de forma pronominal indefinida (*um*), o que o remete a uma “generalização”, categoria sugerida por van Leeuwen (2008), visto que o enunciador não se inclui. O sintagma verbal – *não pode ter* – explicita um processo relacional (*ter*) que envolve um valor – *a sua modernidade reclusa*, precedida de uma modalidade deôntica (*pode*) – reforçada pela polaridade negativa (*não*). O elemento circunstancial – setores de ostentação – mitiga a polaridade entre *modernidade reclusa* – em paralelo, por contraste, com o *resto do povo*, o que remete a uma ‘coletivização’, que não representa atores quantitativamente, mas os trata por meio da pluralidade, em termos de van Leeuwen (1997). Cabe ressaltar, ainda, a escolha das formas vocabulares, por meio da qual o ator social – *povo* – encontra-se representado, associado a termos voltados para o campo semântico da exclusão.

Posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da pobreza

Nos excertos abaixo, retirados dos respectivos textos/pronunciamentos de Collor (1990) e de FHC (1995), destacamos, por meio de uma microanálise dos componentes linguístico-discursivos, a representação dos agentes, bem como a posição ocupada pelos mesmos no que concerne a ações contra os efeitos da pobreza, tais como vergonha, miséria, injustiça e fome. Vejamos.

- (3) COLLOR (1990, linhas 213-214) - A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça.

Ressalte-se que o ator social – governo – encontra-se em posição oblíqua, possessivada (*meu*). Não obstante, como responsável pela agência do processo, é representado mediante o que van Leeuwen (1997.) sugere como ‘classificação’, detalhada por meio de uma ‘especificação’ – *a finalidade de meu governo*. A escolha de uma representação por meio de classificação indicia o que é franqueado a um grupo maior, especificando-se-lhe a responsabilidade quanto ao processo da ação, sempre de acordo com van Leeuwen. Observe-se que a agentividade em – meu governo – coaduna-se com a tendência em generalizar o ator social responsável pela ação associada ao processo – *libertar* –, que carrega, por sua vez, um traço semântico de sentido salvacionista. Nos moldes hallidayanos, identifica-se a ação da forma verbal (*libertar*) como um processo material abstrato transformativo. Observemos que se trata de alforriar metaforicamente o ato social. No caso, cabe ao Brasil o papel de participante receptor, beneficiado como meta, sempre em posição de ‘passivação’ em termos de van Leeuwen. Trata-se de um ator social afetado, representado, sobretudo, com relação ao alvo relacionado à referência: *da vergonha, da miséria, da injustiça*.

- 4) FHC (1995, linhas 242-44). Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Na primeira unidade oracional, dentro do fragmento (4), observe-se que a topicalização do ator social recai na fusão estrutural e retórica dos componentes de transitividade – *nós, brasileiros* – entidades valorizadas na forma de atributo – *um povo*

solidário – por meio do processo relacional (ser) que, na primeira pessoa do plural – *somos* – permite ao enunciador inserir-se nessa avaliação. Quanto ao segundo segmento oracional, asseveramos, desde a perspectiva hallidayana, que o grupo verbal – *vamos fazer* – configura um processo material abstrato transformativo, enquanto o sintagma nominal – *desse sentimento* – funciona como um circunstancial de contingência, por meio do qual o grupo nominal – *a mola de grande mutirão nacional* – adquire a conotação de termo agentivo, com agência sugerida para executar a ação limpeza – *varrer* –, processo material abstrato, cujo alvo configura-se em duas referências específicas – *a fome e a miséria*. Observe-se, ainda, que o Brasil não aparece com ator social principal, já que configura uma forma de representação em segundo plano, tão somente para especificar um circunstancial de localização, no termo – *mapa do Brasil*, o que aparece também no fragmento abaixo, selecionado do discurso de Lula (2003).

- 5) LULA (2003, linha 64). É por isso que hoje conclamo: nós vamos acabar com a fome em nosso país.

No segmento oracional (5), destaca-se um ator social que se representa como um dizente ativo ao – *conclamar* – por ‘agregação’ e ‘coletivização’, representada na pluralidade do processo material transformativo – *vamos acabar* –, uma extensão que incide sobre uma meta específica – *com a fome* – num circunstancial de lugar – *em nosso país*. Cabe observar que tanto a ‘agregação’ quanto a ‘coletivização’ marcam os atores sociais, referidos de maneira retórica no discurso de Dilma (2011).

- 6) DILMA (2011, linhas 114-16). Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte.

Em um paralelo comparativo entre os fragmentos (5) e (6), extraídos dos respectivos discursos de Lula (2003) e Dilma (2011), podemos constatar, mais além da retórica de natureza apelativa, em termos de significado identificacional (conduta), que a agência dos processos relacionados à pobreza, bem como a existência de efeitos causados diretamente pela pobreza, aproxima-se, de modo recorrente, da forma pessoal de quem profere o discurso, representado na declaração atitudinal – *não vou descansar* – expressa no processo material abstrato transformativo, acentuado pela negação modalizadora. Enquanto no segmento (5) destaca-se o uso da primeira pessoa do plural, representando uma ‘coletivização’, associada à imagem do presidente, no fragmento seguinte (6), distingue-se o uso da primeira pessoa do singular, o que sugere uma ‘assimilação’, nos termos de van Leeuwen (1997), por meio uma referência específica da presidente. Vejamos o fragmento (7) extraído do discurso de posse recente da presidente em exercício.

- 7) DILMA (2015, linhas 26-27). A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome.

Uma breve comparação entre os fragmentos (6) e (7), destacados nos discursos da atual presidente do Brasil permite-nos apontar a manutenção de uma política de identidades baseada nas metas ideológicas tecidas por chefes de Estado anteriores, em seus respectivos discursos de posse, entre as quais se destaca a questão social da pobreza, representada, de maneira metonímica, por seus efeitos, tais como a fome acarretada pela miséria.

A semântica dos processos relacionados à pobreza

Os fragmentos (8) e (9), reapresentados para outros comentários analíticos nesta subseção, permitem-nos destacar a semântica dos processos relacionados, ainda que de maneira encoberta, à temática da pobreza, uma vez que as construções dos processos verbais propriamente ditos favorecem a temática da ‘exclusão’, uma vez que os participantes dos processos são colocados em ‘segundo plano’. Por outro lado, Cabe ressaltar que as ações sublinhadas nos referidos excertos envolvem processos de natureza abstrata transformativa, longe de ações concretas, voltadas para o mundo experiencial do fazer, bem como do agir.

- 8) COLLOR (1990, linhas 2013-214). A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça.
- 9) DILMA (2011, linha 114). Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa...

Os excertos acima indiciam que os sintagmas verbais, bem como os grupos nominais relacionados a tópicos pertinentes à pobreza, alinham um pensamento libertário e salvacionista ao discurso. A construção circunstancial, precedida pela particular de negação em – *não vou descansar* –, a exemplo da construção circunstancial topicalizada, no excerto (8), instala a figura de Chefes de Estado dispostos a solucionar problemas da mesma natureza de maneira incansável.

- 10) DILMA (2011, linhas 111-113). Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Deve-se ressaltar que o termo pobreza constitui o participante (existente) relacionado ao processo – existir. O participante afetado, representado pelo sintagma – *nosso país* – encontra-se em segmentos oracionais reduzidos de infinitivo. Observe-se que o fenômeno expresso no termo – *pobreza* – exerce a função de agente responsável pelos processos de *envergonhar* nosso país e *impedir* nossa plena afirmação. Como o fragmento (8), pertinente ao discurso de Collor (1990), o fenômeno da pobreza equivale a uma mácula social abstrata, razão pela qual evoca o sentido aprisionado da vergonha direcionada para o que implica exclusão.

Uma Política de identidades voltada para desigualdades sociais

Os fragmentos seguintes têm em comum a ideia de transformação, em termos de um olhar para a pobreza, o que remete à continuidade de políticas públicas em favor dos excluídos.

- (11) ITAMAR (1992, linhas 20-23). A única coisa que se reparte equitativamente em sociedades injustas como a nossa é o medo. A própria classe média vive sobre sob a angústia do empobrecimento rápido, e o seu padrão de vida reduziu-se dramaticamente nos últimos meses, sem que isso significasse vida melhor para um conjunto de trabalhadores.
- (12) FHC (1995, linhas 183-185) – [O governo] se jogará por inteiro no grande desafio - que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos - de diminuir as desigualdades até acabar com elas.
- (13) LULA (2003, linhas 251-254) – Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa,

abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

- (14). DILMA (2011, linhas 62-66) – Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.
- (15). DILMA (2015, linhas 35-36) - Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão...

Os discursos de posse reforçam a ideia de construção de um diferencial entre as perspectivas de governos que se sucedem e a realidade da pobreza, associada às práticas de governos anteriores. Com exceção do fragmento (11), os excertos seguintes apresentam ideias de recomeço, sempre projetando ações positivas, seja como desafio para a diminuição das desigualdades, seja como marco de coragem na redução da dívida social.

Uma breve comparação entre os excertos destacados nos fragmentos de (12) e (13) e os fragmentos (14) e (15), pertinentes aos dois discursos de posse da atual presidente do Brasil (Dilma Rousseff, 2011, 2015), permite-nos apontar a manutenção de uma *política de identidades* baseada em metas ideológicas tecidas por chefes de Estado, entre as quais se destaca o dilema das desigualdades. Com base nas escolhas léxico-gramaticais (representações) identificadas nos seis textos analisados, sugerimos que a recorrência de expressões atreladas ao campo semântico da pobreza – tais como, ‘angústia do empobrecimento’, ‘tragédia da

miséria, 'desigualdades', 'sofrimento dos mais pobres' –, as quais se encontram associadas ao campo de vergonha, o que evoca um desafio constante, daí a postura do combate, em termos ideológicos. Vale destacar, ainda, que os termos relacionados ao ator social Brasil, receptor das ações dos governantes para sanar uma 'dívida histórica social', mencionadas em termos de dívidas em favor de uma 'população enorme de excluídos', remetem a uma posição de passivação no discurso da presidente e de seus antecessores, como se miséria e pobreza, conforme já registrado em Silva (2013, p. 88), “fossem apenas as duas pontas de um laço, cujo nó circunstancial poderia banir a desigualdade na pirâmide social brasileira, mediante a concretude das ações governamentais futuras”.

Considerações finais

Os discursos de posse dos cinco últimos presidentes pós-ditadura permitem-nos confirmar que a temática da pobreza tem constituído a viga mestra recorrente e, sobretudo, sequaz no desenho dos projetos políticos. Trata-se de planos políticos ocorridos dentro de um tempo real em torno de vinte e cinco anos, que coincide, ainda que de modo paralelo, com o florescer dos estudos do discurso na América Latina, consolidados em investigações cujos frutos acenam ainda para a necessidade de justiça social, contra desigualdade.

Os resultados da análise sugerem que a representação social dos que vivem a angústia da exclusão, do povo brasileiro no papel de afetado, ainda que suposto beneficiário, e o agente das ações relacionadas à pobreza sofreram significativas alterações em seu modo de representação ao longo dos anos. Enquanto os discursos proferidos entre os anos de 1990 e 2003 representavam aqueles que estavam em posição de vulnerabilidade socioeconômica como “excluídos” e “resto do povo”, destacando assim características

negativas, os discursos proferidos na partir dos anos 2003 até o momento representam os mesmos atores sociais como “os que melhoraram de vida”, “os que lutam para sair da miséria” ou simplesmente utilizam termos que mitigam os traços humanos, o que remete a uma mitigação da semântica negativa relacionada ao ator social enfocado.

Da mesma forma, observa-se uma alteração na representação dos atores sociais responsáveis pela agência das ações relacionadas à pobreza. Os discursos proferidos entre 1990 e 2003 apresentam os atores sociais como ‘classificados’ e ‘funcionalizados’, nos termos de van Leuween (2008), o que imprime um caráter impessoal e coletivo, às ações. Já os discursos proferidos após 2003 apontam uma tendência contrária, uma vez que o enunciador revela-se como *agente*, o que torna seus pronunciamentos mais personalizados, fundindo a agência com a figura do presidente em questão.

No contexto dos dados analisados, desvela-se, pois, entre as recorrências léxico-gramaticais, a presença de processos que reforçam a semântica salvacionista e heroica do Chefe de Estado. Da mesma forma, constata-se a repetição de atores sociais que representam uma sociedade generalizada e um grupo social mais amplo em posição de ‘passivação’, o que sugere a manutenção da identidade de um povo beneficiado, bem como de um país passivo e recebedor. Pode-se apontar, por outro lado, uma recursividade na ideia de ruptura com práticas de governos anteriores e renovação com novas práticas.

Além disso, a forma de representação da pobreza sofreu alterações nos discursos de posse, o que indicia modificações concomitantes no contexto social brasileiro, no que concerne a uma diminuição das desigualdades entre grupos e crescimento da renda entre camadas historicamente menos privilegiadas. À guisa de conclusão, ressaltamos que uma nova visão de práticas sociais do passado só será possível mediante mudanças de perspectivas

políticas, não só por parte de governantes, mas, sobretudo, por parte de cada um de nós na busca do fortalecimento de uma consciência cidadã crítica. Nesse sentido, como pesquisadores engajados, cabe-nos o papel de ator ativo e participativo na vigilância das ações de Chefes de Estado no âmbito do continente latino-americano.

Notas

1 Os textos selecionados, correspondentes aos discursos de posse de cada presidente, encontram-se registrados, na *Íntegra*, no site www.biblioteca.gov.br. Último acesso em 24.05.2015

Dilma 2015: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>

Dilma 2011: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>

Lula 2003: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>

FHC1995: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>

Itamar 1992: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/itamar-franco/discurso-de-posse-1>

Collor 1990: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-1/1990/01.pdf/view>

CAPÍTULO 6

O DISCURSO DE CARLOTA MELLO EM ÚNICO ATO: O ETHOS FEMININO ANTES DA GUERRA³⁰

Risalva Bernardino Neves

Denize Elena Garcia da Silva

Introdução

“Mantive a comunicação dentro de mim” - vozes silenciadas x
signos gritados

A semiose da tirania – um breve percurso multimodal

“Pense no que precisa fazer para continuar livre“

O ruído que o silêncio fez na História

Escrevo o silêncio em versos brancos

Sombras de identidades perdidas

Considerações finais

Introdução

Este capítulo tem como objetivo específico discutir a construção de identidade(s) de uma enfermeira militar, antes de sua ida para a Segunda Guerra Mundial. Isso, com

30 Publicado, originalmente, em *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 156-177, 2018.

base em suas narrativas de vida, colhidas em tempos recentes por uma das autoras do presente estudo. De modo paralelo, teceremos considerações referentes ao *ethos* feminino da época.

De início, cabe-nos destacar que, nas últimas décadas, estudos que relacionam discursos e identidades ganham força na área das ciências humanas, sobretudo, aqueles que valorizam ou trazem à luz identidades de agentes sociais esquecidos na esteira do tempo, o que parece aguçar cada vez mais a parcela feminina da sociedade a sair da invisibilidade e reivindicar seus direitos. Essa é a razão pela qual enfocamos, no presente artigo, a voz eloquente de uma mulher de 103 anos, enfermeira militar que, em 1944, decidiu ir para a guerra. Nossa questão motivadora é como essa personagem – tão significativa para a história brasileira – constrói sua narrativa e tece identidade(s) por meio de práticas discursivas que conjugam práticas sociais do passado e do presente, vivenciadas em um tempo real de longa duração.

Como já destacado por Silva (2013), a análise de discurso que enfoca a língua como prática social constitui nosso passaporte teórico básico, uma vez que baliza uma forma de pesquisa social também considerada uma prática teórica crítica. Na esteira da proposta de Fairclough (2003; 2010), consideramos que toda pesquisa para ser útil deve-se revestir de uma prática social transformadora. Silva (2013, p. 92-93) esclarece que, “a análise textual voltada para a pesquisa social crítica, nos moldes de Fairclough (2003), permite-nos sondar o funcionamento de operações linguístico-discursivas, no processo comunicativo e, sobretudo, a sua conexão com outros sistemas semióticos vigentes, historicamente situados”. Nosso estudo alinha-se também à perspectiva de De Fina e Georgakopoulou (2008), autores que propõem uma abordagem alternativa, segundo a qual a narrativa é vista como fala-em-interação e como prática social. Dessa forma, concebe-se “a análise da interação como

um aspecto fundamental de qualquer estudo da narrativa, e a investigação dos microaspectos narrativo-interacionais com processos sociais mais amplos como um pré-requisito para a pesquisa de caráter social” (DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2008, p. 379).

O capítulo encontra-se organizado em três seções, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos o cenário no qual se insere D. Carlota Melo. Trata-se de um contexto de situação, em que viviam as primeiras mulheres militares das Forças Armadas Brasileiras, bem como do contexto de cultura do país naquele período.³¹ A segunda é dedicada ao arcabouço teórico-metodológico que sustenta o estudo aqui apresentado. A terceira parte envolve a análise propriamente dita dos dados selecionados, seguida das considerações finais.

O cenário da mulher militar brasileira: breve dossiê do contexto de situação da época

Ainda que o título desta seção deixe subentendido que havia um contexto no qual a mulher militar estaria inserida, não é isso que queremos dizer. Não havia mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Dessa forma, descrevemos brevemente, aqui, a inserção das primeiras militares do país: as enfermeiras.

O Brasil se preparava para a Segunda Grande Guerra e era necessário levar, além de soldados, um Destacamento de Saúde,

31 De acordo com Silva (2012, p. 224), o contexto social, em que se insere o sistema semiótico, compreende dois níveis que se entrelaçam: o contexto de cultura, mais geral e abstrato, formado por sistemas de gêneros, e o contexto de situação, com seus elementos campo (atividade social), relações sociais (interpessoais) e modo (papel da linguagem na atividade). Nessa perspectiva, as escolhas realizadas no contexto de cultura têm impacto nas escolhas em nível situacional.

composto por médicos, enfermeiras e outros profissionais dessa área. Em 1943, criou-se o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército por meio de decreto. Para preenchê-lo, o governo brasileiro lançou mão de propagandas em jornais e revistas da época. Era um chamado para mulheres que possuíssem alguma qualificação ao serviço de Enfermagem. (MAZULO, 2010). Após cursos na área e treinamentos militares, elas seguiriam para a guerra. Em pouco tempo, apareceram centenas de voluntárias, que atenderam ao chamado. Dentre as principais motivações para fazer isso, destacam-se:

o desejo de atender ao chamamento pátrio, o mais comum em seus discursos; o ímpeto aventureiro de se lançar numa guerra; a possibilidade de emancipação feminina; a inclusão num campo que, antes, não admitia mulheres, o do Exército; a falta de opção no mercado de trabalho. [...] o que se percebe, genericamente, seja de suas falas, seja de seus registros escritos e fotográficos, é um senso de dedicação e contentamento à prontidão para a guerra (OLIVEIRA, 2010, p. 105).

Antes da experiência das enfermeiras militares na Segunda Guerra, outras mulheres brasileiras já haviam atuado em conflitos armados, também de maneira voluntária. Cabe, aqui, evocar o nome de Ana Nery, participante ativa da Guerra do Paraguai, que desempenhou, então, o ofício de enfermeira, em pleno campo de batalha. Não menos importante, encontramos lavrados em documentos históricos, nomes como Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Florisbela, Maria Curupaiti, dentre outras, que, de modo efetivo, lutaram ao lado dos homens.³²

32 Maria Quitéria disfarçou-se de homem e participou, na Bahia, das lutas pela independência. Anita Garibaldi, “a heroína dos dois mundos”, lutou no Brasil e na Itália. Florisbela e Maria Curupaiti lutaram na Guerra do Paraguai (BRAZIL; SHUMAHAR, 2009).

Entre os pré-requisitos para se integrar à Força Expedicionária Brasileira (FEB)³³ constavam ser solteira, viúva ou separada e ter entre 18 e 36 anos (BARONE, 2013). Em relação às casadas, a integração estava condicionada ao consentimento do marido (OLIVEIRA, 2010). Tais exigências dão a tônica de como se constituía a sociedade da época: práticas sociais davam sustentação a estruturas patriarcais. Em outras palavras, o poder paterno sobre a mulher, no celibato, cedia ao espaço ao poder do marido, na vida conjugal. Além disso, nesse contexto cultural, certo valor é dado às mulheres, mas se impõem limites ao exercício de seu poder fora de casa, obrigando-as a realizar tarefas consideradas femininas, como é o caso da enfermagem (PERROT, 2005).

Trata-se de um período em que as liberdades femininas eram limitadas. O sufrágio, por exemplo, tornou-se realidade em 1932, com algumas restrições: as casadas, com autorização do marido; as viúvas, se tivessem renda própria. O acesso a certos campos profissionais era ainda tabu. Nesse sentido, aceitar mulheres em quartéis configurava-se como algo inédito até aquele momento, por conseguinte a existência de um grupamento feminino de enfermagem no Exército Brasileiro não seria facilmente assimilada pela sociedade da época (OLIVEIRA, 2010).

Nessa trilha, as enfermeiras tiveram que enfrentar grandes desafios ainda em solo brasileiro, a começar pelos familiares. O espaço público lhes era vetado, como bem pontua Perrot (2005), e a guerra era considerada, por excelência, não somente espaço público como também espaço exclusivamente de homem. Nesse sentido, os familiares das voluntárias, bem como a boa parte

33 A FEB foi a força militar do Brasil, formada por integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que foi para a Europa (Itália) lutar ao lado dos países Aliados, contra os países do Eixo. O contingente era formado por mais de 25.000 soldados brasileiros, entre os quais estavam as 73 enfermeiras (67 do Exército e 6 da Aeronáutica).

da sociedade não as apoiaram em suas decisões. Nas palavras de Oliveira (2010, p. 90), “como o código militar é cultural e essencialmente masculino, aquelas primeiras mulheres militares foram vistas como transgressoras ao ousarem vestir a farda”. Ressalte-se que elas foram, ainda, alvo de difamações públicas. Foi nesse contexto histórico-cultural, nesse cenário emergencial de guerra, que a enfermeira Carlota Mello, mineira, 29 anos, realizou curso de enfermagem da Cruz Vermelha, em Belo Horizonte; em seguida, o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva (CEERE)³⁴, ministrado pela Diretoria de saúde do Exército, no Rio de Janeiro, e seguiu, voluntariamente, em 1944, para a Itália, onde serviu em hospitais militares junto ao V Exército Americano.

Discursos e Identidades em Narrativas

As narrativas não são meramente histórias que contamos ou ouvimos alguém contar. São maneiras de lembrar, reconstituir e ressignificar experiências pessoais. De forma espontânea, mas construindo um texto organizado, as narrativas configuram um gênero discursivo que propicia o envolvimento e a interação (DE FINA, 2003). Por essa razão é estudada nos dias atuais em diversos campos do saber.

Para Candido Jr. (2018, p. 98), “narrar pode constituir-se como uma forma de lapidar a dor pelo espírito, uma forma discursiva e terapêutica de trabalhar essa dor”. Sendo assim, as histórias contadas podem representar muito do que sentimos, de como somos, de quem somos, do que sabemos, enfim, de

34 Era um curso realizado em três módulos que contemplavam (i) parte teórica; (ii) preparação física; e (iii) instrução militar. O intuito era proporcionar às candidatas a incorporação dos princípios militares, o que contribuiria para a padronização de comportamentos destas nos hospitais militares na Itália (MAZULO, 2010).

nossas identidades. Por outro lado, para as sociedades ágrafas, as narrativas foram (e são) formas de compartilhar saberes. Desse modo, narrativas podem ser utilizadas com o objetivo de fomentar, transmitir e preservar culturas, costumes, aspectos e idiosincrasias de um povo (COUTO, 2013). Ressalte-se que os enfoques sobre o tema são vários, bem como as metodologias utilizadas para seu estudo.

Interessa-nos, aqui, as narrativas de experiências pessoais, concebidas como uma prática social, sobretudo nos construtos de De Fina e Georgakopoulou (2008, 2012). É necessário destacar, no entanto, a importância dos estudos iniciais labovianos acerca do assunto. Em um artigo que se tornou clássico no âmbito do gênero narrativo, Labov e Waletzky (1967) definem narrativas como uma técnica linguística específica para reportar eventos pessoais passados, mediante a organização temporal destes. Posteriormente, Labov (1997, p. 3, grifo das autoras) redefine narrativas, dando ênfase à significação do evento para o narrador: “uma narrativa de experiência pessoal é o relato de uma sequência de eventos *que teve lugar na biografia do falante* por uma sequência de sentenças que corresponde à ordem dos eventos originais”.

Tais entidades possuem uma estrutura formal, nem sempre completa, composta por seis elementos: *resumo (ou sumário)*: uma síntese do conteúdo da narrativa; *orientação*: referência ao espaço, ao tempo, à ação e às pessoas envolvidas, ou seja, onde? quando? quem? O quê?; *complicação (ou ação complicadora)*: sequência dos acontecimentos e ações que formam o corpo da narração, é o inesperado; *avaliação*: apresentação da avaliatividade, o ponto de vista do narrador; *resolução*: solução, resultado; como tudo acabou?; *coda*: elemento acessório, finalização da narrativa, transporta de volta ao tempo presente.

Sugere Labov (1997, p. 7) que “a avaliação de um evento narrativo é a informação sobre as consequências desse evento para as necessidades e para os desejos humanos”. De fato, as

peçoas narram eventos por algum motivo e esse motivo está sempre associado a uma avaliação. Podemos identificar os juízos de valor que o narrador faz por meio de expressões linguísticas tais como: (i) intensificadores: gestos, fonologia expressiva, quantificadores, repetições; (ii) comparadores – compara-se o que ocorreu com o que poderia ter ocorrido, por meio de negativas, modais, comparativos, superlativos (iii) perguntas e orações imperativas; (iv) correlativos – aposto duplo, duplo atributo, forma progressiva de verbo (v) explicativas – agregam qualificações e causas por meio de expressões como enquanto, porque, desde (LABOV, 1972).

Cabe destacar que a avaliação pode ser encontrada em um ponto específico ou permear toda a narrativa. Conforme pontua Labov (1972), são quatro os tipos de avaliação: *externa*, *encaixada*, *ação avaliativa* e *avaliação pela suspensão da ação*.³⁵

A *avaliação externa* ocorre quando o narrador interrompe a narrativa, volta-se para o ouvinte e apresenta um ponto relevante da narrativa ou ele mesmo faz um comentário avaliativo sobre algum aspecto da narrativa. A *avaliação encaixada* não interrompe explicitamente a narrativa; o narrador faz (e assume textualmente) a avaliação. A *ação avaliativa* ocorre por meio da ação, pois ações também podem indicar sentimentos do narrador; assim acentua-se a carga dramática da narrativa mediante relato de *ações* em vez de *falas*. A *avaliação pela suspensão da ação* acontece em sentenças separadas. A suspensão da ação revela para o interlocutor que a parte interrompida indica um aspecto avaliativo (SILVA, 2001).

Vale ressaltar que essa concepção da narrativa como estrutura autônoma, centrada apenas no narrador, desvinculada de seu contexto interacional é alvo de críticas justamente por ignorar o que ocorre entre pessoas, narrador e ouvinte, no

35 O modelo anterior, Labov e Waletzky (1967), distinguiu apenas três tipos: a externa, a encaixada e os recursos avaliativos.

momento da narração. Pensar as narrativas como prática social significa entendê-las dentro de uma trama discursiva que vai além do simples contar uma história. Constitui-se um ato político que envolve a relação com o ouvinte/interlocutor, o posicionamento dos personagens dentro da narrativa e a relação do narrador com as narrativas mestras, ou seja, com os discursos hegemônicos. Em poucas palavras, narrar é uma forma de construção de identidades (*self*), uma vez que “o discurso narrativo constitui-se um *locus* privilegiado para o estudo das identidades” (DE FINA, 2003).

Por outro lado, ao discutir a noção retórica de *ethos* na perspectiva da análise do discurso, Ruth Amossy (2005, p. 9), uma estudiosa francesa, sugere que:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

A noção de *ethos* sugerida por Amossy, voltada para o discurso argumentativo, tem a ver com a força da palavra – ligada à Retórica – na arte de persuadir, enquanto o termo *self* utilizado por De Fina guarda estreita relação com o discurso narrativo. Não obstante, os dois termos, pelo menos no âmbito do presente estudo, não se encontram em distribuição complementar, uma vez que ambos aparecem enlaçados à(s) identidade(s) em construção nas práticas discursivas.

Nessa esteira de pensamento, a ADC concebe os textos como a materialização dos discursos, os quais se constituem, simultaneamente, como formas particulares de ação, de representação e de identificação. Com respeito à identificação, Fairclough (2003) inclui nessa categoria as identidades

propriamente ditas (grupais e individuais). Assim é que os discursos podem ser analisados também por meios de narrativas, o que vai ao encontro de nosso objetivo específico, qual seja, o de analisar identidades construídas por uma enfermeira militar, ao longo de suas narrativas situadas, temporalmente, antes da ida para a guerra.

Identidades na pós-modernidade

Os estudos sobre identidades abarcam uma gama de conceitos em diversos campos do saber, o que torna complexa sua conceituação. Explica Hall (2006) como as concepções sobre identidades foram evoluindo historicamente, de uma concepção mais individualista, passando por uma concepção mais interativa, para chegar a uma mais fragmentada, na qual as pessoas não têm uma identidade, elas assumem identidades diferentes na interação.³⁶

Concordamos com os/as estudiosos/as que adotam uma visão não essencialista das identidades. Para Hall (2006), elas se configuram como não fixas, não unificadas e descentradas. Já De Fina (2003, p. 3) concebe a identidade em termos socioconstrucionistas, isto é, como um processo, não como um produto. Trata-se de um processo que ocorre dentro de práticas semióticas e comunicativas específicas. Por outro lado, Moita Lopes (2002) enfatiza a relação das identidades com o discurso. Nas palavras do linguista brasileiro, “o que somos, nossas

36 Hall (2006) propõe três concepções de identidades: o *sujeito do iluminismo* era visto como mais voltado para si mesmo, mais centrado e sua identidade, mais fixa. O *sujeito sociológico* se constitui na relação entre eu e a sociedade, assim há estabilidade entre o sujeito e o mundo cultural, o que os torna mais unificados e predizíveis. O *sujeito pós-moderno* possui identidades múltiplas, contraditórias e em processo de construção.

identidades sociais são construídas por meio de nossas práticas discursivas” (MOITA LOPES, 2002, p. 32).

Nessa trilha, sugerimos que as identidades, em razão da multiplicidade e da fluidez, abrem espaço para significações diversas, as quais são construídas e negociadas pelos interlocutores no momento da interação. De acordo com De Fina (2003), se a interação é mediada pela linguagem em curso, torna-se necessário levar em consideração as conexões entre esta e o processo de construção de identidades, uma vez que identidades emergem do estabelecimento de conexões entre escolhas linguísticas, mundos interacionais e mundos de histórias.

Importa destacar que essa desessencialização das identidades muda o foco dos estudos para o processo como elas ocorrem. Se as identidades não concernem a “como somos”, mas a “como nos apresentamos em um dado momento”, se a preocupação volta-se para “como nos constituímos para o outro”, então torna-se essencial perscrutar os mecanismos utilizados pelo falante para gerenciar e negociar seu *self* em práticas sociais situadas.

Resta-nos destacar, de acordo com De Fina (2003), que tais mecanismos envolvem construções linguístico-discursivas imbricadas em questões ligadas a poder e ideologia, na medida em que as identidades são mais frequentemente negociadas do que exibidas e, para analisá-las, configura-se como necessário recorrer a referências implícitas e explícitas a sistemas de crenças e ideologias. O olhar analítico para as narrativas que constituem o nosso *corpus* situa a interação em um lugar especial. Nesse sentido, analisamos, aqui, como o narrador se posiciona em relação aos personagens presentes na narrativa, em relação ao interlocutor e em relação às narrativas mestras. Dessa feita, o enlace da ADC com a teoria do posicionamento torna-se um casamento possível, conforme discutiremos na seção de análise.

Os posicionamentos interacionais

Os estudos sobre posicionamentos interacionais tiveram início com Davies e Harré (1990). Para esses autores, o posicionamento interacional é uma referência às práticas discursivas que envolvem a multiplicidade de *selves*. Segundo essa teoria, “uma pessoa pode ser posicionada diferentemente em uma conversa, em consequência, essa mesma pessoa tende a experimentar e mostrar uma multiplicidade de identidades” (DAVIES; HARRÉ, 1990, p. 46). A metodologia utilizada por esses autores foi alvo de críticas, pois a análise era feita com base em falas descontextualizadas e a concepção de posicionamento ignorava aspectos importantes da interação. Tal conceito vem sendo discutido e aprofundado por outros/as autores/as.

Bamberg (1997) desenvolve seu modelo teórico a partir de pesquisas sobre narrativas em interação, o que diferencia de simples atos de fala. Esse autor apresenta três níveis de posicionamento que são pontos importantes de análise:

Nível 1 – refere-se ao modo como o narrador se posiciona em relação aos personagens que fazem parte da narrativa; se como protagonista, antagonista, vítima, algoz, dentre outros.

Nível 2 – concerne ao posicionamento do narrador em relação ao público ouvinte, ou seja, a audiência.

Nível 3 – relaciona-se com o modo como o narrador se posiciona para si mesmo; como a linguagem é empregada para fazer afirmações que o narrador considera verdadeiras e relevantes acima e além da situação conversacional local.

De Fina (2013) realizou um refinamento no nível 3, por se alinhar ao que propõem os estudos do discurso, na vertente

que aqui adotamos. Para essa autora, o narrador constrói sua identidade em relação aos discursos e ideologias, mostrando que a interpretação de seu posicionamento é baseada em macroprocessos sociais subjacentes às relações de poder. Para essa linguista italiana, abordagens mais recentes de posicionamento ressaltam que:

- a. o *locus* onde o posicionamento precisa ser estudado é a interação, porque ele está em interação, onde as pessoas exibem entendimentos locais de posições e, portanto, é a partir desse nível que os analistas precisam começar para chegar ao nível macro, e não vice-versa;
- b. o posicionamento é um processo recíproco e dialógico, de modo que os indivíduos não apenas assumem, mas também atribuem posições e as negociam de formas emergentes;
- c. as relações entre processos locais e processos mais globais são muito complexas e não podem ser vistas como uma questão de determinação direta de macro a micro estruturas sociais de ação e cognição (DE FINA, 2013, p. 41-42).

É válido ressaltar que nosso propósito não visa a identificar os níveis apresentados nas falas colhidas de D. Carlota, mas analisar seus posicionamentos frente aos personagens que figuram em suas narrativas, frente à audiência e em relação a macroprocessos sociais. Nesse sentido, uma vez que, aqui, não só a exterioridade da linguagem é esmiuçada, mas também sua interioridade, consideramos necessário destacar alguns parâmetros analíticos que serão levados em conta na próxima seção.

- a) referências e predicação – a primeira diz respeito aos elementos do mundo (pessoas, objetos, eventos e ações) que o narrador menciona. A segunda é a caracterização desses elementos. Ao optar por se referir a alguém como

amigo, conhecido ou, simplesmente, pessoa, por exemplo, o narrador o representa de diferentes formas, o que é relevante para construções identitárias.

- b) descritores metapragmáticos – são processos que introduzem falas (dizer, falar, arguir, asseverar, propor) e revelam avaliações de atores.
- c) citação – são formas de indicar a fala de outros personagens, portanto envolvem duas possibilidades: a tentativa de reproduzir exatamente o que foi dito (direta) e sua tradução da fala pelo narrador (indireta). Geralmente é acompanhada por um descritor metapragmático.
- d) indexicais avaliativos – são expressões ou maneiras de falar associadas a determinados grupos sociais, o que gera avaliações morais de seus falantes. Wortham (2001) ressalta que, muitas vezes, tais associações são estereótipos.
- e) modalização epistêmica - refere-se a julgamentos de valor de verdade. Também estão ligadas a fatos como permitidos, obrigatórios, desejados entre outros. Neves (2013) sinaliza a existência de outros tipos de modalidade. Incluímos, aqui, a deôntica, que concerne à avaliação referente a valores sociais, isto é, o que permitido, proibido, dentre outros, por figurar no *corpus* de análise.

Trata-se de traços linguísticos, ou ‘pistas indexicais’, conforme sugere (WORTHAM, 2001, p. 70), para quem as cinco categorias acima destacadas constituem “um conjunto de ferramentas heurísticas que podem ser usadas no início de uma análise do posicionamento interacional em determinada narrativa”.

Os dados em cena

Os dados aqui apresentados resultam de um recorte de uma entrevista semiestruturada, realizada em Belo Horizonte (MG),

em 2018, com a Tenente Carlota Mello.³⁷ Ela é uma enfermeira militar que integrou o grupo de sessenta e sete enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com 103 anos de idade, optou, há cerca de quatro meses, por viver em um lar de idosos. Parte de seu dia, passa lendo e escrevendo, como ela mesma diz “pensamentos soltos e caduquices”. Sua audição está comprometida, o que a distancia da televisão, mas ela gosta de contar histórias. A pergunta motivadora da narrativa ora transcrita foi o motivo de sua ida à guerra. O que aqui se pretende é analisar como essa personagem se posiciona em relação aos outros personagens que traz para suas narrativas, em relação à interlocutora e em relação aos discursos que permeiam a sociedade na qual se insere. Em poucas palavras, como constrói seu *self*. Vale ressaltar que, neste artigo, trataremos apenas do *self* “antes da guerra”, que emergiu como categoria em meio às suas tantas histórias de vida.

“*Inacreditável!*” é como D. Carlota começa respondendo a pergunta da pesquisadora. Ao iniciar, ela tem um brilho nos olhos de quem visita as próprias lembranças e se depara com uma bonita trajetória de vida; uma voz firme, mesmo já tendo comemorado 103 anos de idade; além de certa lucidez e alegria, ainda que já experienciado a amargura de uma guerra. Destacamos que *inacreditável* é um predicador (WORTHAM, 2001) que instiga e prende a atenção da audiência, bem como percorre toda a narrativa por resumir a avaliação que ela faz de seu *self*.

Logo em seguida, a narrativa segue com a *orientação* (LABOV, 1997), na linha 2, momento em que ela situa a audiência acerca dos fatos que vai narrar. Ela conta onde nasceu para explicar o porquê de sua ida para a guerra. Ao se referir à cidade natal, D.

37 O recorte da entrevista encontra-se anexo. A pesquisa de campo, de natureza etnográfica, tem sido realizada por Neves, uma das autoras, e faz parte de sua tese de doutorado a ser defendida em 2020, sob a orientação de Garcia da Silva.

Carlota utiliza a oposição ontem *versus* hoje, na qual ontem tem conotação negativa (*naquela época era uma cidade atrasada, pobre [...] tudo pobre* – linhas 5 e 6) e hoje caracteriza positivamente o lugar (*Minha cidade é afamada por causa da cachaça. Ela é conhecida no mundo todo como “a rainha da cachaça”, é onde fabrica a melhor cachaça do mundo* – linhas 3 a 5). Com isso, a narradora começa a explicar o *inacreditável* (atributo). Ela, então, dialoga com o discurso da vitimização, o qual recusa, e com o discurso do protagonismo, com o qual se alinha. Ressalte-se que os discursos hegemônicos tendem a naturalizar o discurso da inércia das populações de cidades pobres e interioranas, o que se reflete, muitas vezes, em práticas sociais naturalizadas em que atores permanecem assujeitados às estruturas sociais. Nessa perspectiva, seria improvável para uma moça desse contexto, marcado pela ausência de possibilidades, tornar-se protagonista de sua vida, isto é, agir criativamente (FAIRCLOUGH, 2003), sair dali, “ganhar o mundo” e ir para a guerra.

Dessa maneira, ela se posiciona com relação à audiência como alguém que deseja “fugir da pobreza” que a cerca para escrever sua própria história, o que pode ser inferido por meio da repetição de “pobre” (linha 6). Ao rechaçar o que seria seu “destino natural” para os padrões da época, isto é, casar-se e ter filhos (*eu não quero viver aqui que como minhas primas que com dezoito anos já têm filho, já casaram, já têm filho, com vinte e dois, já têm dois, três filhos... eu não quero* – linhas 10 a 11), D. Carlota já posiciona as personagens que traz para a narrativa (as primas) como vítimas de estilo de vida que as aprisiona e lhes tolhe o direito às escolhas.

Por outro lado, seja em termos de “descritores pragmáticos” (WORTHAN, 2001), seja como “estruturas funcionais repetidas”, conforme a categorização de Silva (2001, p. 188), em seu estudo voltado para a repetição em narrativas de adolescentes (tanto no português quanto no espanhol), observemos que os segmentos

narrativos repetidos (*eu não quero viver aqui.../... eu não quero*) funcionam como um enquadramento de ideias, justamente como uma moldura, no domínio da conexão, que a narradora assinala para chamar a atenção do interlocutor a respeito da sua avaliação (rechaço) aos padrões da época.

Ainda que não haja elemento linguístico que confirme a falta de opção dessas personagens, apoiamo-nos no contexto de cultura da época (por volta de 1935) e no contexto situacional (o texto narrativo) que traz uma repetição enfática (*eu não quero viver aqui... eu não quero*) para interpretar esse *modus vivendi* como algo negativo. Como sugere Silva (2001, p. 185):

Cabe recordar que Labov e Waletzky (1967), ao apontarem as duas funções de uma narrativa, quais sejam, a referencial e a avaliativa, observam que um relato que cumpre apenas a função referencial é considerado “vazio” e sem ponto de interesse. Além disso, Labov (1972) afirma que tudo o que implica um desvio da sintaxe básica da narrativa constitui uma força avaliativa marcada. Não obstante, constata-se que a repetição que opera como ênfase ultrapassa esse conceito de desvio, uma vez que se realiza como função paradigmática e não sintagmática, além de representar uma força essencialmente avaliativa.

Ao posicionar as primas como vítimas e se recusar a seguir esse modelo de vida, a narradora se posiciona em relação aos discursos e ideologias sobre o casamento. Questiona a visão patriarcal e hegemônica sobre o sacramento, a qual o impõe como único estilo possível de vida, fonte de realização e felicidade feminina. Ressalte-se que ela inserida em um contexto cultural em que o direito das mulheres ao voto é uma conquista recente (1932). Ressalte-se, aqui, a importância do discurso como uma forma de deslegitimar crenças e ideologias (FAIRCLOUGH, 2003, 2010).

A referência à saída de Salinas (a cidade natal) e à mãe constituem-se um dado emblemático que confirma como o

quão plural podem ser as identidades, o que pode torná-las, de acordo com De Fina (2017), contraditórias. No trecho *Então a mamãe me mandou pra Belo Horizonte, ela me deu ordem pra que eu viesse* (linhas 12 e 13), a narradora posiciona sua mãe como hierarquicamente superior (a mãe tem o poder, é o agente dos processos *mandar* e *dar ordem*, é uma espécie de algoz) e se posiciona como vítima de suas ordens, o que é percebido também pela modalidade deôntica presente na linha 7 (*eu com treze anos tive que deixar minha terra*). O uso de *tive que deixar* indica obrigatoriedade (NEVES, 2013), o que reforça a identidade da narradora como vítima. A opção por representar Salinas como *minha terra* indexicaliza o laço de afeição com a cidade natal, uma vez que pronomes têm potencial para construir significados sutis que se relacionam às suas identidades (DE FINA, 2003). Dessa maneira, enfatiza-se a construção identitária de vítima. No entanto, a narrativa mostra que a saída de cidade natal foi um forte desejo da narradora. Assim, diferentes posicionamentos de identidade podem coexistir dentro do mesmo discurso pelo mesmo narrador (DE FINA, 2017).

A saída de Salinas constitui-se emblemática, também, porque remete ao êxodo. Ainda que a narradora se refira com carinho à terra natal, ela parece ter consciência de que migrar para a cidade grande é uma opção (ou uma obrigação) de quem quer melhorar de vida. Com isso, ela não só se posiciona como alguém que sofre em virtude da migração não voluntária, como também deixa implícito o reconhecimento da falta de oportunidades das cidades do interior.

O que realça o posicionamento de protagonista é o fato de D. Carlota se apresentar individualmente (não como membro de um grupo) na maior parte da narrativa. Como bem observa Amossy (2005), à medida que a protagonista toma a palavra, ela vai tecendo uma “imagem de si mesma”, ainda que não esteja interessada em construir seu autorretrato (*self*) e tampouco

colocar em detalhe suas qualidades. Mas o que nos cobra atenção é a recorrente utilização explícita do pronome *eu* (mais de oitenta vezes), em lugar, por exemplo, do pronome *nós*. Tal escolha indica o tipo de papel que a narradora atribui a si mesma, ou seja, como se autorrepresenta na história, o seu *ethos*. Quanto ao uso dos pronomes, De Fina (2003, p. 58) observa, ainda, que estes “são elementos indexicais por excelência, pois ao apontar para indivíduos concretos, eles estabelecem uma relação entre o mundo linguístico e o mundo extralinguístico”.

A narradora, aos poucos, agrega elementos que contribuem para a construção de sua identidade como uma pessoa à frente de seu tempo. Além da já mencionada recusa ao modelo familiar da época, podemos acrescentar a busca pela independência por meio do trabalho, materializada no trecho *e eu com treze anos eu já... já era... independente... eu trabalhava* (linhas 13 e 14). Se considerarmos o momento histórico ao qual ela se refere, ser independente, em se tratando de mulher, já seria visto como um comportamento excepcional. A idade da narradora em que isso ocorre (*aos treze anos*) enfatiza o caráter da excepcionalidade.

Logo em seguida, D. Carlota traz uma avaliação moral de si como alguém digna, merecedora de um futuro melhor. Ela declara seu desejo em melhorar sua posição social (*eu fazia serviço pra ela, molhava planta, olhava, colhia fruta no quintal dela e tudo, pra ganhar dinheiro, pra eu poder ter dinheiro, guardar dinheiro pra ir pra frente* – linhas 15 a 17), o que é reforçado por outros trechos da narrativa. É relevante frisar que a ascensão que ela deseja aparece sempre associada ao esforço e ao trabalho (*Nesse meio tempo, eu arranjei um emprego... eu estudava de manhã e de tarde eu ia trabalhar pra uma mulher* – linhas 33 e 34), na medida em que ela encara serviços socialmente pouco valorizados, sem fazer nenhuma referência a isso.

Ao descrever a passagem de sua vida profissional por uma alfaiataria militar, D. Carlota o faz com riqueza de detalhes (*vinha*

uma bacia imensa, cheia de... pedacinho de pano, já recortado e costurado. Tinha pedacinho pra botar pra cima, tinha pedaço assim, assim (indica várias direções), tinha pedaço de tudo quanto é roupa de militar... de botar aqui no bolso, aqui nas perna... aqui não sei quantos, vinha uma pedacinho aqui com um botão aqui...[...] Tava costurado eu virava pelo direito, o ferro... é... quente, passava, mais eu fazia aquele *mo::nte*. Virava tudo e depois passava tudo. Entregava aquilo tudo arrumadinho... linhas 39 a 46). Tal estilo tem potencial para conferir veracidade à narrativa, o que certamente constrói significados junto aos interlocutores. Nesse excerto, ela se apresenta como agente dos processos materiais *virava, passava, fazia* em uma sequência gradativa que culmina em *entregava*. Pode-se afirmar que o realce fonético no alongamento do som vocálico na expressão *mo::nte* e o uso diminutivo *arrumadinho* são pistas linguístico-discursivas com a quais a narradora agrega à própria identidade traços morais de resiliência e cuidado com o trabalho.

Observemos que ela ainda faz uma avaliação do trabalho, caracterizado como penoso (*Era um serviço que era... precisava de muita paciência* – linha 46). Logo em seguida, ela utiliza um marcador discursivo adversativo (*mais (mas) eu fui e ganhei dinheiro para ajudar na minha manutenção* – linha 47) para contrastar a dificuldade do trabalho com o desejo de ascender. Nessa perspectiva, D. Carlota parece focar em seu objetivo de melhorar de vida, o que resulta em uma autoapresentação como perseverante. Tal desejo parece tornar-se realidade, conforme ela narra nas linhas seguintes (*Aí meu irmão não precisou me dar mais dinheiro para o transporte, nem pra lanche, nem pra nada porque eu trabalhava e tinha dinheiro pra pagar* – linhas 47 a 49). Temos uma pista clarividente do *self* mulher independente.

A iniciativa e a coragem também são características que figuram em seus posicionamentos interacionais. A referência à ida ao Instituto de Educação Noraldino Lima é um bom exemplo. A

instituição de ensino era particular (*era pago o Instituto Noraldino Lima* – linha 22 e 23 e *afamado* - linha 18), portanto inacessível para o padrão financeiro da narradora. Sobre o trecho *E fui lá no gabinete desse homem* (linhas 23 e 24), destacamos os seguintes pontos analíticos: há uma relação de distanciamento construída por meio da circunstância de lugar (*lá*) e do pronome *desse*; ter um *gabinete* confere importância ao possuidor (*desse homem*). Essa distância social se intensifica na fala relatada do irmão (*Mais ocê, menina, como é que ocê foi pedir pro Doutor Noraldino Lima?* - linhas 29 e 30), a qual equivale a “Como você ousou (teve coragem de) ir falar com uma pessoa tão importante?”. Dessa forma, a narradora posiciona o Doutor tanto distante de quanto superior a si, mas essa posição superior não a constrange a ponto de impedir sua ação. Por outro lado, o trecho *Eu fui lá e pedi a essa mulher um emprego* (linha 36) também reforça o *self* de proativa de D. Carlota.

Assim que se vê em uma posição melhor, D. Carlota passa a contribuir, junto com seus dois irmãos que moravam em Belo Horizonte, para o sustento de sua família, que vivia em Salinas (no retorno da guerra, ela assume sozinha o papel de arrimo de família, a qual era composta por sua mãe, uma irmã esquizofrênica e um irmão cego).³⁸ O trecho *Ele mandava 50, meu outro irmão mandava 30 e eu mandava 10... eu sei que formava 100... 100 dinheiro pra mandar pra mamãe. “Eu vou ajudar a mamãe, também”* (linhas 51 e 52) revela a solidariedade e o senso de responsabilidade com a família. Ela não especifica quanto ganha exatamente, mas quanto envia para sua mãe. O que se sobressai, na verdade, é a construção do *self* boa filha, que ela incorpora a sua identidade.

A referência à escolha profissional, ou melhor, à falta de opção também é um tema que merece atenção na narrativa de D. Carlota. No excerto *Comecei a estudar pra professora porque não tinha...*

38 Essa informação foi obtida em outro momento da entrevista.

era normalista.. não tinha outra profissão, não tinha outro estudo. A criança tinha que fazer o 1º grau e depois, a mulher, normalista. Homem eu nem sei o que que é...Eu pensei assim: "Oh, mais eu vou"... (linhas 19 a 22), ela traz à tona novamente um posicionamento em relação a macroprocessos sociais que subjazem a relações de poder (DE FINA, 2017). Dessa forma, ela lança luz para questões que vão além da esfera pessoal, do direito à escolha da profissão, ela questiona a estrutura social vigente que impõe às mulheres formas de ser e saberes, o que se alinha ao posicionamento nível 3. Observemos que há consciência da diferença com a qual o homem é tratado a esse respeito (*Homem eu nem sei o que que é...*).

Ao recusar ser professora, o que podemos observar também por meio do excerto *Eu não quero ser professora* (linhas 26 e 27), a narradora problematiza, além da falta de liberdade de escolha da profissão, a questão da valorização do magistério. Ela não avalia positivamente ser professora. Isso pode ser interpretado como apenas falta de identificação com essa profissão. Mas também pode ser efeito de discursos da época que não associam o magistério a profissões de prestígio. Mesmo assim, ela decide estudar para depois tentar outras opções, como aconselha o Doutor Noraldino Lima. Em *Eu pensei assim: "Oh, mais eu vou"...* (linha 22), ela confirma seu posicionamento como pessoa perseverante e senhora de seu destino.

A narradora já se autorrepresenta como mulher corajosa, proativa, independente, batalhadora. Apesar de todos os percalços por que passou na vida, em poucos momentos da entrevista ela se posiciona como vítima. O excerto seguinte se refere ao seu trabalho como dama de companhia de uma mulher rica. A avaliação negativa inicial desse trabalho (*uma mulher ranzinza, uma mulher cheia de coisa... orgulhosa e tudo.* - linhas 66 e 67) é menos significativa do que o resultado dessa relação (*mais eu fiquei amiga dela, e trabalhei com ela, ganhei meu dinheiro* - linhas 76 e 77), o que nos faz interpretar D. Carlota como alguém que está sempre focando o que a vida lhe traz de bom, nesse caso, a amizade e o dinheiro ganho

honestamente (*mais terminou eu sendo amiga dela e saindo com ela e ganhando meu dinheiro honestamente* linhas 70 e 71). Em uma circunstância em que parece se revelar inferior, no diálogo com essa senhora “*Ocê sabe inglês?, ocê fala inglês?*” *Eu falei: “Não, eu não falo nada, male male o português...” [ela ri]...* (linhas 68 e 69), ela ri. O riso sugere uma postura de quem não se abate ante as pedras que se apresentam no meio do caminho, mas de quem, no meio das pedras, sempre encontra um caminho.

O próximo excerto nos leva à aproximação com a guerra, o que encerra seu ethos que aqui se analisa (antes da guerra): quando é um dia, eu olho no jornal e o jornal diz que a Cruz Vermelha ia abrir a escola da Cruz Vermelha internacional em Belo Horizonte. Eu fui! (linhas 77 e 78). Ao longo da entrevista, pôde-se perceber pela expressão altiva, voz firme, apesar das limitações naturais impostas pelos 103 anos de idade, que D. Carlota apresenta boa competência comunicativa e um repertório linguístico variado. No corpus selecionado para este estudo, podemos nos deparar com elementos que confirmam isso, tais como o uso de estrutura sintática completa e uso de epítetos bem elaborados (*amicíssima*, linha 70, *inacreditável*, linha 2) e vocabulário diversificado. A referência ao jornal (eu olho no jornal) repete-se nas linhas 82 e 83 (eu li no jornal que o Exército tava chamando moças...), contribuindo para a construção do self como alguém antenado com os acontecimentos que o rodeiam, provavelmente alguém que tem a leitura como um hábito. Em outro momento da entrevista, ela fala de seu hábito de ler e escrever pensamentos. Embora não tenha revelado quando começou, pode-se supor que desde a juventude.

A relação da narradora com o Exército, no momento que antecede à ida para a guerra, é representada quase como natural. No entanto, sabemos que a adaptação à rigidez da disciplina militar e às peculiaridades das atividades não é algo tranquilo. A título de esclarecimento, D. Carlota fez cursos militares em Belo Horizonte e depois no Rio de Janeiro para poder integrar a Força Expedicionária

Brasileira (FEB) e seguir para a Itália, em 1944. No excerto *Fiz o curso pro Exército e... passei folgada... já era enfermeira, já sabia socorrer gente, mais tinha é... que aprender a atirar... a marchar, ordem unida, e eu fui pro 12 RI,*³⁹ *fiquei lá três meses dezesseis moças daqui, ficamos lá, aprendendo a atirar, a marchar... fazer tudo o que um soldado fazia* (linhas 85 a 89), D. Carlota opta por colocar primeiro sua avaliação positiva (*passei folgada... já sabia socorrer gente*) para, somente depois, apresentar um senão, que é iniciado a partir do marcador discursivo adversativo *mais(mas)*. Essa oposição é que desvela a dificuldade das atividades típicas da vida militar (*mais tinha é... que aprender a atirar... a marchar[...] fazer tudo o que um soldado fazia*), as quais não lhe parecem pesar. Pelo contrário, ao se posicionar igual a um soldado, fazendo tudo o que este faz, ela constrói identidade de mulher forte e guerreira.

Além disso, é necessário pensar no contexto de cultura da época. Ao se autoapresentar como igual a um soldado, ela negocia identidades que transcendem essa condição. Não se trata de uma referência a um militar que ocupa a mais baixa posição na hierarquia militar. Em outras palavras, não é a (baixa) importância que está “em jogo”, mas a carga semântica das atividades de um soldado, ou seja, atividades julgadas pelo senso comum na época como essencialmente masculinas e árduas, incompatíveis com o perfil estereotipado da mulher. Em poucas palavras, ela questiona os discursos hegemônicos que associavam a mulher à incapacidade para atividades que exigem força, como são as atividades militares.

Vamos à coda. Sugere De Fina (2003) que *codas* são orações que figuram no final das narrativas para indicar-lhes o fim. Nas palavras de Silva (2001, p. 88), trata-se de uma “seção opcional que, marcando o fim da narrativa, tem como função trazer o

39 12 RI é uma referência ao quartel do Exército 12º Regimento de Infantaria, o qual tem sua sede em BH. Hoje é chamado 12º Batalhão de Infantaria (12 BI).

ouvinte/leitor de volta ao tempo presente, deixando-o com um sentimento de conclusão”. Assim D. Carlota finaliza essa parte da entrevista: *Quando nós terminamos o curso de socorro de urgência do Exército, eu já tava com o diploma de normalista, eu já tava com o diploma de enfermagem da Cruz Vermelha, então eu passei muito bem, fui aprovada muito bem, dezesseis moças lá de Minas, só quatro passaram... no Rio, só quatro passaram, eu era uma delas* (linhas 91 a 95). Observemos, novamente, como a alternância no uso dos pronomes vai construindo sua identidade de protagonista. Ela utiliza a primeira pessoa do plural (*nós terminamos*), depois a primeira do singular (*eu já tava, eu passei, fui aprovada, eu era*), arvorando sua identidade individual e elevando-se em relação às outras personagens que figuram na cena do seu relato.

Cabe destacar que ela retoma o *ethos* de mulher que se esforça (estudando e trabalhando duro) para vencer, por meio da referência aos diplomas (*de socorro de urgência do Exército, de normalista, de enfermagem da Cruz Vermelha*), os quais indexalizam *status*. Em seguida, ela repete a avaliação positiva de si (*fui aprovada muito bem*). Por fim, ela se autoapresenta com especial relevo (*eu era uma delas*). Dessa maneira, a narradora finaliza a construção do seu *ethos* seguindo o mesmo traço do desenho inicial: a de uma mulher batalhadora, corajosa, esforçada, à frente de seu tempo. Inacreditável mesmo...

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos afirmar que foi possível uma aproximação de resposta à nossa pergunta inicial: como D. Carlota constrói suas identidades por meio de narrativas de vida. Por um lado, o foco nos posicionamentos foi essencial para dar conta da relação entre a narradora e a audiência. Por outro, restou claro que ela se constrói como uma mulher batalhadora,

perseverante, solidária e proativa. Trata-se de uma protagonista bem a frente de seu tempo.

Confirmamos, dessa forma, a concepção das identidades múltiplas, não essenciais, construídas na interação. Além disso, identificamos um ethos de mulher antenada com o contexto histórico-cultural da época, de onde emergiram questões relevantes da agenda feminina, e que são ainda temas da atualidade. A propósito, consideramos relevante enfatizar, aqui, os discursos patriarcais que costumam tolher escolhas profissionais e ditar um *modus vivendi* para as mulheres.

Observe-se que essa mulher centenária se posiciona criticamente frente a tais temas, questionando-lhes o status de natural, com a força de suas atitudes ousadas para a época, diferentes do padrão vigente. De fato, trata-se de um exemplo de mulher inacreditável. Carlota de Mello simboliza o ethos feminino, sabe anunciar e, ao mesmo tempo, denunciar com simplicidade e extrema eloquência o ethos feminino, razão pela qual a consideramos digna de figurar na galeria de mulheres inspiradoras.

ANEXO A - Convenções de transcrição de dados orais (Conforme SILVA, 2001)

| Símbolo | Descrição |
|-----------|--|
| : | alongamento de vogal |
| :: | alongamento maior de vogal |
| / | parada brusca |
| [] | comentários do pesquisador |
| Itálico | expressões próprias da fala |
| ... | pausa |
| /..../ | transcrição parcial ou parte suprimida |
| MAIÚSCULA | ênfase na voz |

| | | | ANEXO B – Entrevista com D. Carlota |
|-----|----|-----|---|
| | | | R – Risalva C - Carlota |
| (1) | 1 | (R) | Por que a senhora quis ir <i>pra</i> guerra? |
| | 2 | (C) | É INACREDITÁVEL! [ênfase]... porque eu nasci em |
| | 3 | | Salinas, é uma cidade no norte de Minas, divisa com a |
| | 4 | | Bahia. Minha cidade é afamada por causa da cachaça. |
| | 5 | | Ela é conhecida no mundo todo como “a rainha da |
| | 6 | | cachaça”, é onde fabrica a melhor cachaça do mundo. |
| | 7 | | Mas naquela época era uma cidade atrasada, pobre, |
| | 8 | | minha família pobre... é... era tudo pobre. Eu tinha |
| | 9 | | dois irmãos que moravam aqui /.../ eu com treze anos |
| | 10 | | tive que deixar minha terra e vir para Belo Horizonte |
| | 11 | | porque eu tinha feito o Grupo Escolar naquela |
| | 12 | | época... <i>mais</i> eu não queria ficar na minha terra não... |
| | 13 | | Eu falei para mamãe: “Eu não quero viver aqui que |
| | 14 | | como minhas primas que com dezoito anos já têm |
| | 15 | | filho, já casaram, já têm filho, com 22 já têm dois, três |
| | 16 | | filhos... eu não quero”... Mamãe falou: “Então <i>ocê</i> vai |
| | 17 | | <i>pra</i> casa de seus irmão”. /.../ Então a mamãe me |
| | 18 | | mandou <i>pra</i> Belo Horizonte, ela deu ordem <i>pra</i> que eu |
| | 19 | | viesses... e eu com treze anos eu já... já era... |
| | 20 | | independente... eu trabalhava... tinha uma tia minha |
| | 21 | | casada e não tinha filhos e eu fazia serviço <i>pra</i> ela, |
| | 22 | | molhava planta, olhava, colhia fruta no quintal dela e |
| | 23 | | tudo, <i>pra</i> ganhar dinheiro, <i>pra</i> eu poder ter dinheiro, |
| | 24 | | guardar dinheiro <i>pra</i> ir <i>pra</i> frente. /.../ Então, fui <i>pra</i> |

| | |
|----|--|
| 25 | um lugar onde chamava Instituto de Educação |
| 26 | Noraldino Lima, é... hoje é afamado também ainda, |
| 27 | mas já com outro nome. Comecei a estudar <i>pra</i> |
| 28 | professora porque não tinha... era normalista.. não |
| 29 | tinha outra profissão, não tinha outro estudo. A |
| 30 | criança tinha que fazer o 1º grau e depois, a mulher, |
| 31 | normalista. Homem eu nem sei o que que é...Eu |
| 32 | pensei assim: "Oh, mais eu vou"... Era pago o Instituto |
| 33 | Noraldino Lima. É... um dia, eu saí. E fui lá no |
| 34 | gabinete desse homem e pedi a ele [risos dela e meus], |
| 35 | pedi a ele <i>pra</i> arranjar pra eu estudar lá no instituto |
| 36 | dele, contei <i>pra</i> ele o meu caso. Ele foi e falou comigo |
| 37 | assim: "Tá bem! Mas aqui só forma moças <i>pra</i> |
| 38 | professora". Eu falei "Eu não quero ser professora". |
| 39 | Ele falou assim: "Mais você estuda, forma pra |
| 40 | professora e depois você vai seguir outro caminho". |
| 41 | Eu falei: "Tá bom!". Ele arranjou, eu me matriculei. |
| 42 | Meu irmão ficou... dizendo: " <i>Mais ocê</i> , menina, como |
| 43 | é que <i>ocê</i> foi pedir <i>pro</i> doutor Noraldino Lima?" Eu |
| 44 | falei: "Uai, pedi, <i>ocê</i> ia pagar? Se <i>ocê</i> tinha que pagar, |
| 45 | eu não podia estudar". /.../ Aí eu fui estudar e terminei |
| 46 | o curso de professora, mais nesse meio tempo, eu não |
| 47 | fui só professora, só estudante... da normalista, não. |
| 48 | Nesse meio tempo, eu arranjei um emprego... eu |
| 49 | estudava de manhã e de tarde eu ia trabalhar <i>pra</i> uma |
| 50 | mulher que... era... dona da maior alfaiataria de Belo |
| 51 | Horizonte, alfaiataria militar. Só costurava roupa |
| 52 | militar. Eu fui lá e pedi a essa mulher um emprego <i>pra</i> |
| 53 | trabalhar de tarde. Ela falou comigo: "Tem aqui lugar, |
| 54 | eu vou te dar um trabalho <i>pra</i> te ajudar e eu <i>tô</i> |

| | |
|--|---|
| 55 56 57 58 59 60 61 | <p>precisando”. Me botou <i>pra</i> fazer ... era um serviço que precisa-se muito de paciência [risos]... vinha uma bacia imensa, cheia de... pedacinho de pano, já recortado e costurado. Tinha pedacinho <i>pra</i> botar <i>pra</i> cima, tinha pedaço assim, assim [indica várias direções], tinha pedaço de tudo quanto é roupa de militar... de botar aqui no bolso, aqui nas perna...aqui não sei quantos, vinha uma pedacinho aqui com um botão aqui.../.../ <i>Tava</i> costurado eu virava pelo direito, o ferro... é... quente, passava, mais eu fazia aquele mo::nte. Virava tudo e depois passava tudo. Entregava aquilo tudo arrumadinho... Era um serviço que era... é...precisava de muita paciência. Mais eu fui e ganhei dinheiro para ajudar na minha manutenção. Aí meu irmão não precisou me dar mais dinheiro para o transporte, nem <i>pra</i> lanche, nem <i>pra</i> nada porque eu já trabalhava e tinha dinheiro <i>pra</i> pagar... e ainda tinha dinheiro <i>pra</i> mandar... era 10 reais...naquela época não era reais... 10... não sei o nome do dinheiro. 10 dinheiro. Ele mandava 50, meu outro irmão mandava 30 e eu mandava 10... eu sei que formava 100... 100 dinheiro <i>pra</i> mandar <i>pra</i> mamãe. “Eu vou ajudar a mamãe, também”. Aí eu tirava do meu dinheiro e mandava <i>pra</i> lá... e terminou quando eu terminei o curso de normalista, eu já era independente do meu irmão, porque lá nessa...é... ah eu começo, inté esqueço... é... nessa alfaiataria militar, eu já fazia até uma roupa que <i>pra</i> cá se chamava culote... até costurava, fazia... já não era mais aquilo...pequeninho... fazia calça... fazia, já</p> |
|--|---|

| | | | |
|--|--|-----|--|
| | | | costurava...tudo lá. Quando foi um dia, eu vi no jornal... mais eu não queria ser professora...pensei: “Eu também não quero ficar aqui a vida toda, sendo empregada dessa alfaiataria, eu vou ver... o que aparecer, eu vou agarrar”. Então... eu... que é que eu fiz? [risos] |
| | 62 | (R) | Aí a senhora resolveu ir pra guerra? [risos] |
| | 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 | (C) | Peguei e fui fazendo... eu trabalhava, deixei de estudar, formei. Recebi o diploma, comecei a... depois disso, o que é que eu fui ser, meu Deus?... Ah! Uma mulher muito rica precisava de uma companhia pra sair com ela durante o dia... é... ser dama de companhia dela... durante o dia, ai eu fui ser, uma mulher ranzinza, uma mulher cheia de coisa... orgulhosa e tudo... um dia ela falou: “ <i>Ocê</i> sabe inglês?, <i>ocê</i> fala inglês?” Eu falei: “Não, eu não falo nada, <i>male male</i> o português...” [ela ri]... bom, mais isso tudo, trabalhei com essa mulher, fiquei amicíssima dela, aguentei a <i>chatura</i> dela, mais terminou eu sendo amiga dela e saindo com ela e ganhando meu dinheiro honestamente. O marido dela, era.. era... o maior odon... dentista... como é que dentista chama? |
| | 73 | (R) | Odontólogo! O-don-tó-lo-go... [disse pausadamente] |
| | 74 75 76 77 78 79 | (C) | ...de Belo Horizonte. Então, me pagava muito bem porque ele achou que.... <i>pra</i> ele foi bom demais eu ter conhecido a mulher dele, e ser companhia dela... ele quase não aguentava aquele jeito da mulher... <i>mais</i> eu fiquei amiga dela, e trabalhei com ela, ganhei meu dinheiro... quando é um dia, eu olho no jornal e o |

| | |
|----|---|
| 81 | jornal diz que a Cruz Vermelha ia abrir a escola da |
| 82 | Cruz Vermelha internacional em Belo Horizonte. Eu |
| 83 | fui! Lá, cheguei lá me inscrevi... no primeiro turno da |
| 84 | Cruz Vermelha que ia ser inaugurada em Belo |
| 85 | Horizonte. /.../ Quando eu terminei o curso, eu li no |
| 86 | jornal que o Exército <i>tava</i> chamando moças... de vinte |
| 87 | a trinta anos <i>pra</i> fazer um curso para socorro de gente |
| 88 | no Exército. Ora, eu tinha acabado de fazer um curso |
| 89 | de Enfermagem, fui fazer o curso <i>pro</i> Exército. Fiz o |
| 90 | curso <i>pro</i> Exército e... passei folgada... já era |
| 91 | enfermeira, já sabia socorrer gente, mais tinha é... que |
| 92 | aprender a atirar... a marchar, ordem unida, e eu fui |
| 93 | <i>pro</i> 12 RI, fiquei lá três meses dezesseis moças daqui, |
| 94 | ficamos lá, aprendendo a atirar, a marchar... fazer tudo |
| 95 | o que um soldado fazia. Nós fizemos, ficamos fazendo |
| | lá... três meses nós fizemos lá e três meses ia fazer no |
| | Rio. Fui <i>pro</i> Rio pra terminar o curso... três meses. /.../ |
| | Quando nós terminamos o curso de socorro de |
| | urgência do Exército, eu já <i>tava</i> com o diploma de |
| | normalista, eu já <i>tava</i> com o diploma de enfermagem |
| | da Cruz Vermelha, então eu passei muito bem, fui |
| | aprovada muito bem, dezesseis moças lá de Minas, só |
| | quatro passaram... no Rio, só quatro passaram, eu era |
| | uma delas. |

CAPÍTULO 7

DISCURSO, IMAGEM E TEXTO VERBAL: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DO FENÔMENO MULTIMODALIDADE⁴⁰

*Denize Elena Garcia da Silva
Viviane Vieira*

Introdução

Economia baseada em informação e hibridismo semiótico

Bases teóricas da multimodalidade

Momentos analíticos

Considerações finais

Introdução

Entre as telas das práticas semiótico-discursivas, que se entrecruzam no tecido heterogêneo da vida social, objetivamos destacar, no contexto do presente capítulo, três dos fios que tecem o fenômeno da multimodalidade: discurso, imagem e texto verbal. Como ocorre na linguagem verbal, imagens podem atuar como forma de representação, como troca

40 Texto publicado originalmente na Revista ALED, v. 12, n. 1, p. 7-29, 2012.

de experiência e como mensagem, o que nos desafia a distinguir uma multimodalidade discursiva, sobretudo, pela necessidade que temos de considerar, junto à palavra escrita, outras formas de semiose, que constituem uma constante nas interações do mundo atual.

Consideramos como multimodalidade discursiva a coexistência de sistemas de signos imagéticos e recursos linguísticos gráficos que integram um mesmo espaço textual, de modo a demandar operações cognitivas complexas no corpo da mensagem. O termo multimodalidade encontra-se associado a um construto teórico de base hallidayana, bastante produtivo nos estudos semióticos de Kress e van Leeuwen (1996), direcionados para a gramática do *design* visual, bem como na proposta de análise textual voltada para a pesquisa social, sugerida por Fairclough (2003a) no âmbito da Análise de Discurso Crítica (ADC)⁴¹. Trata-se de contribuições que nos incentivam a refletir sobre a integração das várias formas simbólicas de semiose, entre as quais destacamos o discurso. Isso, porque a dimensão discursiva corresponde a um conceito mais amplo, uma vez que abarca as duas modalidades da linguagem (oral e escrita) em combinação com outras formas de semiose, tais como as imagens visuais, bem como a comunicação não-verbal, conforme sugerem Chouliaraki e Fairclough (1999).

Podemos afirmar que, no mundo contemporâneo, a maioria dos meios de comunicação costuma-se valer da combinação de texto e imagem para persuadir e até mesmo convencer o público em geral, sobretudo, no que concerne às propagandas cotidianas, destinadas ao incentivo direcionado para a aquisição de bens de consumo. Mas resulta que, em situações específicas, deparamo-nos com a força crescente da mídia quanto a ações de consolidar

41 Mais que uma disciplina, a ADC agrega o Grupo de Estudos de Análise de Discurso Crítica, conhecido como “Grupo de Brasília” do qual formam parte as duas autoras em Brasília (DF).

formas de representação e ideologias, de modo a imprimir um caráter de veracidade, ou mesmo de validade (seja de fatos, notícias ou de propagandas de produtos entre outros), ao mesmo tempo em que costuma instaurar uma ordem simbólica, mediante “ações retóricas tipificadas” na produção de sentidos (Silva e Ramalho, 2008).

Como registra Mozdzenski (2008, p. 22), com base nos estudos de Braga (2004), “em produções multimodais as possibilidades de construção de sentidos se ampliam”, o que costuma repercutir em gêneros como uma espécie de “sistemas de coerção social”, de acordo com Marcuschi (2005). Em poucas palavras, consideramos que as ações retóricas tipificadas podem ser reconhecidas como modos recorrentes de “atuar e de se relacionar com os outros” e, o que mais cabe destacar, “sobre os outros”, o que pode favorecer a projetos de ordem social e de poder, como adverte Fairclough (2003a, p. 33).

Para conduzir essas reflexões, organizamos o artigo em quatro partes. Na primeira, apresentamos uma verticalização teórica sobre a triangulação proposta: discurso, imagem e texto verbal. Na segunda parte, tratamos de aprofundar uma discussão sobre o tema da multimodalidade. E na terceira, dedicamo-nos à análise dos dados selecionados para este estudo. Na última parte, tecemos as considerações finais.

Economia baseada em informação e hibridismo semiótico

Na esteira dos ensinamentos de Marcuschi (2005), bem como nos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), comungamos a ideia de que o funcionamento da língua falada, ouvida e escrita, além de constituir o âmbito apropriado para se estudar a interioridade da linguagem (gramática), permite analisar, de maneira crítica, a sua exterioridade (discurso). Nessa perspectiva, buscamos sondar o funcionamento de operações linguístico-discursivas no processo comunicativo e, sobretudo, sua

conexão com outros sistemas semióticos vigentes, historicamente situados (Silva, 2005, 2009).

Buscamos mostrar, neste estudo, que a mídia, enquanto instituição social, não é uma entidade que existe fora do discurso, uma vez que tanto as palavras quanto as imagens veiculadas em vários suportes posicionam os sujeitos envolvidos no processo de produção publicitária, além de projetar representações sociais (FAIRCLOUGH, 2003a; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Um dos nossos objetivos operacionais é apontar a “interdiscursividade” e a “intergenericidade” no contexto midiático como forma de controle social.

Na “sociedade da informação” (CASTELLS, 2001; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; HARDT; NEGRI, 2004), a linguagem passou a ocupar papel central nas produções econômicas e culturais. Para Fairclough (2003b, p. 188), a semiose contribuiu para a reestruturação do capitalismo e sua organização em nova escala, facultada pelos avanços nas tecnologias da informação. Uma “economia baseada em conhecimento”, conforme sugere o autor, implica “uma economia baseada no discurso: o conhecimento se produz, circula e é consumido como os discursos”. Dessa forma, o discurso tem servido não só para organizar e controlar práticas de produção internas (por exemplo, relações interpessoais em empresas), mas também para sustentar e legitimar globalmente o próprio capitalismo tardio.

A concepção de linguagem como prática social situa o foco da ADC nas *ordens do discurso*. Explica Fairclough (2003a, p. 220) que “uma ordem do discurso é uma combinação ou configuração particular de *gêneros*, *discursos* e *estilos*, que constituem o aspecto discursivo da rede de práticas sociais”.⁴² Conforme o autor, a relação

42 Trad. livre de: “An order of discourse is a particular combination of *genres*, *discourses* and *styles* which constitutes the discursive aspect of a network of social practices”.

linguagem-sociedade é dialética, sendo que o discurso – linguagem como prática social – é tanto constitutivo de outros momentos do social quanto constituído por esses outros momentos, quais sejam: ação/interação, mundo material, relações sociais e pessoas (com suas crenças, valores, histórias). Isso implica que discurso (em todos seus modos semióticos) é um modo de agir/interagir, uma prática material, um modo de se relacionar socialmente e um modo de formação de crenças, valores, desejos. Da mesma forma, ação/interação, mundo material, relações sociais e pessoas são partes constitutivas do discurso (RAMALHO, 2010a; RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2009).

Exemplificamos essa questão com o caso do “discurso da flexibilidade” apontado por Chouliaraki e Fairclough (1999), para os quais os meios de comunicação propagam uma representação particular da “flexibilização” (inovação tecnológica, diversificação da produção, ‘flexibilização’ de funções e horário de trabalho etc.), como algo positivo, desejável, ou seja, como uma espécie de solução para problemas econômicos. No entanto, essa é apenas *uma* representação particular, que favorece um grupo particular e seu discurso, utilizado como recurso simbólico para sustentar hegemonias.

Como destacam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 4), “uma importante característica das mudanças econômicas e culturais da modernidade tardia é que elas existem como *discursos* e também como processos que estão acontecendo fora do discurso, sendo que tais processos que estão acontecendo fora do discurso são substantivamente formados por esses discursos”.⁴³ Nesse cenário, a ampla disponibilidade de informação no espaço e no

43 Trad. livre de: “an important characteristic of the economic, social and cultural changes of late modernity that they exist as *discourse* as well as processes that are taking place outside discourse are substantively shaped by these discourses”.

tempo implica maior alcance de discursos orientados para o “controle” de condutas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003a). As tecnologias de comunicação são a base das transformações econômicas e culturais, pois possibilitam a “reestruturação” das relações entre diferentes campos da vida social (mudanças nas relações entre política, educação, mundo da vida e economia) assim como o “reescalonamento” nas relações entre diferentes escalas (local, globais) da vida social. Tais mudanças sociais têm efeitos sobre mudanças discursivas e vice-versa.

Uma primeira mudança sociodiscursiva é a multimodalidade. Textos que conjugam diferentes modalidades semióticas (fotografias, diagramas, cores, desenhos, músicas, efeitos sonoros, vídeos) tornaram-se característicos da atualidade, como sugerem Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 12). Para uma abordagem crítica, a multimodalidade também constitui potencial recurso simbólico para instauração, sustentação e rompimento de hegemonias, o que nos remete a outro aspecto relevante das mudanças discursivas em curso: a *mercantilização da linguagem*.⁴⁴ Como impacto da reorganização espacial e temporal das relações sociais para os fins do capital e a fluidez de fronteiras entre o sistema instrumental econômico e outros campos sociais não instrumentais, a semiose (linguagem em sentido amplo, abarcando os diversos modos semióticos supracitados) vem sofrendo um processo de “mercantilização”. Isso diz respeito ao reconhecimento da importância da linguagem para a sustentação de hegemonias e seu uso “racionalizado”, ou seja, estrategicamente aplicado para “maximizar” os efeitos da semiose segundo a lógica da mercadoria. Ainda de acordo com as explicações dos dois autores, o conceito de *design*, que é amplamente aplicado a mercadorias contemporâneas, também se aplica à semiose, que se torna a matéria-prima de “produtos culturais semióticos”, como

44 Trad. livre de: “commodification of language” .

as publicidades. Em poucas palavras, sempre de acordo com os dois linguistas, publicidades anunciam mercadorias, mas elas também podem ser consideradas como tipos de mercadoria que, por sua vez, são produzidos pelas indústrias (sem chaminés) do novo capitalismo.

A consciência da centralidade da linguagem nas relações de produção e consumo no novo capitalismo tem impulsionado a mercantilização da própria semiótica. É nesse contexto que encontramos a origem dos denominados “produtos culturais semióticos” – como as publicidades – cada vez mais especializados e eficientes do ponto de vista dos efeitos almejados (MARSHALL, 2003; FIGUEIREDO 2009; RAMALHO, 2009a, 2010b). A mercantilização da linguagem implica a difusão e a primazia da “estética”, facultadas pelos diversos recursos multimodais que circulam em nossas práticas sociais. Essas mudanças sociais e discursivas configuram hibridismos semióticos característicos da modernidade tardia. Embora reconheça que o hibridismo seja inerente a todos os usos sociais da linguagem, Fairclough (2003a) identifica o hibridismo como uma característica irreduzível do complexo discurso moderno.

Bases teóricas da multimodalidade

De acordo com Kress e van Leeuwen (2001), todo discurso é multimodal. Como bem observa Pardo Abril (2008, p. 195), “tal afirmação implica o reconhecimento do entrelace dos diversos formatos e sistemas de signos envolvidos e atualizados (modos), recursos e mecanismos que tomam lugar no processo comunicativo, de cuja articulação procede a comunicação.”

Uma abordagem semiótica social para a multimodalidade, baseada em Halliday (1994), assume que todos os modos semióticos possuem recursos específicos para realizar três funções

comunicativas básicas: construir representações da realidade (função ideacional); estabelecer relações sociais e interações (função interpessoal); organizar combinações de representações e interações em tipos de conjuntos chamados textos ou eventos comunicativos (função textual). Na “Gramática do Design Visual”, as metafunções ideacional, interpessoal e textual passam a ser denominadas por Kress e van Leeuwen (1996) de significados representacionais, interativos e composicionais, respectivamente. Trata-se de uma proposta que descreve modos culturalmente definidos de como imagens se articulam em composições visuais. O *design* visual como representação, ligado à função ideacional, pode ser analisado segundo dois tipos de estrutura: narrativa e conceitual. Estruturas visuais que representam ações, eventos, processos de mudança, arranjos espaciais transitórios são narrativas.

O que caracteriza uma estrutura como narrativa é a presença de um vetor, uma linha imaginária, formada por corpos, braços, linha do olhar, instrumentos em ação, dentre outros, que sugere ações, eventos. O tipo de vetor, a quantidade e os tipos de participantes envolvidos definem os processos narrativos como: processos de ação, processos reacionais, processos verbais, processos mentais e processos de conversão. Nas estruturas conceituais, participantes não desempenham ações, mas são representados em termos de classe, significação, estrutura, ou seja, de seus traços e características essenciais. O modo como os participantes se articulam no texto visual dá origem a três tipos de estruturas conceituais: classificatórias, analíticas e simbólicas.

O *design* visual como troca de experiência, ligado a função interpessoal da linguagem, pode ser analisado com base nos tipos de contato visual, enquadramento, perspectiva e modalidade, por exemplo. Associadas a textos verbais, ou mesmo sozinhas, imagens podem sugerir demandas em trocas de atividade, ou ofertas em trocas de conhecimento/informação. Como explicam

os autores, na comunicação visual o tipo de interação depende da natureza do contato visual estabelecido entre os *participantes representados*, isto é, pessoas, lugares, e coisas, que são o assunto da comunicação, e os *participantes interativos*, que participam da comunicação, ou seja, quem fala e ouve ou escreve e lê, produz as imagens ou as vê, o que inclui os leitores ou *viewers*. Nos casos em que participantes representados olham diretamente para o leitor, vetores formados pela linha dos olhos conectam os primeiros ao segundo, ou seja, com o leitor/*viewer*, enquanto participante interativo. Nessa configuração visual, o participante representado, de quem o vetor (linha do olhar) emana, dirige-se ao participante interativo e demanda algo dele.

Nos termos de Kress e van Leeuwen (1996, p. 122), ao usar a imagem para realizar alguma coisa com o leitor/*wiewer*, “a mirada fixa do participante representado (bem como seu gesto, se for o caso) demanda alguma coisa do *viewer*, demanda que este entre em algum tipo de relação imaginária com ele ou ela”.⁴⁵ A troca estabelecida, nesse caso, é de atividade. Por outro lado, nas configurações visuais em que o objeto do olhar não é o leitor, mas, sim, o participante representado, que é observado pelo *viewer*, não há contato direto entre os participantes representados e interativos. A troca é de conhecimento, por meio de ofertas, em que os participantes representados figuram como itens de informação, objetos de contemplação, como veremos mais adiante.

O enquadramento também estabelece relações específicas entre participantes representados (em fotos, por exemplo) e interativos, no caso, leitores. Quanto menor a distância entre os participantes, maior a aproximação entre eles, ou seja, fechamento da diferença; quanto maior a distância, menor a proximidade entre

45 Trad. livre de: “the participant’s gaze (and gesture, if present) demands something from the viewer, demands that the viewer enter into some kind of imaginary relation with him or her”.

os participantes, o que acentua diferenças entre um e outro. A perspectiva, por sua vez, pode ser mais objetiva, mostrando tudo o que existe na imagem, ou mais subjetiva, focalizando uma parte apenas da imagem como, por exemplo, só o rosto em fotos. Desse modo, também são estabelecidas diferentes relações de poder entre participantes: a perspectiva vertical acentua as diferenças, enquanto a perspectiva horizontal diminui as diferenças, criando simetria, empatia entre os participantes representados e os participantes interativos.

A modalidade também é um indicador de alta ou baixa afinidade entre os participantes representados e interativos. Nas imagens, podemos analisar marcadores de modalidade – como cores (saturação, diferenciação), detalhamento –, bem como tipos de contextualização: modalidade abstrata, comum em textos científicos; modalidade naturalística, mais próxima do “real”; modalidade tecnológica, como dos gráficos, e modalidade sensorial, em imagens que causam efeito de prazer ou desprazer no leitor.

Do ponto de vista da imagem como troca de experiência, temos a oferta de informação, ou seja, o/a leitor/a interativo/a não recebe uma demanda explícita, no entanto pode elaborá-la. A troca de informação constitui um traço discursivo que pode ser associado ao mundo da vida, em que, em princípio, predomina a ação comunicativa, orientada mais para a compreensão do que para fins estratégicos (HABERMAS, 2002). Outro traço associado à vida privada pode ser apontado na modalidade sensorial, utilizada para construir o contexto de aconchego, potencialmente capaz de gerar sensação de prazer no/a leitor/a da publicidade. Esse tipo de modalidade estabelece alta afinidade e aproximação entre participantes representados e participantes interativos – os/as leitores, neste caso.

Por fim, o *design* visual como mensagem, ligado à função textual, pode ser analisado segundo o valor da informação,

saliência e moldura. O valor da informação refere-se à localização dos elementos visuais nas diversas zonas da composição imagética – esquerda e direita, superior e inferior, centro e margem –, que lhes confere valores de informação específicos. A localização da informação à direita ou à esquerda, na leitura ocidental, tem valores distintos de significação. Os elementos posicionados à esquerda são representados como “dado”, isto é, como informação já conhecida pelo leitor. Equivale ao “rema” da linguagem verbal. Os elementos posicionados à direita, por seu turno, são representados como “novo”, o que não é conhecido pelo leitor e para o qual se deve dar mais atenção. Corresponde ao “tema” da linguagem verbal.

Da mesma forma, a localização na parte superior da composição visual confere o valor de informação “ideal”, aquilo a que se aspira. Por outro lado, a localização na parte inferior confere o valor de informação “real”, aquilo que há de mais concreto, realista. Por fim, a disposição dos elementos visuais no “centro” confere a eles a condição de “núcleo da informação”, ao que os demais elementos, posicionados à “margem”, estão sujeitos. A saliência refere-se à diferenciação de um elemento participante com os demais (tamanho, cores, contrastes, etc.). A moldura, por sua vez, separa elementos da composição e indica se eles pertencem ou não a um núcleo informativo, e isso é feito por meio de margens, linhas divisórias.

Na perspectiva crítica da ADC, todos esses aspectos semióticos devem ser estudados à luz de questões sociais, tendo em vista o hibridismo entre ordens de discurso (a faceta discursiva de redes de práticas sociais) em disputas mais amplas de poder. Por isso, a análise discursiva contempla as complexas interseções de diferentes formas e tipos de discurso, e inclui análise interdiscursiva, isto é, análise das maneiras como diferentes ordens do discurso são articuladas, combinadas, excluídas, no complexo de lutas hegemônicas. Esse tipo de análise permite problematizar

potenciais efeitos ideológicos de (sentidos de) textos sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, bem como valores e identidades.

Momentos analíticos

O fenômeno da multimodalidade resulta da integração funcional de recursos linguístico-discursivos e recursos visuais com vistas ao alcance de sentido(s) entre participantes representados e interativos. Sempre voltado para situações de interação, esse entrelaçamento de palavra e imagem costuma gerar novas formas de representação e, o que mais cabe destacar, permite-nos identificar a interseção de gêneros textuais, bem como discursos impregnados de sentidos múltiplos.

Nesta seção, procuramos colocar em prática as bases teóricas discutidas anteriormente. Para tanto, utilizaremos três imagens (todas com participantes mulheres em diferentes representações imagéticas) para exemplificar possíveis abordagens críticas da multimodalidade, o que implica buscarmos ultrapassar a mera descrição da composição das imagens e avançarmos rumo à reflexão crítica sobre o papel das imagens combinadas com palavras na constituição de nossas relações sociais, de nossas identidades e representações sociais (SILVA; PARDO ABRIL, 2010).

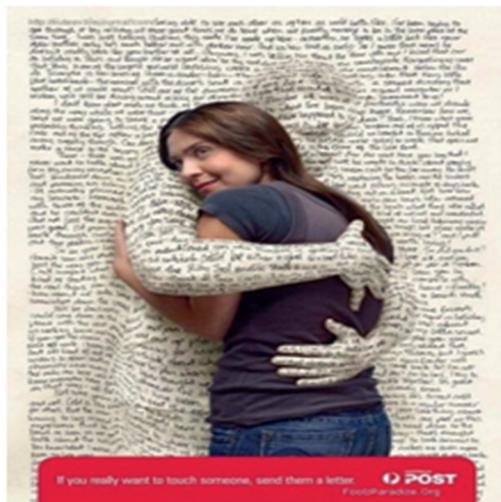
Leitura integrada de material visual e texto verbal: uma estrutura de superfície iconicamente motivada

A primeira imagem combinada com texto verbal, selecionada para análise, constitui uma peça publicitária criada

por M&C Saatchi, Melbourne para o Australia Post.⁴⁶

Observemos, no Texto 1, apresentadp a seguir, a plasticidade e dinamicidade com que o gênero carta pessoal é trabalhado de maneira icônica aguçando a modalidade sensorial, com o propósito de evocar efeito de prazer, bem como despertar sensação de aconchego, no/a leitor/a. Trata-se de uma peça publicitária que integra um texto que, além de ativar os sentidos do/da leitor/a, por meio de uma modalidade sensorial, configura um evento comunicativo que constitui o próprio *lugar da interação*, conforme Koch (2006, p. 22).

Texto 1 – Publicidade dos Correios australianos



Fonte: <http://www.adpunch.org/entry/australia-post-if-you-really-want-to-touch-some-one-send-them-a-letter/>

46 As duas primeiras imagens analisadas neste capítulo constituem parte do curso ministrado por Denize Elena G. da Silva, Flaviane Carvalho e Inês Conde, dentro da 7ª Oficina de Trabalho sobre Linguística Sistêmico-Funcional, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (PT), em junho de 2009.

Podemos afirmar que estamos diante de uma construção “intermodal de sentidos”, o que é muito recorrente na publicidade.⁴⁷ O texto em análise opera nesse sentido, uma vez que praticamente ‘encobre’ ou ‘dissimula’ (THOMPSON, 2002) a finalidade comercial, bem como o que é feito por meio da articulação de elementos semióticos que remetem à vida privada. Entre os caminhos para uma reflexão analítica, destaca-se na atualidade uma variedade de ofertas de produtos no contexto da propaganda, cujas imagens verbais e não-verbais costumam ser deslocadas de seus padrões, tanto formais quanto funcionais, assim como dos tipos e dos gêneros textuais esperados. Trata-se, aqui, do que Marcuschi (2008, p. 167) sugere como “intergenericidade”, ou seja, um gênero com a função de outro.

Os especializados processos estéticos de hibridização semiótica abarcam não só a mescla de modos semióticos, mas também a articulação de diferentes ordens de discurso, isto é, de gêneros, discursos e estilos associados, em princípio, a distintos campos sociais, tais como o gênero carta pessoal – essencialmente característico da ordem do discurso interpessoal, do mundo da vida – e o gênero publicidade – associado à ordem do discurso publicitário, do sistema da economia. A aproximação e o rompimento de fronteiras entre esses dois campos e suas respectivas ordens do discurso não só sinalizam o uso especializado da semiótica para obter fins estratégicos como também revelam a materialização textual desse hibridismo presente em outros momentos das práticas sociais: nas relações sociais, nas identidades, nas representações sociais, nas formas de ação/interação, organizadas segundo a lógica da mercadoria.

47 Ao discutir a noção de multimodalidade com base em Lemke (2002, p. 305), registra Mozdzenski (2008, p. 81) que, “em semiotes multimodais, os leitores constroem um sentido ‘intermodal’, resultante da integração das contribuições que o significado [...] de cada uma das modalidades contribuintes traz para a rede ou para o conjunto total de significados”.

Quanto à composição visual, ou seja, ao *design* como representação, identificamos uma estrutura visual narrativa, em que predomina a representação de um processo de ação bidirecional. A carta (o fundo com apelo sensorial) é metaforicamente personificada na imagem de um homem jovem que abraça suavemente a jovem mulher, potencial usuária/consumidora dos serviços dos Correios (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

No que concerne à imagem como mensagem, temos, acima, o “ideal”, ou seja, aquilo a que se aspira – a aproximação física entre a mulher (potencial usuária dos serviços dos Correios) e o destinatário da carta –, bem como o “real”, aquilo que há de mais concreto e realista, na ordem explícita direcionada ao/à leitor/a. Em termos de recursos interativos, podemos apontar também o que se denomina modalidade “boulética” ou “boulemaica”, uma vez que a imagem do abraço, reforçada pela mensagem escrita, sugere “o que é necessário ou possível com relação aos desejos de alguém” (PALMER, 1986; LUNGUINHO, 2010, p. 122). Trata-se, na realidade, de um recurso linguístico-discursivo enfatizando o sentido da imagem visual que, ao mesmo tempo reforça o sentido da mensagem como um todo.

Em português, como no inglês, um dos recursos linguísticos de modalidade pode aparecer configurado em uma oração condicional, tal como a mensagem da propaganda acima: “Se você realmente quer tocar alguém, *envie-lhe* uma carta” (*If you really to touch someone, send them a letter*). Destacamos, nesse caso, uma modalidade epistêmica, voltada para o domínio das possibilidades e necessidades. Ainda em termos de categoria linguística, podemos identificar também uma modalidade telealógica, visto que o complexo oracional está orientado para um alvo (usuários/as do correio).

Observe-se que, nessa pequena mensagem escrita, a forma verbal [tocar] é revestida de duplo sentido: funciona tanto como

processo material, voltado para o mundo físico (do fazer), quanto como processo mental, pertinente ao mundo da consciência (do sentir). De acordo com Marcuschi (2008, p. 30), um texto constitui “o resultado de operações comunicativas”. Trata-se de operações comunicativas que permitem inferir essa dualidade entre o mundo físico “real”, e a consciência, o “ideal”, como também entre a vida privada idealizada e as relações de consumo de mercadorias e serviços que hoje parecem ser a base da felicidade (BAUMAN, 2001; CANCLINI, 2006).

Com base nos estudos de Silva (2001), podemos identificar no Texto 1, em termos de relação entre imagem e palavra, uma espécie de “repetição complexa” de natureza parafrástica. Uma paráfrase envolve sempre variação na forma, mas com manutenção ou equivalência de sentido. Observe-se que a peça em análise estampa uma estrutura de superfície iconicamente motivada, que funciona como uma espécie de martiz (M), enquanto a oração condicional funciona como elemento repetido (R), o que imprime ênfase à mensagem transmitida. Isso reforça o propósito da propaganda que, no caso, é envolver e, sobretudo, persuadir o/a leitor/a quanto à utilização dos serviços dos correios da Austrália.

Ainda sobre a organização da imagem como mensagem, é preciso observar a saliência conferida à consumidora (em potencial) por meio de cores e pelo contraste com a carta em preto e branco. Em termos acionais e representacionais, destaca-se, nessa peça publicitária, a interdiscursividade entre o discurso do mundo da vida e do sistema econômico, o que inclui a “intergenericidade” entre carta pessoal e publicidade. Tal hibridização discursiva obscurece relações assimétricas de poder entre leitor/a e consumidor/a, por dissimular a troca de atividades, ou seja, ocultar, mascarar a demanda para comprar/utilizar um serviço. Pesquisas do campo publicitário têm apontado a necessidade de alcançar o/a consumidor/a potencial cada vez mais “alfabetizado em publicidade” (SAMPAIO, 2003). Se a “ordem” tende a ser

rejeitada, a oferta de informações pode receber menos rejeição do público-alvo.

Em termos identificacionais, é possível observar a construção de uma determinada identidade para o gênero mulher, cuja felicidade e plenitude se associariam à existência de um parceiro masculino e da qual deveria partir a iniciativa da aproximação física, muito embora o jovem seja representado na imagem como ator da ação de abraçar, e a jovem, como meta, quem recebe o abraço. Conforme Lakoff e Johnson (2002) e Eco (1997), temos, na publicidade, uma representação metafórica típica de anúncios: a relação metonímica de “parte pelo todo”.

Nessa perspectiva, a jovem (parte) é apresentada como representante de sua classe ou categoria, isto é, de “todas as jovens que podem/devem enviar cartas aos namorados” (todo). O sentido que se constrói é o de que se a jovem do anúncio, um modelo a se copiar, é feliz porque usa os serviços dos Correios, a leitora potencial, assim como todas mulheres representadas pela jovem, também pode alcançar a felicidade pelo consumo dos serviços dos Correios. Tais sentidos podem ser vistos como estratégia ideológica de unificação, por construírem simbolicamente uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, qual seja, a da mulher cuja felicidade está associada à existência de um parceiro e ao consumo de bens e serviços (THOMPSON, 2002; RAMALHO, 2009b).

Representação narrativa com processo reacional

Além dos processos acionais, Kress e van Leeuwen (1996) sugerem, na análise com base na gramática visual, alguns componentes específicos que envolvem outros tipos de processos e participantes. Os processos reacionais são constituídos por vetores formados pela linha do olhar. Nesse caso, ao invés de ator, existe um reator (aquele/a que olha) e, em lugar de uma meta, ocorre

um fenômeno (aquele/a que é olhado/a). O texto multimodal apresentado a seguir permite-nos uma análise nesses termos.

Texto 2 – Cartaz de evento contra a violência doméstica



Fonte: Anúncio de um evento/campanha em Portugal (2008).

Cabe, aqui, ressaltar que o reator configura o participante que concretiza a ação de mirar (algo ou alguém), enquanto o/a participante figura como alguém que reage ao olhar, mais do que aquele/a que executa uma ação. Uma observação a mais se faz necessária. Parece que a potencialidade ideológica desse tipo de processo reside na forma como, a partir dele, relações de poder simbólico podem ser estabelecidas.

De início, a imagem nos permite abrir mais uma discussão analítica mesclando as ideias de Marcuschi, com as trilhas metodológicas de análise nos parâmetros da gramática visual de Kress e van Leeuwen. Sugere Marcuschi (2005, p. 17) que “sanção

e recompensa são dois aspectos que mostram como os gêneros são socialmente legitimados”. No texto como representação, temos uma estrutura visual narrativa em que predomina a representação de um processo reacional bidirecional. A imagem representa um desafio bidirecional, o que pode ser identificado pelos vetores, que marcamos com uma seta (amarela) para destacar a direção do olhar recíproco dos atores.

A imagem associada à palavra remete-nos a um esquema cognitivo complexo, uma vez que se tem um gênero textual (anúncio de um evento) ilustrado com uma cena doméstica que, embora apresentada fora do enquadre comum, traz uma intertextualidade com um ditado popular – “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Trata-se de uma lexia memorizada, colhida no berço da oralidade, que nos remete a uma categoria culturalmente reconhecida em qualquer tempo e em qualquer lugar, característica do complexo discurso moderno, conforme Fairclough (2003a).

Mas, resulta que, de acordo com Marcuschi (2005, p. 18), nosso conhecimento de gênero não se atrela tão somente a formas linguísticas, pois quando aprendemos um gênero, na realidade, aprendemos o que Miller (1984) denomina “uma forma de ação social”, como também o que, no dizer de Wittgenstein, pode ser apontado como “uma forma de vida”. A “ação social” privada, bem como sua ordem do discurso, são articuladas em um texto publicitário, como ocorre no Texto 1, mas, aqui, em um anúncio de apelo contra a violência doméstica.

Podemos aproximar o efeito legitimador dos ditados populares com o efeito de piadas, por exemplo. Conforme Thompson (2002), uma das estratégias típicas de construção simbólica, voltadas para legitimar relações de dominação, é a narrativização, ou seja, a reprodução de histórias, no curso de nossas vidas cotidianas, que legitimam relações de dominação com base no apelo a tradições e costumes, por exemplo. Podemos

ver o ditado popular “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” como uma dessas representações sociais que legitimam e autorizam a violência doméstica, atribuindo-lhe a condição de um problema particular, pertencente à esfera privada da vida social.

O texto verbal do cartaz subverte, portanto, essa legitimação. Aqui, o efeito de sentido é criativo e transformador, voltado para questionar consensos e apontar mudanças possíveis em relações assimétricas de gênero social. Na imagem, a mulher reage à imposição do homem, representado como mais alto e saliente. Ao contrário da imagem reconfortante anterior, o Texto 2 representa um cenário conflituoso, construído com base na representação reacional bidirecional, mas também em outros aspectos.

No que concerne à imagem como troca de experiência, temos novamente oferta de informação, em que os participantes são representados como itens de informação ao/à leitor/a, que sinalizam para uma realidade possível nas questões de gênero social. A perspectiva, por sua vez, é mais subjetiva do que objetiva, pois focaliza apenas uma parte da imagem, enfatizando o olhar desafiador entre os participantes, representados a uma distância média do/a leitor/a, o que cria distância e acentua diferenças de poder.

Por fim, no cartaz como mensagem, temos a pergunta inquietadora – *Metó a colher!?* – no espaço do “ideal”, a qual, conjugada com a imagem, contribui para criar o contexto de conflito e instabilidade. A representação da “colher” no centro da imagem – núcleo da informação – também corrobora o efeito de sentido de ruptura de práticas naturalizadas. Em termos acionais e representacionais, o cartaz, a exemplo do Texto 1, também articula elementos do privado e do público, mas, ao contrário do primeiro texto, problematiza consensos sociais relacionados a questões de gênero social. Assim, em termos identificacionais, constrói uma identidade desafiadora para a mulher, que enfrenta preconceitos e busca mudanças. Este tipo de discurso contestatório também está em consonância com as preocupações críticas da ADC, que

concebe discursos de resistência como recursos para superar relações assimétricas de poder, criando novas hegemonias. Tal qual a jovem do Texto 1, a mulher do Texto 2 também é identificada metonimicamente, mas como a parte representante de todas as mulheres que podem/devem reagir à violência doméstica.

Representação narrativa: nem sansão, nem recompensa, apenas disputa

A foto apresentada a seguir sugere, em princípio, a existência de proximidade no contato, apesar da distância evidenciada pelos lugares ocupados, então, por cada um dos atores no cenário político brasileiro. A posição de ambos mostra um processo acional que pode ser interpretado como um desafio bidirecional. Vejamos.

Texto 3 – Candidatos Dilma Roussef e José Serra

EM HORÁRIO ELEITORAL, DILMA TERÁ DEZ MINUTOS E SERRA SETE



A candidata do Lula terá três minutos de vantagem no horário eleitoral
Fonte: Tribuna dos Municípios, Ed. 718, p.3 – Estado do Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2010

A imagem acima nos remete a uma associação de ideias que se coaduna com um contexto de situação recente naquele cenário brasileiro (disputa política entre dois presidenciáveis). A posição corporal e a linha dos olhares cruzados marcam um paralelismo por contraste, o que pode ser identificado entre o plano inferior da foto e o superior: nas mãos relaxadas e nos semblantes em alerta dos dois atores políticos, no caso, Dilma Roussef, eleita Presidenta do Brasil, e José Serra, o candidato derrotado.

Quanto ao significado representacional (metafunção ideacional), pode-se apontar o predomínio de uma estrutura narrativa marcada pela reação transacional explicitada na foto, tanto na mirada cruzada, evidenciada na linha vetorial dos olhos (processo bidirecional), quanto na aproximação física. A imagem em questão permite interpretar nos olhares cruzados dos dois atores (em plena campanha em agosto de 2010) uma atitude de demanda no âmbito do significado interpessoal (metafunção interpessoal), evocando pendores atitudinais de alerta e de desconfiança por parte de Dilma e Serra, embora a curvatura corporal de ambos implique uma espécie de mitigação de atitudes. Quanto à contextualização, podemos apontar uma modalidade naturalística, mais próxima do “real”, mas em perspectiva subjetiva, focalizando apenas uma parte da imagem, e não o cenário como um todo.

No nível do significado composicional (metafunção textual), no que concerne ao valor de informação, tem-se o *dado* – a disputa de dois candidatos e o *novo* – a imagem de uma aparente polidez recíproca. Em termos de enquadramento, pode-se apontar o modo de informalidade com que os atores sociais foram flagrados fora dos holofotes.

Por outro lado, a foto jornalística dos candidatos destaca uma perspectiva horizontal, o que diminuiria a diferença entre os dois (até então presidenciáveis) e favoreceria a ideia de simetria entre ambos, como também entre os candidatos e o/a leitor/a. Mas se levamos em conta o momento histórico e político, bem como o

conteúdo das frases próximas à fotografia, podemos afirmar que o texto multimodal sugere interpretações ao leitor (*viewer*), ao mesmo tempo em que chama a atenção para uma cena que sugere um contraste do tipo: próximo x distante.

Entre os elementos mais salientes que definem o caminho dessa leitura analítica, destacam-se o olhar (marcado pela linha vetorial em amarelo) e a curvatura do corpo. Observa-se um tipo de troca – oferta, ainda que o objeto do olhar não seja um leitor, mas, sim, o participante representado, que é observado pelo *viewer*. Deve-se ressaltar que não há contato direto entre os participantes representados e interativos. Trata-se de uma troca de conhecimento, por meio de ofertas, em que os participantes representados figuram como itens de informação direcionados a leitores/ras.

Eis o poder potencial do jornalismo para “construir realidades”, bem como as identidades sociais dos candidatos e, o que mais caberia observar, o relativo poder de “controlar” decisões de caráter público, por meio de processos de “sugerência psíquica”. No caso da manchete – EM HORÁRIO ELEITORAL, DILMA TERÁ DEZ MINUTOS E SERRA SETE – que encabeçava a página do jornal, bem como do *lide* – *A candidata do Lula terá três minutos de vantagem no horário eleitoral* –, disposto abaixo da foto dos dois candidatos, tem-se dois segmentos linguísticos que, constituindo duas orações identificativas, sugerem uma relação de *simbolização* entre identificados (*Dilma, Serra e a candidata do Lula*) e os respectivos identificadores depois do processo relacional (terá), dos participantes do próprio processo (Dilma e Serra), bem dos elementos circunstanciais de tempo (sete e dez minutos). Por outro lado, devemos chamar a atenção para o segmento linguístico “no horário eleitoral”. Mais que funcionar como um circunstancial temporal, a locução adverbial aparece repetida em posições estratégicas nos dois enunciados que acompanham a foto estampada na primeira página do suporte

(*Tribuna da Imprensa*). Em estudos anteriores sobre o fenômeno da repetição em textos orais e escritos, Silva (2001) aponta o enquadramento como um dos traços funcionais da repetição de formas linguísticas que atuam no domínio da conexão. Resulta que esse fenômeno pode ser identificado também no texto multimodal em análise, uma vez que a locução adverbial de tempo, que aparece duas vezes (em horário eleitoral/ no horário eleitoral), funciona como uma espécie de moldura que, além de delimitar a foto, configura um comentário jornalístico de “pendor atitudinal”, sobretudo, somado a uma expressão nominal (a candidata de Lula), que funciona como um índice avaliativo.

A construção “intermodal de sentidos” sugere que no Texto 3, diferentemente do Texto 2 – apesar da mesma estrutura narrativa reacional bidirecional –, a posição desafiadora atribuída à mulher não é avaliada positivamente pelo jornal. A representação dos participantes como itens de informação, a perspectiva subjetiva da foto na horizontal, fechando diferenças entre o que é noticiado e o/a leitor/a do jornal são elementos que ajudam a construir uma “realidade” parcial para o/a leitor/a. Uma representação em que o conflito tem como figura central a mulher, não aquela representada positivamente como quem rompe com preconceitos, mas, ao que tudo indica, aquela, representada negativamente, que tenta ocupar posições e desempenhar funções supostamente “pertencentes ao homem”. O texto verbal fomenta essa construção de sentidos: o candidato homem é representado pelo sobrenome “Serra”, associado a tradição, ao passo que a candidata é representada apenas pelo primeiro nome “Dilma”, como são representados/as atores mais comuns. A seleção lexical na designação *A candidata do Lula* também obscurece sua particularidade e capacidade de governar o Brasil, associando a identidade de Dilma Rouseff à do Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa análise converge com algumas leituras da cobertura jornalística das eleições 2010 no Brasil, não só no que toca à cobertura do jornalismo impresso, mas também à cobertura televisiva dos debates, por exemplo. A “transparência das imagens”, defendida pela grande mídia, foi questionada no flagrante *close-up* no candidato José Serra no último debate transmitido pela Rede Globo (Ramalho, 2010c).

Ilustramos com as seguintes imagens captadas dos últimos segundos do debate, ocorrido em 29 de out. 2010:

| | Candidata Dilma Rousseff | Candidato José Serra |
|-------|--|--|
| 1'30" |  A still image of Dilma Rousseff speaking. She is wearing a light grey blazer over a dark top. The background is a green map of Brazil. A red 'Globo' logo and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |  A still image of José Serra speaking. He is wearing a dark suit, white shirt, and red tie. The background is a solid blue color. A red 'Globo' logo and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |
| 1'50" |  A still image of Dilma Rousseff speaking. She is wearing a light grey blazer over a dark top. The background is a green map of Brazil. A red 'Globo' logo, a yellow '00:10' timer, and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |  A still image of José Serra speaking. He is wearing a dark suit, white shirt, and red tie. The background is a solid blue color. A red 'Globo' logo, a yellow '00:10' timer, and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |
| 2'00" |  A still image of Dilma Rousseff speaking. She is wearing a light grey blazer over a dark top. The background is a green map of Brazil. A red 'Globo' logo, a red '00:00' timer, and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |  A still image of José Serra speaking. He is wearing a dark suit, white shirt, and red tie. The background is a solid blue color. A red 'Globo' logo, a red '00:00' timer, and a '23:5' timer are visible in the bottom right corner. |

Fonte: YouTube

O/a telespectador/a assistia, nos últimos segundos do debate, a uma Dilma Rousseff longínqua, distante, em perspectiva vertical, numa imagem de distanciamento e assimetria de poder com o telespectador. Ressalte-se, ainda, com a “sombra” do opositor ao fundo. Em outro extremo, “naquele momento em que os eleitores brasileiros já não teriam mais oportunidade de ouvir o que pensam os candidatos que pleiteiam a presidência da República”, nas palavras de William Bonner, Serra é enquadrado, durante todos os 30 segundos finais, em *close-up*, com fundo azul, em ângulo frontal, favorecendo uma imagem de proximidade, simetria, igualdade com o telespectador. Assim, não só oferecendo informações sobre sua proposta de programa de governo, como a candidata Dilma Rousseff fora representada, mas demandando, olho-no-olho, o voto do/a telespectador/a (cf. RAMALHO, 2010c).

Em termos acionais e representacionais, o Texto 3 constrói uma realidade de confronto entre a tradição e o rompimento, este avaliado mais negativa do que positivamente. Em termos identificacionais, constrói uma identidade desafiadora para a mulher, no entanto, mais como uma espécie de força “inimiga”, cuja existência está associada a um homem, seja o adversário José Serra ou até mesmo o Presidente Lula, à época, seu companheiro de luta (WOODWARD, 2000).

Considerações finais

Neste capítulo, abordamos a multimodalidade – coexistência de diferentes modos semióticos em textos – desde uma perspectiva linguística crítica, conjugada com estudos sociais críticos que concebem o hibridismo semiótico como uma característica significativa do complexo discurso moderno. Na primeira parte, apresentamos uma verticalização teórica sobre a triangulação discurso, imagem e texto verbal, com base, sobretudo, em

Marcuschi (2008), Chouliaraki e Fairclough (1999), e Fairclough (2003a). Na segunda parte, aprofundamos a discussão sobre o tema da multimodalidade apresentando princípios da Gramática visual, de Kress e van Leeuwen (1996), fundamentada na LSF. Na terceira parte, analisamos, com base nos pressupostos teóricos discutidos, três “produtos culturais semióticos”: uma publicidade dos Correios australianos, de 2006 (Texto 1); um cartaz publicitário de um evento contra a violência doméstica, de Portugal, de 2008 (Texto 2), e uma foto, acompanhada de respectivos *lide* e manchete, do jornal brasileiro *Tribuna dos Municípios*, de 2010 (Texto 3). Também nos apoiamos em algumas imagens de um debate eleitoral, captadas da TV brasileira, para discutir aspectos da “interdiscursividade” e da “intergenericidade” no contexto midiático como forma de controle social.

Partindo do preceito dialético de que o social é materializado no discurso e que o discurso tem efeitos ideológicos sobre o social, ou seja, sobre relações sociais, ações/interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades, exploramos nos textos multimodais analisados sua potencialidade para construir representações sociais, sustentar ou desconstruir consensos, estabelecer relações mais ou menos assimétricas de poder e construir identidades femininas.

A análise do Texto 1 aponta para a interdiscursividade entre o discurso do mundo da vida/privado e do sistema econômico/público, incluindo a intergenericidade, como recurso “estético” que pode obscurecer relações assimétricas de poder entre leitor/a-consumidor/a, por dissimular a troca de atividades, ou seja, ocultar, mascarar a demanda para comprar/ utilizar um serviço. Ao mesmo tempo, aponta a unificação de uma determinada identidade para a mulher, cuja felicidade e plenitude se associariam necessariamente à existência de um parceiro masculino que lhe dê conforto. O Texto 2, por sua vez, apresenta uma estética menos conservadora. Também articula

elementos do privado e do público, mas, ao contrário do primeiro texto, problematiza consensos sociais relacionados a questões de gênero social. Assim, em termos identificacionais, constrói, positivamente, uma identidade desafiadora para a mulher, que enfrenta preconceitos e busca mudanças. A mulher do Texto 2 é identificada metonimicamente como a parte representante de todas as mulheres que podem/devem reagir à violência doméstica. No Texto 3, destaca-se a representação multimodal de uma realidade de confronto entre a tradição e o novo cenário político brasileiro com uma potencial Presidenta da República. O “novo” aqui, a ruptura com o tradicional, parece ser avaliado negativamente, haja vista o esforço da construção de uma identidade fragilizada para a candidata, seja como “inimiga” da tradição política masculina, patriarcal, ou como submissa ao Lula, Presidente à época.

As análises interdiscursiva e interacional dos textos multimodais, na perspectiva crítica da ADC, indicam a possibilidade tanto de sentidos sustentarem ações, representações e identidades problemáticas, ao gosto das instituições do capitalismo tardio, quanto de questionarem criativamente tais problemas sociodiscursivos. Este é um dos objetivos da ADC: tecer explicações sobre efeitos causais potenciais de sentidos de textos no complexo de lutas hegemônicas da modernidade tardia.

CAPÍTULO 8

ARTICULAÇÕES SEMIÓTICAS E SIGNIFICADOS SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO MULTIMODAL

Denize Elena Garcia da Silva

Flaviane Faria Carvalho

Inês Conde

Interação entre a Análise de Discurso Crítica e a Gramática do
Design Visual
Considerações sobre o percurso metodológico
Significados representacionais e suas articulações
Representação Narrativa
Representação conceptual
Significado interativo
Significados antagônicos em textos multimodais

Interação entre a Análise de Discurso Crítica e a Gramática do *Design Visual*

Este capítulo encontra-se balizado por trabalhos de pesquisa voltados para a área da semiótica social. Nosso objetivo é reforçar a interação entre a análise de discurso crítica e a proposta da gramática do *design visual*. Para tanto, elegemos como

ponto de partida a posição de Lima e Santos (2009), duas linguistas brasileiras que, em consonância com a escola australiana, traçam um panorama da nova fase de estudos de semiótica social voltada para a língua portuguesa. De acordo com as duas autoras:

A partir das concepções da ACD, Kress e van Leeuwen (2006) expandiram a *Semiótica Social* e criaram a *gramática do design visual*, as quais possibilitam uma análise estruturada da utilização dos elementos visuais para produzir significados nas sociedades contemporâneas ocidentais. Ampliando o conceito de Fairclough (2003) de comunidade discursiva na comunicação, Kress e van Leeuwen (2001) propõem a inclusão do conceito de comunidade interpretativa, segundo o qual o sujeito seleciona os aspectos da mensagem que serão interpretados, deixando uma posição apenas receptiva para se tornar um reprodutor social do discurso. Isso remete à intertextualidade subdividida em manifesta (explícita no texto) e em constitutiva interdiscursiva (implícita no texto). (LIMA; SANTOS, 2009, p. 42)

Das informações destacadas acima, dois pontos de vista demandam uma breve reflexão teórica. Em primeiro lugar, merece atenção o lugar ocupado pelo sujeito, na comunidade interpretativa, que pode ser visto como um agente reprodutor social de um discurso mais amplo, cujos domínios ou ambientes institucionais costumam aparecer investidos, política e ideologicamente, de formas particulares de poder. Ressaltamos, aqui, o denominado quarto poder, emanado da imprensa enquanto instituição, bem como à rede de práticas sociais da ordem do discurso jornalístico. Duas posições permitem-nos explicar essas reflexões. De um lado, como bem observam Lima e Santos (2009, p. 44), “os tipos de discurso relacionam-se às estruturas e instituições sociais, bem como aos papéis sociais que o indivíduo desempenha”. De outro lado, esclarece Fairclough (2010, p. 232), que “a dimensão semiótica de (redes de) práticas sociais, o que envolve campos sociais,

instituições, organizações etc., equivale a ordens do discurso; enquanto a dimensão semiótica de eventos equivale a textos”⁴⁸

O segundo ponto de vista concerne à intertextualidade. Conforme esclarece Fairclough (2010, p. 234), um aspecto da intertextualidade é a interdiscursividade, categoria que nos permite questionar em que tipos de gênero, discurso e estilo se encontram os textos veiculados e como funcionam em termos de suas articulações específicas. Consideramos que a intertextualidade, em sua faceta constitutiva-interdiscursiva, permite-nos sondar (com o auxílio de ferramentas da gramática do *design* visual) articulações de escolhas particulares, com vistas a descrever e interpretar significados implícitos, oriundos da conjugação de imagem e textos de vários gêneros, veiculadas no contexto social midiático. Tais articulações serão explicitadas na sessão analítica.

Afirmam Lima e Santos (2009, p. 44) que, “na Semiótica Social, a construção dos discursos e a escolha dos signos estão relacionadas ao contexto social”. Uma breve discussão sobre a noção de contexto, iniciada em Silva (2005a) e retomada em Silva (2012) faz-se, aqui, pertinente.

Para descrever e interpretar o uso da linguagem como prática social, discutir práticas discursivas e representações sociais, bem como identificar, em escolhas léxico-gramaticais ou em estruturas linguísticas, pistas contextualizadas que veiculam efeitos ideológicos da gramática no discurso, faz-se necessário considerar a noção de contexto. Nessa perspectiva, parece razoável evitar qualquer tipo de autonomia ou predomínio, em termos de uma dimensão cognitiva (interioridade) de contexto com relação a uma dimensão cultural (exterioridade). (SILVA, 2012, p. 7)

48 Trad. livre: The semiotic dimension of (networks of) social practices which constitute social fields, institutions, organisations etc is orders of discourse ; the semiotic dimension of events is texts. (FAIRCLOUGH, 1992a, grifos nosso).

A discussão mais ampla acerca de uma noção de contexto em uma dimensão semiótica constitui, sem dúvida, uma oportunidade de reflexão sempre presente e, ao mesmo tempo, um desafio para estudos futuros, uma vez que a linha do horizonte que alimenta o diálogo entre a dimensão cognitiva e a dimensão cultural de contexto parece-nos inevitavelmente infinita. Em outras palavras, há muito para ser investigado ainda a respeito do(s) sentido(s) de contexto, apesar da contribuição de estudiosos, voltada para uma teoria do contexto, tal como a proposta tão rica iniciada por Meurer (2008), ou a atualizada na obra de van Dijk (2012).

Com base em Halliday (1994), sugere Fairclough (2003) que um texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal (identitária e relacional) e textual, deve ser visto sob o prisma de três tipos de significados da linguagem, ou seja, como ação (por meio de um gênero), representação (por meio de um discurso) e identificação (por meio de um estilo), que são os três elementos de ordens de discurso. Nessa perspectiva, cada ordem de discurso, como a pertinente ao campo do jornalismo e da publicidade, por exemplo, envolve gêneros discursivos característicos, que articulam discursos e estilos de maneira relativamente estável num dado contexto social, histórico e cultural.

Os modos de agir (significados acionais), os modos de representar (significados representacionais), bem como os modos de ser (significados identificacionais), nada mais são que práticas sociais configuradas, respectivamente, como parte da ação nas representações que sempre formam parte de práticas sociais e na constituição de modos particulares de ser (identidades sociais pessoais). Conforme já discutido em Silva e Ramalho (2008b), o ponto de partida nesses três principais significados do discurso leva a efeito a proposta fairclougheana de alcance da relação dialética entre momentos semióticos e não-semióticos do social. Além disso, avança Fairclough na percepção não só do sistema semiótico, mas também do sistema social de redes de ordens de

discurso. Isso se explica pelo fato de gêneros, discursos e estilos, como maneiras relativamente estáveis de (inter-)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, não serem categorias puramente linguísticas. Uma vez que práticas articulam discurso com outros momentos não-discursivos (relações sociais, pessoas, interação, mundo material), elementos de ordens de discurso são categorias tanto discursivas quanto sociais, que “atravessam a divisão entre o linguístico e o não-linguístico, entre o discursivo e o não-discursivo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

Na Gramática do Design Visual, as metafunções ideacional, interpessoal e textual passam a ser denominadas por Kress e van Leeuwen (1996) de significados representacionais, interativos ou interpessoais e composicionais, respectivamente. Cada significado depende das escolhas feitas a partir de redes de sistemas, conforme sintetizado no quadro apresentado a seguir.

Quadro 1 - Rede de sistemas de significado na Gramática do Design Visual.

| | |
|--|--|
| Significado representacional (metafunção ideacional) | Estrutura narrativa: Ação transacional/ Ação não transacional Reação transacional/ Reação não transacional Processo verbal (...) Estrutura conceitual: Processo classificacional Processo analítico Processo simbólico |
| Significado interpessoal (metafunção interpessoal) | Contato (Interpelação ou Oferta) Distância Social (social, pessoal, íntima) Atitude (objetividade ou subjetividade) |
| Significado composicional (metafunção textual) | Valor de Informação (Ideal – Real, Dado – Novo) Saliência (elementos mais salientes que definem o caminho de leitura) Enquadramento (o modo como os elementos estão conectados na imagem) |

Fonte: Adaptado de Kress e van Leeuwen (2006) pelas autoras

Observe-se, no interior do Quadro 1, a seguinte relação: enquanto a rede do sistema de significados representacionais envolve os sistemas de estrutura narrativa e estrutura conceitual, a rede do sistema de significados interpessoais inclui os sistemas de contato, de distância social e de atitude. Já a rede do sistema de significados composicionais compreende os sistemas de valor da informação, de saliência e de moldura ou enquadre.

Considerações teóricas sobre o percurso metodológico

Da identificação empírica desses tipos de estruturas, que aparecem sintetizadas no Quadro anterior, ocupar-nos-emos a seguir, balizando o percurso analítico em termos de procedimentos metodológicos. O trabalho de análise empreendido neste capítulo procura identificar e interpretar articulações de significados multimodais, tendo em conta as características genológicas dos textos, os seus contextos, bem como modalidades interdiscursivas.

Em estudos críticos do discurso, a atenção recai sobre o detalhe textual e não sobre quantidade de textos analisados, de forma a ser possível revelar, sempre que possível, a complexidade linguístico-discursiva dos materiais (TONKISS, 1998). Nessa perspectiva, na análise dos dados empíricos, a ser apresentada mais adiante, consideramos a interação entre texto e sistema linguístico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999), bem como a forma como o texto pode operar mudanças significativas no sistema. Na esteira do que sugerem Martin e Rose (2003, p. 272), buscamos, na medida do possível, desconstruir contingências logogenéticas de textos particulares para identificar a forma como

os significados neles construídos geram espaços de negociação de representações, interações e organização textual.

Para garantir a praticabilidade da análise e a efetiva possibilidade de desconstruir sentidos nas manifestações linguísticas e visuais em cada um dos materiais, conforme sugere Sousa (2006), selecionamos 34 textos multimodais autênticos em língua portuguesa, cuja circulação mediática aconteceu a partir de vários suportes e contextos, em Portugal e no Brasil, sobretudo entre 2008 e 2018. Apenas o texto 33, um cartaz promocional dos Correios da Austrália, usado para estabelecer uma reflexão comparativa sobre a articulação de significados sobre a velhice, não teve distribuição direta nos dois países referidos.

A partir da consideração de Marcuschi (2008, p. 155), para quem “os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”, buscamos identificar, descrever e interpretar elaborações sobre especificidades dos gêneros em causa, designadamente das modalidades ideológicas e vozes que neles se articulam. Desde o início do presente estudo, a seleção de uma variedade de gêneros textuais (cartazes de filmes, cartazes publicitários, editoriais de moda, campanhas de conscientização social, bem como manchetes estampadas em jornais, em capas de revista, inclusive reportagens e propagandas institucionais) foi balizada pela noção de que os gêneros textuais constituem uma ferramenta basilar na interlocução humana e de que, ainda que sejam sujeitos a processos de resistência e transformação, por seu caráter fluido, têm um papel fundamental na forma como nos inserimos e participamos nos eventos e práticas sociais.

Dominar um gênero multimodal significa, nessa perspectiva, reconhecer os moldes em que um dado gênero leva à realização de objetivos comunicativos em contextos específicos, através da interação entre diferentes modos semióticos de significação.

(MARCUSCHI, 2008). De um lado, a leitura crítica de uma multiplicidade de textos, de diferentes suportes e gêneros, exige uma percepção clara da forma como o significado se constrói na interação de diferentes domínios de significação e formações discursivas. De outro lado, faz-se necessário refletir sobre as identidades e relações de poder que neles se negociam e as determinações sociais, econômicas e políticas que lhes subjazem. Essas considerações balizam os caminhos de nosso percurso metodológico.

Passemos, agora, à discussão dos significados representacionais e suas articulações, com base no sistema de transitividade, a qual configura a gramática do texto na “cena oracional”⁴⁹

Significados representacionais e suas articulações

O significado representacional tem o seu equivalente no significado experiencial que realiza a metafunção ideacional da linguagem (EGGINS, 1994; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2006). O plano ideacional refere-se à materialização de aspetos da experiência humana do mundo físico (processos, objetos, relações, parâmetros temporais e espaciais), do mundo mental (do pensamento, dos sentimentos e das sensações), bem como aspectos do mundo social. A realização dessas representações ocorre por meio da transitividade.

Para analisar os significados representacionais da oração, a um nível linguístico-discursivo, é necessário identificar os constituintes que codificam o conteúdo ideacional, isto é, o sistema da transitividade, compreendido como a descrição da organização da oração ao realizar o significado experiencial (THOMPSON,

49 A expressão “cena oracional” também é utilizada por Ataíde (2010, p. 242).

1996, p. 78). A escolha de um determinado processo envolve a seleção de participantes, com determinadas configurações e papéis funcionais, na medida em que as formas léxico-gramaticais são estruturadas de acordo com as suas funções sociais.

A transitividade é, então, a gramática da oração, uma unidade estrutural que materializa significados ideacionais ou cognitivos particulares, com bem observam Cunha e Souza (2007, p. 53). Nesse sentido, ela é a base da organização semântica da experiência, permitindo identificar as ações e atividades humanas que são construídas no discurso. São, portanto, os componentes da transitividade (o processo verbal propriamente dito, os participantes do processo, bem como as circunstâncias) que permitem analisar quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias numa dada representação do mundo. Estes três elementos constituem o potencial representativo da oração. Diferenças em nível dos processos correspondem a diferenças na transitividade. Em outras palavras, a transitividade de uma oração corresponde ao tipo de processo que nela é realizado. Por sua vez, qualquer tipo de processo pode estar associado a determinadas circunstâncias. De acordo com a classificação proposta por Halliday (1994), é possível considerar três tipos de processos principais: materiais, mentais e relacionais; e três tipos secundários: verbais, comportamentais e existenciais.

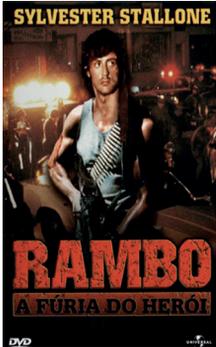
No plano visual, o significado representacional é instanciado através de um conjunto de escolhas que representam os participantes e as suas relações com outros participantes e com processos, bem como as circunstâncias em que estas ocorrem. No enquadramento da Gramática do Design Visual, Kress e van Leeuwen (2006) identificam duas estruturas de representação imagética, a saber: a) representação narrativa, na qual os participantes estabelecem relações entre si e participam em eventos e ações, isto é, estão envolvidos em processos de transformação; b) representação conceptual, que descreve os

participantes como eles/as são, em termos de classe, estrutura e/ou significado, isto é, em termos de uma essência percebida, que é estabilizada e tornada intemporal.

Um texto é uma concepção multimodal, uma interação semiótica na qual cada modo, verbal e visual, desempenham papéis bem definidos e igualmente significativos (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 111-113). Uma análise multimodal orientada pela descrição gramatical de Kress e van Leeuwen (2006) procurará, desse modo, considerar a complexidade dos textos, procurando, se aplicável, interpretar estruturas de encaixe de processos cuja hierarquia e relação é determinada pela própria composição da imagem, isto é, pela distribuição relativa dos elementos e os recursos de saliência instanciados, bem como pela natureza das representações verbais com as quais se articulam. Uma imagem é uma poderosa estrutura multidimensional, na qual processos com diferentes graus de proeminência colaboram na construção de significados (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 109).

Representação Narrativa

Processos narrativos descritos como acionais são aqueles em que uma ação, por via vetorial, cria uma relação entre os participantes representados. Nos textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, o ator é a fonte do vetor e o participante mais saliente, quer pelo seu tamanho, localização no *layout*, contraste com o segundo plano, saturação da cor, profundidade de foco, bem como saliência psicológica e cultural. Vejamos.

| | | |
|---|---|---|
|  |  |  |
| <p>1. <i>Rambo: A Fúria do Herói</i>, 1982. Dir. Ted Kotcheff</p> | <p>2. <i>Anjos da Noite 4 - o Despertar</i>, 2012. Dir. Len Wiseman</p> | <p>3. <i>O Último Desafio</i>, 2013. Dir. Kim Jee-woon</p> |
|  |  |  |
| <p>4. <i>Jogos Vorazes: Em Chamas</i>, 2013. Dir. Francis Lawrence</p> | <p>5. <i>Mulher Maravilha</i>, 2017, Dir. Patty Jenkins</p> | <p>6. <i>Dupla Explosiva</i>, 2017. Dir. Patrick Hughes</p> |

Nessas instâncias, pela ausência de uma meta visível, a ação é considerada não-transacional, isto é, o processo não é feito para ou a alguém ou alguma coisa, pelo menos no que a imagem permite visualizar. O destaque narrativo dado aos participantes nos cartazes promocionais acima apresentados assinala a sua centralidade na trama, como elementos que impulsionam a ação. A omissão da meta reforça, então, o estatuto de protagonista em torno do qual a ação se desenvolve e assinala seu estatuto de herói/heroína. Essa escolha, por outro lado, permite dar destaque aos atores e atrizes que

protagonizam a história, cujas *personas* e estatuto de celebridades acrescentam valor comercial ao produto cinematográfico. Atente-se, a este respeito, na forma como, na dinâmica de interação, os planos inferiores determinam uma assimetria de poder entre o participante e o espectador, estando o primeiro numa posição de superioridade física e domínio simbólico.

As imagens permitem, de igual modo, perceber que o uso processos narrativos não-transacionais é característico dos discursos promocionais de filmes de ação, distinguindo-os de outros gêneros cinematográficos. Neste contexto, é de salientar a semelhança, nos textos analisados, das representações dos protagonistas masculinos e das protagonistas femininas, aspecto que poderá constituir-se como uma marca de transformações em curso no que diz respeito à representação das mulheres neste gênero em particular, no qual são as personagens masculinas que mais frequentemente são retratados em posições ativas e dinâmicas em relação aos acontecimentos e circunstâncias, contados do seu ponto de vista (DUTT, 2014; SCHUBART, 2007).

Essa semelhança parece sustentar-se, todavia, em uma representação patriarcal das figuras femininas que, num só tempo, recupera discursos tradicionais associados às heroínas dos filmes de ação, tais como a juventude e a beleza, e significados que remetem para a atitude agressiva e violenta, típica das personagens masculinas que povoam este gênero cinematográfico (SCHUBART, 2007). Desse modo, às mulheres são atribuídos papéis que se prestam a interpretações contraditórias. Por um lado, a esfera agencial é ainda perspectivada através de significados associados à masculinidade (observe-se a pose agressiva das participantes femininas, bem como as armas que empunham como circunstâncias de meio). Por outro lado, parece que as imagens em foco reproduzem discursos hegemônicos sobre a feminilidade ideal, ao realçar os atributos físicos das heroínas: os cabelos, a cintura, a pele do rosto e a delicadeza das feições.

Se os processos narrativos não-transacionais são elementos que caracterizam os discursos promocionais dos filmes de ação, nos quais a personagem principal surge destacada e personalizada por individualização, de acordo com Van Leeuwen (1997), em filmes românticos as representações tendem a privilegiar a relação entre dois participantes, ambos visíveis no enquadramento, tal como ilustram os seguintes cartazes promocionais.

| | | |
|--|---|--|
| | | |
| <p>7. <i>Cidade dos Anjos</i>, 1998. Dir. Brad Silberling.</p> | <p>8. <i>Querido John</i>, 2010. Dir. Lasse Hallström</p> | <p>9. <i>Um Homem de Sorte</i>, 2012. Dir. Scott Hicks</p> |

| | |
|---|---|
| | |
| <p>10. <i>Um Porto Seguro</i>, 2013. Dir. Lasse Hallström</p> | <p>11. <i>Última Música</i>, 2015. Dir. Julie Anne Robinson</p> |

No envolvimento entre os dois participantes, as figuras masculinas desempenham o papel de ator e as figuras femininas são retratadas como meta. Essa relação é estabelecida através de vetores formados por um ato íntimo, o abraço, ou o toque das mãos dos homens nos rostos das participantes femininas. A repetição de uma estrutura narrativa transacional deste tipo constrói significados particulares que se prendem com representações hegemônicas do amor romântico, naturalizado, por um lado, como heterossexual e, por outro, como interação assimétrica de poder, na qual o homem desempenha um papel de proteção, controle e domínio da ação e a mulher é designada a um papel de fragilidade e passividade.

Em uma análise multimodal, tal assimetria é determinada, também, pelo tamanho relativo das figuras no enquadramento, sendo que os atores sociais masculinos surgem sempre mais altos ou num plano superior ao das figuras femininas. Num plano simbólico, essa diferença colabora na construção de expectativas por parte do público no que diz respeito à narrativa do filme, na medida em que, como sustenta Goffman na sua análise de anúncios publicitários (1979, p. 28), diferenças de tamanho podem ser usadas de forma rotineira como maneira de assegurar que a história seja entendida num primeiro olhar, no caso, que as personagens masculinas venham a ser identificadas com estatuto e poder de sedução.

Nessa linha de interpretação, o que se afigura claro nos textos promocionais entre as imagens de (7) a (10) acima, - apesar de muito distantes no tempo em relação à análise de Goffman (1979, p. 54) - concerne à relativa permanência cultural de um padrão visual que ritualiza a subordinação das figuras femininas, entre outros aspectos, pela forma como os braços masculinos parecem sinalizar barreiras que, não obstante a cena afetiva, delimitam o espaço de ação das mulheres, no caso, rendidas à posição de submissão.

Aos casos em que o único elemento visível é a própria meta, isto é, o alvo da ação (a quem ou para quem algo está a ser

feito), Kress e van Leeuwen (2006) dão o nome de eventos: algo está a acontecer a alguém, ainda que não consigamos identificar a entidade que realiza a ação. Em uma dada estrutura linguística, o processo aproximado seria aquele constituído por uma oração passiva transacional, com apagamento do agente. O potencial de significado deste tipo de processos visuais reside no apagamento ou no carácter anônimo de um dos participantes. Os textos (12) e (13) indiciam a maneira pela qual uma estrutura narrativa visual pode ser usada a serviço de discursos emancipatórios e de intervenção social, designadamente na representação da violência doméstica.

| | |
|---|--|
|  |  |
| <p>12. Campanha da APAV “Quebre o Silêncio” contra a violência doméstica, 2005.</p> | <p>13. Campanha “Dá o Clic. Fala com a APAV. INP (Afonso Ferreira, Mário Almeida, Wagner Godoy, Miguel Martins e Carlos Fabrício Barroso), 2018.</p> |

Como se pode observar acima, as duas campanhas da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) fazem uso do encobrimento do participante que realiza a ação: no texto (12), de quem silencia, e no texto (13), de quem envia a mensagem. Embora seja possível identificar, por via de uma sinédoque visual, a presença de um ator social, que, pelos traços físicos, aparenta ser

masculino na imagem (12) e feminino na imagem (13), as suas identidades permanecem anônimas e, por isso, mais facilmente generalizáveis.

No texto (12), a presença da meta determina a sua condição de vítima e de sujeição a um ato de silenciamento por parte do agressor. A indefinição do ator alerta para a dimensão da problemática social e a possibilidade de as agressões serem perpetradas por pessoas pertencentes aos núcleos de proximidade das vítimas. Em termos representacionais, a presença da vítima dá-lhe mais destaque e motiva uma relação de identificação por parte do espectador. No plano interativo, este é posicionado como testemunha e, como tal, responsabilizado pela necessidade de tomada de consciência e denúncia do crime público que constitui um ato de violência física e/ou psicológica. No texto (13), a meta é representada por um *smartphone* com uma mensagem que apela a uma atitude de conscientização do que configura abuso no seio de uma relação. O anonimato do ator sugere, numa inversão de papéis em relação à narrativa da figura (12), a possibilidade de a vítima poder ser qualquer pessoa.

O tema da violência pode ser explorado, todavia, a partir de uma representação acional transacional, na qual, encontram-se visíveis no enquadramento, tanto o ator quanto a meta. No texto (14), apresentado a seguir, o assédio sexual é sinalizado pela forma como o espaço do layout, ocupado pela meta (a participante feminina), é invadido pelos atores que personificam a agressão. Pode-se afirmar que o espaço é, então, investido de valor simbólico através da configuração de uma agressão pelo vetor formado pelos braços dos participantes masculinos que transpõem os limites impostos pelas liberdades individuais. No texto 15, o processo acional transacional define metaforicamente, pela personificação do ator e instrumentalização da meta, o conceito de trabalho infantil, denunciando os seus contextos e enquadramento.

| | |
|---|---|
|  |  |
| <p>14. Campanha APAV, “Corta com a Violência”. Cupido, 2012.</p> | <p>15. Campanha APAV “A infância termina onde começa o trabalho”. FCB Lisboa, 2015.</p> |

Quando o vetor que cria a relação entre dois ou mais participantes é o resultado de um olhar, ou *gaze*, que parte de um participante formando uma linha de olho vetorial, configura-se um processo reacional. Nesse tipo de estrutura, os participantes que constituem a fonte do olhar são classificados de Reatores. Nos textos (16) e (17), o participante com mais saliência, pela sua posição no *layout* e pelos vetores criados pelo olhar, não executa uma ação, mas é percebido como um fenômeno que reage a dinâmicas de observação, julgamento e agressão psicológica:

| | |
|--|--|
|  |  |
| <p>16. Campanha APAV, “Corta com a Violência”. Cupido, 2012.</p> | <p>17. Campanha Unicef “one shot is enough”, Prolam Young & Rubicam, 2015. “um tiro é suficiente. O cyberbullying representa uma das principais causas de depressão e suicídio entre as crianças nas escolas. Se você tem um smartphone use-o sabiamente, para não acabar com a autoestima de ninguém.”</p> |

Tratando-se de campanhas contra o *bullying*, encarado de várias perspectivas, a escolha de processos reacionais é significativa, pois alerta para os domínios de poder, dominação e coação que subjaz a este tipo de relação abusiva. Por outro lado, desde um ponto de vista ideológico, o uso desse tipo de processo poderá, em alguns casos, estabelecer relações assimétricas de poder simbólico designadamente através da naturalização e legitimação de determinados papéis sociais.

No texto (18), apresentado a seguir, a estrutura narrativa reacional, que subjaz à promoção de um produto financeiro, legitima discursos que reforçam a agenda patriarcal e o seu esquema social heteronormativo, Vejamos.



Observe-se que, no plano verbal, o processo relacional atributivo “tem” qualifica o portador, nesse caso a jovem mulher, e naturaliza uma identidade alicerçada na herança genética, como traço essencial e permanente. Pode-se ponderar que, dessa herança, fazem parte os domínios emocional e racional, sendo que o primeiro é adquirido da mãe e o segundo do pai. A oposição de sentido construída verbalmente, que se traduz no reforço de papéis de gênero, considerados como tradicionais, é corroborada por uma representação imagética de natureza reacional: além de posicionado atrás das figuras femininas, com uma altura relativa

superior, condizente com o estatuto que o plano verbal lhe confere, enquanto gestor e decisor das finanças familiares, o participante masculino é também a fonte de um olhar escrutinador e vigilante do seu núcleo familiar que, por seu turno, surge à margem dessa dinâmica de controle.

Representação conceptual

A taxonomia de análise do *layout visual* de Kress e van Leeuwen (2006) considera os tipos de representação em que os participantes são retratados de forma relativamente estável e generalizada, sobretudo, nomeadamente em termos de classe, estrutura e/ou significado. São as chamadas representações conceituais. Ressalte-se que a presença de vetores não é percebida no caso de representações conceituais. Isso porque a imagem que marca a presença de participantes evoca um ator estático, sem realizar ações, como se pode observar nos seguintes editoriais de moda publicados na revista *Cosmopolitan*. Vejamos.

| | |
|--|---|
|  |  |
| <p>19. <i>Cosmopolitan</i>, junho de 2012 «Start with the basics: qualquer mulher pode e deve vestir uma camisa branca. É um dos básicos essenciais ao guarda-roupa feminino. As combinações possíveis...Essas mostramos nós!»</p> | <p>20. <i>Cosmopolitan</i>, janeiro de 2012 «O teu closet: acordar e vestir de acordo com o nosso dia nem sempre é uma tarefa fácil. Deves reservar a ti mesma algum tempo para que tudo corra na perfeição, e seguir alguns passos importantes.»</p> |

Observe-se que, nos textos (19) e (20), o imaginário envolvido remete para a inação, tanto pela presença da cama e do sofá, quanto pelas escolhas de representação visual, as quais sugerem vetores sem indicação de atividades transformadoras. Trata-se, no caso, de duas peças publicitárias que evocam tão somente gestos ritualísticos associados a momentos de lazer (tomar café) ou intimidade. Nas duas figuras, esses gestos indiciam o que Goffman (1976, p. 29) qualifica de “toque feminino”.

Na esteira de Goffman (1976), pode-se sugerir, ainda que em um tempo real e de curta duração, uma tendência para serem as figuras femininas mais retratadas as que mais aparecem a usar as mãos, ou dedos, a tocarem levemente objetos sem um propósito utilitário. Por outro lado, o componente verbal que acompanha as imagens objetiva garantir que o corpo feminino representado equivale a uma silhueta idealizada, cuja significação é contextualizada no código da Moda. É a partir dessa consideração que os textos se afiguram como representações conceituais analíticas (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), designadamente pela forma como, no plano verbal e visual, são instanciados um portador e os seus atributos possessivos.

Esclarecem Kress e van Leeuwen (2006, p. 87) que, nos processos analíticos, os participantes não se relacionam através de ações, mas de uma estrutura que relaciona a parte e o todo. As imagens, cujo processo é analítico, contrastam com as imagens pertinentes a um processo narrativo. Isso, pela ausência de vetor que sinalize uma ação a ser executada. As partes destacadas conferem um determinado significado ao todo, esgotando e estabilizando o seu significado, daí o seu potencial ideológico. Nos textos em apreço, a relação entre portador e atributos constituiu-se na proposta de um conjunto de peças que completam um guarda-roupa, individualizado pelo uso do pronome possessivo “teu” na forma de uma personalização sintética: estola da Zara; top da Gluen; saia da Zara; casaco da Numph; blusa da Zara;

jeans da Guess; botas da Mango; *clutch* da Mango. Estas peças funcionam como elementos significativos que se complementam para atribuir um valor estético ao editorial, que, por sua vez, se agrega às participantes femininas nas imagens, bem como à identidade das leitoras, enquanto potenciais consumidoras dos artigos publicitados. As marcas usadas como qualificadores das peças de vestuário delimitam as escolhas de consumo que servem um propósito funcional, o de estilizar a aparência através do consumo, por sua vez qualificado como uma tarefa laboriosa: “antes de começar a odisséia da escolha do vestuário”.

Tais representações analíticas completam, então, a relação simbiótica entre os corpos das participantes femininas e os elementos significantes na imagem. A articulação multimodal constitui corpos femininos que adquiriram as propriedades da moda, perdendo a sua qualidade material. Sugere Barthes (1990, p. 259) que corpo de modelos em fotografias de moda equivale a um corpo de ninguém, uma forma pura que não possui qualquer atributo a não ser aquele que lhe é designado na generalidade da significação fotográfica. Não obstante, nos casos em foco, trata-se de um corpo na moda: jovem, branco, magro, disponível, alheado, vulnerável e desejável. A indumentária significa o corpo e lhe atribui um valor conotativo. Por sua vez, conforme sugere Shinkle (2008, p. 174), o corpo é, também, um mero acessório que completa o imaginário visual.

Essa construção semiótica aparece igualmente no texto (21), também em um conjunto de duas páginas de um editorial de moda, constituindo, no caso, a ideia genérica de um quarto como geografia privada, com características de um chalé de montanha. O cenário cria um ambiente relaxante, íntimo e protetor, pontuado com iluminação suave, mobiliário rústico de madeira e objetos alusivos à fauna e à flora da montanha. Publicado em dezembro, o editorial anuncia as tendências de outono-inverno e, como tal, o tema visual é construído em torno de significados que aludem

à estação: a pose da participante, que sugere proteção contra o frio, a decoração em tons quentes; a escolha da indumentária e dos acessórios, com tecidos e texturas associadas ao clima frio; as bolas de isopor, que mimetizam a neve que cai no exterior e que se infiltra no espaço exterior.



21. Ragazza, dezembro de 2008.

«O que é que farias se numa bela manhã acordasses e todo o espaço à tua volta estivesse cheio de neve? Fácil. Subirias a temperatura com um look 100% lenhador, ideal para enfrentar o frio da montanha... Inspira-te nestes looks e aquece o teu Inverno!»

O quarto é, aqui, um cenário fictício criado a partir da combinação de elementos ordenados para construir uma “visão genuína do mundo” (BARTHES, 1990), neste caso “um dia de inverno”. Considerado de forma isolada, um dia de inverno não sugere qualquer tipo de ideologia, mas, segundo Barthes (1990, p. 246), a associação metafórica entre os elementos do cenário e a participante criam, no código da moda, contingências que articulam significados conotativos que se materializam numa narrativa: um dia de inverno e o quarto que se assemelha a um chalé anunciam uma experiência exótica, em que o lazer é a palavra de ordem. A inserção metafórica dos elementos atmosféricos, que

invadem o espaço interior, acentua o exotismo da geografia onde é representada a participante feminina.

O código da moda articula, assim, uma narrativa estética que desenvolve um evento, “estar no quarto” num dia de inverno. Esse quarto é, contudo, o cenário de uma fantasia, totalmente deslocado da história. Nesse enquadramento interpretativo, a imagem sugere o que Lipovetsky e Serroy (2013) consideram ser uma característica da hipermodernidade, designadamente a reafirmação do design *kitsch* orientado por uma lógica fantasista e ressonâncias imaginárias e sensitivas, que visam criar desejo no consumidor. Na leitura de Lipovetsky e Serroy (2013, p. 253), o *kitsch* é a expressão dos valores hedonistas e individualistas da hipermodernidade, exibido como uma lógica de prazer e intimidade. É também uma forma de prazer obtido a partir da brincadeira e do jogo. Os objetos expostos, os quadros, os brinquedos, o candeeiro, os bibelôs, as próprias peças de vestuários e os acessórios, sugerem uma geografia totalmente ornamental, despida de funcionalidade. É um mundo que não pressupõe agência, um espaço *kitsch* onde elementos do real se estruturam para construir irreabilidade (LIPOVETSKY; SERROY, 2013, p. 251) e a cenografização (LIPOVETSKY; SERROY, 2013, p. 264) é estilizada para estimular a compra das peças de vestuário. No plano conotativo, a representação visual é uma vitrina que seduz e a estética que reproduz é teatral, que visa encenar os produtos (LIPOVETSKY; SERROY, 2013, p. 114), isto é, as peças de vestuário, cujo valor utilitário, que podemos assumir como sendo ‘proteger-se do frio’, se perde em incoerências a favor do valor estético que estimula o consumo: o uso de botas no espaço interior, as meias pelo joelho e o uso dos calções, que erotizam a participante e deixam o corpo a descoberto, desprotegido.

Por outro lado, Macdonald (1995, p. 110) argumenta que, na fotografia de moda, a tentativa de transformar a moda num objeto de admiração estética produz uma sensação de intemporalidade, na

medida em que a figura feminina é instanciada como um “símbolo de pura fantasia”, deslocada da sua realidade através do mistério do local, que, por sua vez, é o resultado do entrecruzamento entre espaços e tempos indefinidos. Apesar de, no texto (21), à semelhança dos textos (19) e (20), ser possível reconhecermos uma configuração narrativa, nomeadamente pelos vetores que se formam pelos braços da participante que, num gesto de afago a si própria, sustenta também um brinquedo, a representação é conceitual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Resulta que a modelo feminina está no seu espaço íntimo, mas a sua atitude sugere uma pose ritualizada de subordinação, nos termos de Goffman (1987, p. 40), bem como de vulnerabilidade ao olhar do observador, no plano visual, com relação aos elementos que a rodeiam. O quarto, neste sentido, não é um lugar seguro, mas de ameaça, pelas aberturas semióticas ao exterior. A modelo, por seu turno, representa a estética da moda, como seu acessório e repositório dos seus artefatos.

O título do editorial - *Cold Mountain* - pode ser associado, em termos de intertextualidade, ao filme *Cold Mountain* (2003), dirigido por Anthony Minghella, que narra o romance entre Inman Balls (interpretado por Jude Law) e Ada Monroe (interpretada por Nicole Kidman), no contexto da Guerra Civil Americana. Ada muda-se para *Cold Mountain*, um rancho na Carolina do Norte, onde se apaixona por Inman, que é convocado para a guerra. Após um ferimento, e debilitado fisicamente, Inman deserta do Exército Confederado e parte numa epopeia para regressar à casa. Ao longo da trama, Ada é frequentemente representada em estados de espera no espaço doméstico, que, por sua vez, é várias vezes ameaçado pela severidade de invernos rigorosos ou por elementos humanos. Encontramos, na representação instanciada no texto (21), alguns elementos que remetem para essa referida narrativa, designadamente no cenário criado, invadido metaforicamente pelos elementos exteriores e pela postura da participante que, como referimos anteriormente, anuncia fragilidade e passividade.

O enunciado verbal, além disso, reproduz significados associados ao jogo de “faz-de-conta”, ao plano da ficção, como ilustra o segmento interrogativo: “O que é que farias se numa bela manhã acordasses e todo o espaço à tua volta estivesse cheio de neve?”. A indagação no modo condicional anuncia o exercício imaginativo que, no plano relacional, é incitado à leitora virtual. No domínio da transitividade, esse exercício apela à ação, designadamente através do processo material “fazer”. A agência parece, todavia, direcionada para uma situação ficcional e onírica, o que é assinalado pelo processo comportamental “acordasses”, o qual sugere, no caso, um estado de semiconsciência.

Através do discurso verbal, o cenário visual assume contornos de ameaça, introduzida pelo processo relacional “estar” no modo condicional, encaixado numa circunstância de contingência, em “[se] todo o espaço à tua volta estivesse cheio de neve”. É deste modo, pela qualificação de uma circunstância provável, que a voz editorial justifica a introdução de um conjunto de soluções instrumentais, enquadradas no código da moda, como ilustra o sublinhado do exemplo: “O que é que farias se numa bela manhã acordasses e todo o espaço à tua volta estivesse cheio de neve? Fácil. Subirias a temperatura com um look 100% lenhador, ideal para enfrentar o frio da montanha... Inspira-te nestes looks e aquece o teu Inverno!”. A roupa surge como elemento salvífico que oferece proteção e calor.

Reconhece Barthes (1990, p. 241) que, no sistema da moda, a roupa adquire uma qualidade caritativa, quase maternal, amplificada pela fantasia infantil que a significa nos planos visual e discursivo. No exemplo anterior, o processo material, no modo condicional, “subirias”, que tem como meta um elemento intangível, a temperatura, é completado pela circunstância de meio “com um look 100% lenhador”. A ação parece ser articulada com um propósito funcional, mas a qualidade do instrumento é meramente estética. A moda é circunstancializada, mas adquire, multimodalmente,

o estatuto de protagonista. A representação agentiva, realizada, também, pelos processos materiais no imperativo “inspira-te” e “aquece”, reside apenas no plano da simulação, pois se vestir para agir, isto é, para transformar o ambiente circundante, não assume contornos de realidade. Trata-se, nos termos de Barthes (1990, p. 248), de uma “transitividade inútil” que apenas exhibe o estado de fazer. O estímulo à ação é, então, um movimento retórico que não visa à transformação da realidade, mas apenas à recriação de um visual particular, desenhado a partir das últimas tendências da moda e das marcas que as representam.

A circunstância de meio, “com um look 100% lenhador”, que procede o processo material, sugere, também, uma tensão construída em torno da identidade de gênero. No plano visual, a modelo enverga roupa ‘feminina’, calçando botas de couro como elemento que acrescenta um certo grau de agressividade, apesar da suavidade que a textura da pele e do pelo deixam perceber e das suas formas. Esse elemento, todavia, parece legitimar a masculinização discursiva do *look* publicitado, que, no plano visual, articula elementos tradicionalmente associados à erotização do corpo feminino, designadamente a posição da modelo, a sua infantilização, a dinâmica do olhar, bem como a indumentária que enverga. A feminilidade é o seu atributo e não se perde de vista apesar de a retórica discursiva sugerir o contrário. Essa tensão, aliás, reforça-a. Essa articulação é, segundo McRobbie (2009), uma expressão da mascarada pós-feminista, que reforça a matriz heterossexual através da garantia que a feminilidade é exacerbada por rituais e símbolos que a encenam. Nesse sentido, a metáfora “subir a temperatura” evoca, também, o discurso da sedução.

Além da atribuição de características mais ou menos estáveis a um participante, com as implicações de significado que discutimos anteriormente, as representações conceptuais podem também significar identidades coletivas. No texto (22), apresentado em seguida, as escolhas imagéticas representam participantes que

se apresentam num grupo, definido por características comuns a todos os sujeitos classificados, em termos de sua responsabilidade frente à crise econômica.



22. *Visão*, 2 de abril de 2009.

Nesse tipo de representação, determinada por processos classificacionais, a relação entre esses participantes é definida de acordo com uma correspondência taxonômica em que os membros do governo português desempenham o papel de subordinados em relação ao participante superordenado, “responsáveis pela (nossa) crise”, instanciado por um processo relacional identificativo, realizado na oração interrogativa. A relação hierárquica entre esta categoria de julgamento social negativo e os elementos que a compõem é concretizada através da simetria visual, isto é, os participantes representados são colocados à mesma distância uns dos outros, possuem o mesmo tamanho, bem como a mesma orientação relativa aos eixos horizontal e vertical.

A ausência de profundidade e contextualização circunstancial são, por seu turno, escolhas que reforçam o caráter intemporal,

genérico e definitivo do atributo negativo e da descredibilização criada em torno das figuras políticas a cargo da governação do país. Os participantes surgem num cenário descontextualizado, sinalizado de maneira conotativa pelas linhas horizontais que se assemelham a uma foto de identificação policial. A profundidade é inexistente e o ângulo é frontal e objetivo. A classificação corresponde a um processo de naturalização alimentado pelo julgamento social. Ao apresentar os participantes em um mesmo grupo/classe pela relação de interconexão simétrica, a representação ganha um valor ideológico de inevitabilidade, bem como de verdade, e, sobretudo, de generalização do significado. Na perspectiva de Kress e van Leeuwen (2006, p.79), a própria ordenação da imagem produz essas relações.

Processos visuais conceituais tendem, então, a estabilizar significados sociais. Em processos que apresentam apenas um participante – o Portador –, a estabilização poderá ser reconhecida apenas na captação de uma essência generalizada. O texto (23) configura, a esse respeito, um processo simbólico sugestivo, cuja significação se articula em torno da criação de uma atmosfera como bem de consumo. Vejamos.



23. Revista *Evasões*, 10-16 de julho de 2015.

O detalhe da imagem é preterido em favor da criação de uma atmosfera particular atribuída ao Algarve, publicitado como geografia turística atrativa e exclusiva, tornada acessível pela informação editorial: as cores diluem-se em tons dourados, o foco é suave e o contraste reduzido, o que transforma os elementos em silhuetas e contornos. Esses recursos semióticos conferem ao Portador um valor genérico e simbólico, pois captam não um momento particular, mas antes uma qualidade generalizada que se revela de dentro para fora. A natureza ideológica dessa escolha representacional pode ser interpretada a partir da forma como o cenário retratado de uma praia do Algarve que, através de filtros e enquadramento fotográficos, transforma-se em uma identidade intrínseca ao ‘portador’, isto é, a sua qualidade natural, inevitável e consensual, que serve, no texto em foco, um propósito marcadamente promocional.

As dinâmicas de representação analisadas até ao momento nos permitem destacar como atores sociais são incluídos em textos com diferentes gêneros e objetivos comunicativos a partir da sua relação com outros participantes e processos. A análise multimodal poderá considerar, todavia, outras dinâmicas de significado, designadamente aquelas relativas às relações construídas entre os participantes na imagem e os espectadores, bem como as escolhas associadas aos espaços de um *layout* e seu valor informacional. Passemos, agora, a considerar os significados interativos e composicionais configurados por imagens apresentadas por dois gêneros textuais distintos: cartazes publicitários, cujo propósito comunicativo prevalente é o de vender, e jornais, cujo propósito comunicativo predominante é o de informar.

Significados interativos

No que concerne aos significados interativos, serão perscrutados os tipos de enquadramentos, ângulos e formas de olhar empregados para alinhar o observador com as experiências dos participantes representados, bem como para demarcar relações de poder e afinidade entre ambos. Primeiramente, serão analisados os cartazes da campanha turística “O Brasil te chama. Celebre a vida aqui” (Brazil is calling you. Celebrate life here), de 2010, veiculada no exterior pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, conforme pode ser observado abaixo:



Observe-se que, nas peças publicitárias (24) a (26), os participantes das campanhas analisadas não interagem com o observador/potencial cliente, pois não lhe endereça seu olhar nem se mostra frontalmente, o que implica pouca relação de envolvimento com o referido observador. Dessa forma, acabam por figurar como objetos de contemplação e aspiração pelo observador. No entanto, o sorriso no rosto dos participantes é frequente nas imagens, o que sugere uma tentativa de suscitar uma avaliação positiva por parte do observador e, de certo modo, com ele interagir. Além disso, o plano médio (da cabeça à cintura)

que enquadra os participantes da imagem os apresenta através de um tipo de distância social que sugere certa relação de afinidade com o observador. A modalidade visual concerne ao grau de veracidade com que uma foto é representada. Dependendo do grau de articulação de luz, profundidade, cores, tons, foco e detalhes, uma imagem pode parecer mais científica/ tecnológica, documental/ naturalística, abstrata ou sensorial.

As imagens apresentadas pelas campanhas tendem a nos fazer acreditar que tudo o que vemos é realidade, devido às escolhas de cores muito saturadas, à densa articulação entre luz e sombra e, ainda, à perspectiva profunda, onde é possível ver pessoas em cenários naturais em terceira dimensão, assim como no mundo real. Nesse sentido, a verdade produzida pela modalidade dessas imagens pode ser interpretada como: “nós somos um país ensolarado, com céu azul, diversidade natural, felicidade e repleto de emoções, sensações e alegria”.

Em contrapartida, vejamos como os significados interativos podem se articular de modo a construir outros efeitos de sentido, como é o caso da análise de como a notícia sobre a contratação mais cara de um jogador português da história do futebol foi articulada pelos jornais de maior circulação em Portugal, em 2009, e a sua contratação por parte da Juventus, em 2018.

| | | |
|---|---|--|
| | | |
| <p>27. <i>Público</i>, 12 de junho de 2009.</p> | <p>28. <i>Diário de Notícias</i>, 12 de junho de 2009</p> | <p>29. <i>Correio da Manhã</i>, 12 de junho de 2009.</p> |

| | | |
|---|--|--|
| | | |
| <p>30. <i>Público</i>, 11 de julho de 2018.</p> | <p>31. <i>Diário de Notícias</i>, 11 de julho de 2018.</p> | <p>32. <i>Correio da Manhã</i>, 17 de julho de 2018.</p> |

Nas edições do *Público*, textos 27 e 30, o jogador de futebol Cristiano Ronaldo não olha e nem se dirige ao espectador, não estabelecendo com este, portanto, nenhum tipo de contato. O jogador é representado, desse modo, em uma posição de oferta. Trajando o uniforme do time do *Manchester United*, Cristiano Ronaldo afigura-se na primeira página de 2009 de maneira distanciada dos leitores portugueses, não promovendo nenhum tipo de alinhamento ou identificação entre ambos. Em termos de distância social, o *Público* enquadra Cristiano Ronaldo através de um plano fechado, em que é mostrada a cabeça, bem como uma parte dos seus ombros, o que implica uma relação de familiaridade com os leitores. Em termos de atitude e perspectiva, pode-se inferir que, no *Público*, o plano de Cristiano Ronaldo não coincide com o plano do fotógrafo.

No âmbito da horizontalidade, o tipo de ângulo adotado é o oblíquo – construindo uma relação distanciada com o observador, como se não fizesse parte da sua realidade. Na capa de 2018, o distanciamento é ainda mais acentuado, já que o jogador também não estabelece contato visual com o leitor e é representado de perfil, pelo ângulo horizontal oblíquo e em plano geral vestindo

o uniforme do Juventus no estádio a marcar um gol de bicicleta. Em ambos os casos, portanto, o jogador aparece de maneira distanciada, como um ícone em ação sujeito à contemplação dos leitores do jornal *Público*, não estabelecendo com eles nenhum tipo de interação.

Já em ambas as edições do *Diário de Notícias*, textos (28) e (31), a interação representada entre os leitores e o jogador é de demanda, em função do vetor imaginário configurado entre a linha do olhar de ambos, bem como do vetor adicional formado pelo gesto de Cristiano Ronaldo, que ora aponta uma de suas mãos na direção exata do observador, ora lhe dirige um sinal positivo. Contudo, enquanto o olhar e o gesto se mostram mais incisivos no primeiro caso, no segundo, o jogador está de óculos escuros e comprimindo os lábios, o que parece não transmitir uma impressão absoluta de credibilidade.

Na primeira página de 2009, o jogador está vestido com o uniforme da Seleção Portuguesa de Futebol, o que pode sugerir a construção de um apelo triunfante e positivo voltado à identidade nacional portuguesa – visto que o leitor português é abordado direta e explicitamente, parecendo já ser conhecido pelo participante representado. Já na edição de 2018, Cristiano Ronaldo não aparece com o uniforme, talvez em razão do texto da chamada “Ronaldo na Juventus: a crónica de uma transferência anunciada”, o que sugere a provisoriedade com que o jogador irá usar a camisa do time.

Em termos de distância social, o jogador é representado nas duas edições por meio de um plano médio, sendo que na primeira edição o jogador é enquadrado pela cintura e na segunda edição acima dos joelhos, o que faz desta ligeiramente mais distante do leitor do que aquela. Nesse sentido, o grau prevalente de intimidade configurado é o de afinidade e sociabilidade em relação ao observador, que pode sentir-se mais à vontade para realizar a sua interação social com o ator social representado.

No que tange à perspectiva, o plano do jogador coincide com o do fotógrafo, o quer dizer que o tipo de ângulo escolhido é predominantemente frontal mais no primeiro caso, dada a sutil inclinação enviesada do jogador na segunda capa, o que engendra uma sugestão de envolvimento entre Cristiano Ronaldo, o produtor da imagem e, conseqüentemente, os leitores portugueses. Face a tais elementos, é possível inferir que a edição do *Diário de Notícias* de 2009 constrói uma relação de envolvimento e confiabilidade do leitor com o jogador português maior do que na edição de 2018.

A primeira página de 2009 do *Correio da Manhã*, texto (32), apresenta Cristiano Ronaldo e a modelo Paris Hilton sob a perspectiva da oferta, uma vez que ambos não direcionam seus respectivos olhares para o espectador e, portanto, não estabelecem com este qualquer tipo de contato. Retratados em trajes de festa e com expressões faciais de alegria e comemoração, o jogador e a modelo, e também a atmosfera de celebração que os envolve, são elementos submetidos à contemplação do observador. Cristiano Ronaldo é enquadrado a partir de um plano geral, onde aparece em traje de passeio em detrimento do uniforme esportivo e acompanhado da modelo Paris Hilton. Nesse enquadramento, pode ser observado todo o corpo de ambos e, também, parte do cenário, no qual ainda pode ser visto parte de um carro. Dessa maneira, a representação do jogador institui um tipo de interação impessoal e distanciada com o leitor – ensejando, talvez, mundos totalmente distintos.

Quanto ao *Correio da Manhã*, observe-se também a coincidência entre os planos do fotógrafo e dos participantes representados através do recurso ao ângulo frontal, estimulando os leitores a envolverem-se com o fato reportado. No que tange à angulação vertical, os participantes representados encontram-se no mesmo nível do olhar do espectador em todos os jornais analisados, não suscitando, portanto, assimetrias de poder entre ambos. Em relação à primeira página de 2018, o jogador também não estabelece

contato visual com o telespectador. Contudo, seu ângulo agora é frontal, o plano é médio, e está segurando o uniforme da equipe, fazendo de Ronaldo mais próximo do âmbito do futebol e dos leitores do jornal em comparação à primeira edição.

Significados composicionais

No que concerne aos significados composicionais, buscamos analisar recursos como: valor informacional, saliência, moldura, tipografia, bem como cores adotadas, a fim de atribuir coesão e coerência em relação às tendências demonstradas por jornais. A composição visual das campanhas do Instituto Brasileiro de Turismo apresenta, como é típico das publicidades, uma estrutura Ideal-Real, em que o domínio do Real apresenta “a realidade” e o âmbito das ações práticas, conforme já foi analisado, e o domínio do Ideal apresenta o *slogan*, que nada mais é do que o apelo emocional e idealizado da campanha – tanto o é que acaba por figurar, inclusive, no céu representado nas imagens.

A tipografia adotada no *slogan* pertence à família da *Script Font*, associada ao universo das emoções e frequentemente explorada para fins comerciais (HEITLINGER, 2006). A conectividade estabelecida entre as letras suscita unidade e está diretamente ligada à escrita manual, transmitindo a ideia de informalidade, intimidade e expressividade. Além disso, a ligeira inclinação das letras para a direita pode ensejar dinamismo e fluidez tanto da escrita como da leitura. Aliadas a tais recursos, a própria curvatura e circularidade das letras podem sugerir leveza, organicidade, tranquilidade e emotividade, ou seja, tudo aquilo que seja capaz de constituir sonhos e fantasias (HEITLINGER, 2006, p.291). É notável, portanto, a coerência de significados configurada entre os recursos semióticos das imagens e da tipografia escolhidos pelas campanhas.

Em relação às escolhas composicionais das edições do *Diário de Notícias*, a análise das cores que constituem a sua primeira página aponta para uma composição visual de policromia e temperatura equilibradas. Os elevados níveis de brilho e pureza configurados pela cor branca das letras do logotipo do *Diário de Notícias* podem suscitar as ideias de ‘limpeza’ e ‘ordem’ por um lado, e, por outro, ‘elitismo’ e ‘distanciamento’.

Quanto à tipografia predominante, a análise aponta para a confluência de três estilos tipográficos distintos em sua primeira página – o que revela também propósitos comunicativos distintos, tais como informar com seriedade, informar através de estratégias publicitárias, e informar a partir do apelo à tradição – cujas formas e categorias tipográficas se mostram, entretanto, dotadas de regularidade, propiciando boa legibilidade. Cabe assinalar, ainda, a ideia de dinamismo e movimento sugerida em seu cabeçalho, em virtude da sutil inclinação para a direita das letras que constituem a chamada da grande reportagem e o logotipo do jornal.

Na edição de 2009, a notícia em destaque figura como elemento central, ocupando quase um terço da página. Já na capa de 2018, Cristiano já figura à esquerda, no domínio do dado, como se a abordagem tratada pelo jornal já fosse algo já conhecido pelos leitores. Em ambos os casos, o jogador aparece em primeiro plano, com alto teor de saliência, o que lhe confere valor e importância. Em termos de moldura, inclusive, apresenta-se com alto grau de desconexão em relação às demais matérias das capas dos jornais analisados.

Em relação ao *Correio da Manhã*, é possível notar a configuração de uma composição visual de policromia e saturação excessivas, com cores quentes e híbridas atribuídas às promoções e produtos oferecidos pelo jornal. Além disso, percebe-se um significativo teor de modulação destinado, amiúde, a chamadas polêmicas ou preocupantes. O logotipo do jornal, cujo nome aparece em branco e encontra-se imerso em um quadro vermelho

de elevada temperatura, engendra um equilíbrio dinâmico no qual oscilam conceitos ligados à “simplicidade” \times “excitação”, “força” \times “indisciplina”, respectivamente. De maneira geral, a análise da forma tipográfica sobrepunjante na primeira página do *Correio da Manhã* aponta para um excessivo peso visual, com negritos utilizados de forma irregular e aleatória em palavras, títulos e trechos de textos que, aliados ao significativo grau de condensação entre as letras, fazem da página caótica, informal, e com pouco estímulo à reflexão acerca dos eventos reportados.

Cabe ainda mencionar que a curvatura arredondada e a orientação horizontal das letras do logotipo do jornal transmitem uma sugestão de conforto e comodismo por um lado e, por outro, o prolongamento apresentado por um dos “R” pode ensejar a ideia de ludicidade ou rebeldia. A notícia analisada na edição de 2009, texto 29, aparece no domínio do novo, sendo que Cristiano Ronaldo não aparece com o uniformizado, no estádio de futebol, mas sim em traje casual e acompanhado de Paris Hilton. Ademais, recebe também significativa saliência, em razão do tamanho do tamanho da imagem e do seu posicionamento em primeiro plano. Chama também atenção a saliência em amarelo de alguns trechos da chamada: “93 milhões” e “Paris”, que remetem ao dinheiro e à mulher.

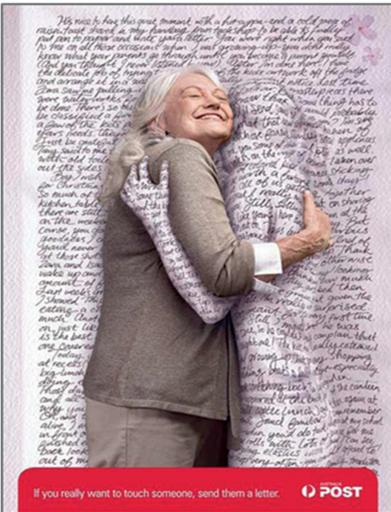
Quanto à moldura, à semelhança dos outros jornais, o *Correio da Manhã* apresenta a notícia desconectada das demais. Na edição de 2018, a notícia ocupa certa posição central na página, também em primeiro plano, com tamanho significativo e precisão de foco, o que lhe confere saliência e valor. Neste caso, em vez de desconectado das demais notícias, Ronaldo se mostra em considerável conexão com a notícia “Georgina é a patroa da casa e Dolores volta para a Madeira”, por meio de um dos seus cotovelos, talvez com o propósito de estabelecer um vínculo semântico do jogador com a sua terra natal; bem como com a palavra “aumento” da outra notícia, por meio da cabeça do jogador, sugerindo assim

uma conexão entre a dimensão do valor do jogador com a carga semântica do referido léxico.

Já a análise das cores que constituem a primeira página das edições do *Público* permite-nos sugerir uma composição visual de policromia e temperatura regulares, com elevado grau de brilho, temperatura e saturação conferidos aos cadernos e suplementos especiais do jornal, valorizando o aprofundamento e a pluralidade da cobertura dos fatos e acontecimentos. Em relação ao seu logotipo, cujo nome aparece em branco e encontra-se imerso em uma letra “P” de cor vermelha com alta temperatura, verifica-se a criação de uma espécie de equilíbrio dinâmico em que oscilam conceitos vinculados à ideia de “ordem”, “clareza” e “elitismo” versus “força” e “contestação”, respectivamente. Paralelamente, a primeira página do *Público* parece transmitir a sensação de equilíbrio, sobriedade e organização, tendo em conta a regularidade das formas e do estilo tipográfico utilizado, possibilitando a leitura atenta e agradável de suas notícias. Além disso, o elevado teor de peso atribuído ao cabeçalho da página, composto, sobretudo, por cadernos e suplementos especiais, torna-lhes mais salientes e, conseqüentemente, dotados de acentuada relevância. A orientação vertical do logotipo pode apontar, ainda, para conceitos ligados à altivez e à busca de aspiração. Na primeira página de 2009, a notícia é posicionada no domínio do ideal, com alto teor de saliência, onde a imagem do jogador aparece em primeiro plano, com cores saturadas e em tamanho significativo. O próprio logotipo do jornal encontra-se imerso na notícia, que se desconecta de todas as demais matérias. Já na primeira página da edição de 2018, a notícia do jogador agora ocupa o domínio do dado, apresentando-se como uma informação incontestável, reforçada pela expressão “já é” de sua chamada, qual seja, “Cristiano Ronaldo: Mamma mia! Ele já é jogador da Juventus”, igualmente dotado de saliência e em alto grau de desconexão em relação às demais informações presentes na capa.

Significados antagônicos em textos multimodais

Os textos (33) e (34), apresentados a seguir, envolvem estruturas multimodais representacionais, interativas e composicionais com significados multimodais antagônicos, uma vez que envolvem a velhice de maneira diferente. Embora ambos configurem formas comercializadas de práticas como ação social em favor da pessoa idosa, o componente visual indicia sentidos apelativos adversos em seus respectivos textos.

| | |
|--|--|
|  <p data-bbox="191 1053 524 1070">If you really want to touch someone, send them a letter. POST</p> |  <p data-bbox="563 574 968 693">DESAFIO VOCÊ A COMPARTILHAR ESSA IMAGEM, E PROMOVER A MAIOR CAMPANHA EM COMBATE À VIOLENCIA AOS IDOSOS</p> <p data-bbox="563 982 716 1065">Ligue 100 e denuncie!</p> <p data-bbox="563 1070 739 1087">www.andremansur.com.br</p> <p data-bbox="851 1007 968 1082">Ande Mansur ADVOGADOS ASSOCIADOS</p> |
| <p>33. Peça publicitária criada por M&C Saatchi, Melbourne, para o <i>Australia Post</i>, 2007.</p> | <p>34. Fonte: www.andremansur.com.br</p> |

Poder-se-á afirmar, em primeiro lugar, que os textos pertinentes às peças publicitárias (33) e (34) configuram “gêneros emergenciais”, de acordo com Marcuschi, (2008, p. 160). Como explica Fairclough (2003, p. 69), “a mistura de gêneros em textos toma a forma do que podemos chamar de emergência de ‘formatos’,

textos que são efetivamente montagens de diferentes gêneros”.⁵⁰ Assim, enquanto a peça publicitária (33) envolve uma mensagem construtiva no texto, mediante a utilização de um gênero carta com a função de outro, a propaganda no texto da peça publicitária (34), embora faça parte de uma galeria de imagens jurídicas, acompanhadas de informações institucionalizadas, de interesse para a sociedade, reveste-se de uma prática ideológica como sistema de controle social, justamente pelo gênero discursivo escolhido, associado ao eixo do mando, da ordem, bem como do poder.

Como sugere Fairclough (2010, p. 232), a dimensão semiótica de redes, no caso de práticas, envolve campos sociais, instituições, bem como organizações particulares entre outras formas discursivas reguladoras que caracterizam um determinado grupo social. Tais formas discursivas reguladoras perpassam práticas sociais que equivalem a ordens do discurso, enquanto a dimensão semiótica de eventos equivale a textos.

Posicionadas em uma construção visual narrativa acional bidirecional, em forma de um abraço recíproco, na peça publicitária (33), aqui considerada desde o suporte convencional escolhido (cartaz), as duas figuras femininas não interagem diretamente com o potencial cliente (observador), o que as projeta, no plano da interação, tão somente como objetos de contemplação. Essa imagem sensorial representada pela foto de uma idosa interagindo com a figura de uma adolescente saltando de uma folha que invoca o gênero textual carta, o que permite evocar no observador um sentimento fraterno, em termos de carinho amoroso, mediante a imagem singela e familiar de um contato aconchegante. A tipografia utilizada para introduzir visualmente a referência à carta escrita à mão corrobora estes significados na medida em que

50 Trad. livre: the mixing of genres in texts takes the forms of what we can call the emergence of ‘formats’, texts which are effectively assemblies of different texts involving different genres. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 69)

usa o traço cursivo com inclinação para a direita, potenciando, dessa forma, o reforço de valores associados à caligrafia e à sua natureza orgânica pessoal e informal.

No que se refere à composição, esses significados são confirmados pela forma como as participantes surgem numa relação de conexão, construída por uma rima visual e pela forma como o abraço intersecta os espaços que ambas ocupam no *layout*. Ademais, a conexão entre os caracteres que ocupam toda a página sugere integração, em consonância com o gesto íntimo que a construção narrativa visual instancia. A bidirecionalidade da ação reforça o conceito de “carta” como uma troca íntima e pessoal, além de enfatizar a atenção aos mais velhos. Atente-se que a idosa é colocada do lado esquerdo da página, na posição de “dado”, escolha composicional que valida a representação positiva da idosa como consensual e indiscutível.

Esta significação é, contudo, transferida para a própria entidade “Correios da Austrália”, no plano ideológico da significação, conferindo à referida entidade qualidades associadas ao campo simbólico da proximidade e da afetividade e omitindo a natureza promocional e mercantil do texto. Tal processo de omissão é muito bem observado por Marcuschi (2008, p. 187), para explicar a forma como “a publicidade opera de maneira particularmente produtiva na subversão da ordem instituída para chamar a atenção do produto”.

A ocultação do objetivo publicitário em (33) é conseguida, também, pelo enunciado “*If you really want to touch someone, send them a letter*” (equivalente ao português: “se você realmente deseja tocar alguém, envie-lhe uma carta”) com a modalização configurada em uma oração condicional, localizada na base da página, na posição do real, adquirindo, a partir desse lugar, significados orientados para a ação. Observe-se que, tanto em inglês quanto em português, o sentido é marcado linguisticamente por uma modalidade epistêmica, que aporta significados associados

às necessidades humanas de sociabilização, como atenção e carinho, sobretudo, no caso de pessoas idosas em qualquer parte do mundo, aspecto que desvia a função comercial do texto para a valorização, no observador, de uma atitude comprometida com a empatia social.

Enquanto o cartaz (33) enfoca a velhice de maneira positiva, representada pela imagem de uma idosa dotada de traços fenotípicos caucasianos, com alto teor de luminosidade e saturação, o cartaz (34) configura, ainda que de maneira velada, uma propaganda comercial próxima a um ato do que se pode caracterizar como uma “espetacularização” da imagem da velhice (PARDO, 2008)⁵¹. A figura feminina no texto (34) surge representada em uma configuração visual conceitual, monocromática em preto e branco – remetendo inclusive à ideia de passado – cuja informação contextual é suprimida por meio de um fundo cinzento. A mulher idosa, representada em uma pose estática e passiva, é enquadrada num primeiro plano que conota proximidade e intimidade, sendo usada como um símbolo genérico da velhice.

O caráter genérico da representação é visível na forma como são omissos elementos sobre a sua biografia e contextos. Realçada pela posição central na página, pela intensidade do foco, que destaca os sulcos da pele provocados pelas rugas no rosto, pelas manchas provocadas pelo tempo e pelo desalinho e a cor branca dos cabelos, a idade da participante é, no texto, o seu principal atributo e elemento informativo mais saliente do componente imagético. Além disso, em termos conotativos, a expressão facial anuncia um semblante carregado e triste, sugerindo uma

51 “Espetacularização” - termo sugerido por Neyla Pardo ao se referir ao modo como a mídia enfoca a imagem da pobreza. In: Pardo, N. *Qué nos dicen? Qué vemos? Qué es pobreza? Análisis crítico de los medios*. Bogotá: Antiquuus Ed., 2008.

associação semântica entre velhice e sofrimento. Cabe destacar também o fato de se tratar da imagem de uma mulher, cuja indumentária e apresentação remetem para um contexto de desproteção, abandono e pobreza. Segundo Pardo (2008), a espetacularização é uma estratégia de minimização que fragmenta e descontextualiza a informação especializada. Assim retirada do seu contexto, a figura feminina é instanciada como vítima do flagelo social de violência contra os idosos, representação essa reforçada pelas escolhas que se verificam no plano verbal.

Como bem observa Wodak (2004, p. 237), o poder é sinalizado pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual, o que inclui as escolhas lexicogramaticais presentes em um texto. Nos enunciados do cartaz (34) - Desafio você a compartilhar essa imagem, e promover a maior campanha em combate à violência aos idosos/ Ligue 100 e denuncie -, a visibilidade espetacularizada dada à participante feminina é enquadrada num contexto enunciativo de moralidade e ética que pretende gerar reações por parte da opinião pública. Atente-se, a este respeito, na escolha composicional que coloca este enunciado no topo da página, num sistema de polarização que confere aos elementos colocados na posição de “Ideal” mais poder simbólico e valor social. A objetificação da condição humana da velhice, no seio de relações interdiscursivas que a indissociam da pobreza e da vitimização social, é, então, inserida dentro de uma lógica que recupera discursos sobre causas sociais, atribuindo-lhes um valor comercial, isto é, transformando o fenômeno social, no caso a violência contra idosos, num elemento com potencial para aumentar a reputação da sociedade de advogados, a voz autoral do texto.

Nesse alinhamento, se o contexto imagético do texto convoca sentimentos de piedade e compaixão, um olhar sobre as escolhas lexicogramaticais revela estruturas de controle características de práticas sociais reguladoras. Atente-se, a este nível, na realização do processo verbal “desafio”, no presente do indicativo, cujo dizente,

na figura da sociedade de advogados, age verbalmente sobre o observador, instigando-o a executar ações (“ligue”; “denuncie”) pertinentes ao mundo físico relacionadas com a denúncia de abuso e violência sobre pessoas vulneráveis, no caso, sobre os idosos. Os processos materiais encaixados “compartilhar” e “promover” anunciam, todavia, a legitimação de práticas sociais de partilha alargada de conteúdos, tais como aquelas proporcionadas pelas redes sociais. Apesar de introduzirem a noção de agenciamento, estes processos representam ações que, no plano material, não concretizam plenamente movimentos transformadores, mas, antes, práticas de compartilhamento em plataformas virtuais facilitadoras das práticas de promoção de produtos, marcas e personalidades.

A meta beneficiária da ação é, nesse sentido, a própria empresa. O fato de o locutor dos enunciados ser identificado constitui uma aproximação ao eixo moral da conduta e da ética, o que, à semelhança do que acontece no texto (33), colabora na omissão do caráter promocional do cartaz. Ressalte-se a forma como a referência à autoria do texto surge posicionada no sistema de polarização composicional, mais precisamente na base e à direita da página. Por um lado, a referida escolha confere à entidade valores de credibilidade, estabilidade e confiança e, por outro, determina que a identificação da empresa e do seu sentido de missão se sobreponham aos significados atribuídos ao fenômeno social referido no texto, a violência contra idosos.

Considerações finais

Neste capítulo, mediante a análise de 34 peças publicitárias e jornalísticas selecionadas, buscamos levar a cabo um estudo reflexivo sobre o funcionamento de operações linguístico-discursivas no processo comunicativo e, sobretudo, uma busca de conexões de usos da linguagem verbal com outros sistemas

semióticos, historicamente situados. Com vistas ao policiamento de representações discursivas, comuns em contextos de situação e recorrentes em contextos de cultura, o estudo ora realizado nos permitiu sugerir uma renovada consciência de usos da linguagem por parte da mídia, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Ao criar e veicular padrões sistemáticos de configurações visuais, produtores de textos multimodais midiáticos tendem a habituar sua audiência a consumir, de maneira naturalizada, significados construídos de acordo com uma visão particular da realidade. Daí a importância da análise multimodal para aceder essas múltiplas camadas da significação, articuladas em aspectos contextuais de ordem social, política, econômica e/ou ideológica.

Movidas por esse interesse, intentamos, aqui, demonstrar a aplicabilidade de todas as categorias e recursos oferecidos pela gramática do design visual, a fim de evidenciar como cada modo de comunicação opera simultaneamente em conjunto com os demais modos de forma sistemática e orquestrada, com o propósito de construir significações da realidade ou negociar relações de poder na sociedade. Foi o que pudemos constatar na análise das representações narrativas de cartazes promocionais de filmes, ao sinalizarem representações masculinas dotadas de agência, superioridade física e domínio simbólico em filmes de ação; e representações femininas frágeis e passivas, protegidas pelos homens, em filmes de romance – apontando, assim, para uma construção social hegemônica do protagonismo masculino e da relação amorosa heterossexual.

Vimos como a estrutura narrativa visual também pode ser usada em prol de discursos emancipatórios e de intervenção social, ao analisarmos campanhas com foco na representação da violência doméstica e do *bullying*, ora alertando o espectador sobre domínios de poder, dominação e coação que subjazem a relações abusivas ou assimétricas de poder, por meio da naturalização e legitimação de determinados papéis sociais;

ora legitimando discursos que reforçam a hegemonia patriarcal e heteronormativa socialmente disseminada. Observamos, ainda, como a representação conceitual se faz importante para editoriais de moda, sobretudo, em função dos recursos visuais de conotação e metáfora, responsáveis pela erotização do corpo e pela instanciação de uma cenografia fantasiosa, estimulando o desejo do consumidor. Nessa mesma esteira do desejo, tivemos a oportunidade de sugerir como as categorias atinentes aos significados interativos incitam a contemplação e a aspiração por parte do espectador nas campanhas turísticas.

Pudemos notar como a imprensa se posiciona, produz julgamentos e exerce influência sobre seus leitores em relação aos acontecimentos e aos atores sociais a eles vinculados, por meio de estruturas narrativas classificacionais, ou significados interativos realizados pela distância social e atitude. Ou mesmo como jornais constroem sua própria identidade a partir de escolhas de cores e tipografia, bem como estabelecem percursos de leitura e associação semântica, conectando e desconectando notícias figuradas em uma composição visual.

Por fim, destacamos como significados multimodais podem ser articulados de maneira antagônica em relação à velhice: de um lado, construindo uma representação saturada positiva de uma idosa, ao atrelá-la ao padrão fenotípico europeu; de outro, produzindo uma representação monocromática e degenerativa de uma idosa, em situação de pobreza e abandono, demandando discursivamente diferentes tipos de atitude por parte do leitor. Trata-se, portanto, de um material produtivo e consistente, o qual apresenta um aparato teórico e metodológico bastante útil e elucidativo para investigar como textos multimodais em circulação perpetuam ou transformam valores e atitudes acerca de diferentes temáticas em pauta na contemporaneidade, seja por pesquisadores em Linguística Aplicada e área afins, seja por professores interessados em promover o letramento visual em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ALBALADEJO, T. **Retórica**. Madrid: Síntesis, 1989.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.
- ATAÍDE, C. Uma abordagem sistêmico-funcional da categorial gramatical de sujeito. **Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 12, jul. 2013. ISSN 1980-8879. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1226>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- BAJTIN, M. **Estética de la creación verbal**. Madrid: Siglo XXI editores, 1985.
- BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAMBERG, M. Positioning between structure and performance. **Journal of Narrative and Life History**, v. 7, n. 1-4, p. 335-342, 1997.
- BARBARA, L.; MACEDO, C.M.M. Linguística Sistêmico-Funcional para a Análise de Discurso: um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 87-105, 2009.
- BARONE, J. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BARTHES, R. **The fashion system**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1990 [1967].
- BAUER, M. Y AARTS, B. Corpus construction: a principle for qualitative data collection. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (ed.). **Qualitative researching with texts, images and sound: A practical guide**. London: Sage, 2000.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BERENBAUM, M. **The world must know: The history of the holocausto as told in the United States Holocaust Memorial Museum**. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2005.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. Rev. e atual. no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas/SP: Pontes, 1991.

BRAGA, D. B. A comunicação interativa em ambiente hipermídia as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 144-162.

BRAGA, G.; MARTINS, V. No DF, servidor acentua diferença. **Correio Braziliense**, DF, 14 de julho de 2010. Economia. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/07/14/internas_economia,202286/index.shtml. Acesso em: 19 jul. 2012.

BRAIT, B. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASILIA. GDF. Administração Regional de Taguatinga, 2012. Disponível em: http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4345. Acesso em: 23 de junho de 2012.

BRAZIL, E. V.; SHUMAHAR, S. (org.). **Dicionário mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRITO, J. **De Plano Piloto a Metrôpole: a mancha urbana de Brasília**. Brasília: Sinduscon, 2010.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CÂNDIDO JÚNIOR, A. **Discurso e identidade(s) de pessoas idosas: das histórias de vida às práticas de letramento**. 2016. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2016.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klaus B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Editora Ática, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CODEPLAN. Coletânea de Informações Socioeconômicas - RA XXV, 2006. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000052.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

COUTO, R. L. D. M. **Narrativas orais de experiência pessoal: um enfoque laboviano**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras-Línguas Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras. UNIR, Porto Velho-RO. 2013.

CRESPO, A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE electrónica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: www.rae.com.br/electronica

CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerda, 2007.

DALCHER, C. **Vox**. São Paulo: Arqueiro, 2018.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: The discursive production of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, *Malden*, v. 20, p. 43-63, 1990.

DE FINA, A. **Identity in narrative: study of immigrant discourse**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin, 2003.

DE FINA, A. What is your dream? Fashioning the migrant self, **Language & Communication**, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.langcom.2017.02.002>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DE FINA, A. Positioning level 3: connecting local identity displays to macro social processes. **Narrative Inquiry**, Worcester, v. 233, n. 1, p. 40-61, 2013.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. Analyzing narratives as practice. **Qualitative Research**, London, v. 8, n. 3, p. 379-387, 2008.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. **Analysing narrative: discourse and sociolinguistics perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DELL'ISOLLA, R. L. P. **Retextualização de gêneros escritos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

- DIJK, T. van. **Las estructuras y funciones del discurso**. México: Siglo XX, 1981.
- DIJK, T. van. **Ideología**. Barcelona: Gedisa, 1999.
- DIJK, T. van. El discurso como interacción en la sociedad. *In*: DIJK, T. van. (comp.). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2001.
- DIJK, T. van. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. Tradução Fernández T. e Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- DIJK, T. van. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- DIJK, T. van. **Discurso y poder**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- DIJK, T. van. **Discourse and context: A sociocognitive approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DRESSLER, W.U.; DE BEAUGRANDE, R. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.
- DUTT, R. Behind the curtain: women's representation in contemporary Hollywood. Media @ LSE MSC Dissertation Series, 2014.
- DYER, R. **The matter of images**. London: Routledge, 1995.
- ECO, U. **La estructura ausente**: Introducción a la semiótica. Barcelona: Lumen, 1983.
- ECO, U. **A estrutura ausente**: introdução à pesquisa semiológica. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London and New York: Continuum, 1994.
- EGGINS, S. **Introducción a la lingüística sistémica**. Logroño: Universidade de La Rioja, 2002.
- ENGEL, M. *Psiquiatria e feminilidade*. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 322-361.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

- FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse**: textual analysis for social research. London/New York: Routledge, 2003a.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (Comp.) **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003b. p. 179-203.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. New York: Routledge, 2010.
- FIGUEIREDO, D. Linguagem e gênero social: contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional. **DELTA**, v. 25, n. esp., p. 732-753, 2009.
- FREITAS-ESCÓRCIO, M. C. S. A Representação do Brasil no discurso de posse dos presidentes pós-ditadura. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Programa de Pós- Graduação em Linguística, Brasília, 2014.
- GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. D. **Lingüística Sistemico Funcional**: Aplicaciones a la Lengua Española. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2008.
- GIDDENS, A. **The consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GOFFMAN, E. **Gender advertisements**. London: Macmillan, 1979.
- GRUPO μ . **Tratado del signo visual**. Madrid: Cátedra, 1993.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1985].
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text**: Aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University, 1989.

- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. Functions of language. *In*: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: Aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning**: a language based approach to cognition. London and New York: Cassell, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to Functional Grammar**. 3rd ed. London: Hodder Arnold, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning**: a language-based approach to cognition. London, New York: Continuum, 2006.
- HAWKING, S. **Breves respostas para grandes questões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- HEITLINGER, P. **Tipografia**: Origens, Formas e Usos das Letras. Lisboa: Dinalivro, 2006.
- HERCULANO-HOUZEL, S. **O cérebro nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Vieira Et Lent, 2012.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Um plano para acabar com a miséria**. Brasília: Ipea, ano 8, n. 67, p. 20-28, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE. **Comunicados do IPEA** n° 159, de 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.
- KOCH, I.V.G. Linguística textual hoje: questões e perspectivas. *In*: SILVA, D. E. G. (org.) **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cànone Editorial, 2006. p. 21-42.
- KOTHE, Flávio. **O herói**. São Paulo: Ática, 1985.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images**: The Grammar of Visual Design. London: Routledge, 1996.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse**: The modes and media of contemporary communication. Londres: Arnold, 2001.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. *In*: LABOV, W. **Language in the Inner City**: studies in the black English vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. Tradução Waldemar Ferreira Netto. **The Journal of Narrative and Life History**, v. 7, n. 1-4, 1997. Disponível em: <http://ling.upenn.edu/wlabov/sfs.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. *In*: HELM, J. (ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEECH, G. **A Linguistic Guide to English Poetry**. London: Longman, 1969.

LEMKE, J. L. Travels in hypermodality. **Visual communication**, SAGE Publications, v. 1, n. 3, p. 299-325, 2002.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **O Capitalismo estético na era da Globalização**. Lisboa: Edições 70, 2013.

LOPES, V. F. **Identidade, família e letramento**: representações discursivas num contexto de pobreza. 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LUNGUINHO, M. V. Sobre a concordância modal em português. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília: Thesaurus Editora, v. 11, n. 2, p. 117-141. 2010.

MANGUENEAU, D. O poeta e o camponês: o impossível ponto de vista do dominado. *In*: GLÁUCIA, P. L.; LIMBERTI, Rita P. (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 95-108.

MARCUSCHI, L. A. O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília: Thesaurus Editora, v. 7, p. 7-34, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucena, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análises de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARÊS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003.

MARSHALL, L. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MARTIN, J. Duelo: Cómo nos alineamos. Tradução Elza Guio. **Discurso & Sociedad**, v. 4, n. 1, p. 120-150, mar. 2010.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. London: Continuum, 2003.

MAZULO, L. F. **Mulheres no Exército Brasileiro: um estudo sobre poder simbólico e relações de poder em uma organização militar**. Rio de Janeiro, 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010.

McDONALD, M. **Representing women: myths of femininity in the popular media**. London, New York, Sydney and Auckland: Arnold, 1995.

McROBBIE, A. **The aftermath of feminism: gender, culture and social change**. Los Angeles, London: Sage, 2009.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Linguística Sistêmico-funcional e na Análise Crítica do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 133-157, 2004.

MEURER, J. L. Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto de cultura. In: KARWOSKI, A. *et al.* (org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, p.151-167, 1984.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MONTECINO SOTO, L. A. Personas em situación de calle: identidad y exclusión. In: CORACINI, M. J. (org.). **Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 67-82.

- MONTER, W. **Frontiers of heresy: the Spanish Inquisition from the Basque Lands to Sicily**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MOZDZENSKI, L. **Multimodalidade e gênero textual: analisando criticamente as cartilhas jurídicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- OLIVEIRA, A. B. **Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)**. 2010. 299f. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem Anna Nery, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- PALMER, F. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PARDO GIL, L. Investigar el discurso de la pobreza hoy en América Latina. *In*: PARDO, María Laura (ed.). **El discurso sobre la pobreza en América Latina**. Santiago de Chile: Frasis Editores, 2008.
- PARDO, M. L. El concepto de familia en el discurso de los indigentes argentinos y chilenos. *In*: PARDO, M. L.; ORTIZ, T. (org.). **Estado pós-moderno y globalización**. Buenos Aires: Editorial MPS, 2006. p. 83-102.
- PARDO, M. L. (ed.). **El Discurso sobre la pobreza en América Latina**. Santiago de Chile: Editorial Frasis, 2008.
- PARDO, N. ¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es... pobreza? Análisis Crítico de los medios. Bogotá: Antiquus Ed., 2008.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- PINHEIRO NETO, J. E.; LOPES, V. F. A linguagem verossímil de ressignificação em sujeitos ficcionais no “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago. **Revista científico-educacional de la provincia Granma**, Universidad de Granma, v. 14, n. 2, p. 24-40, 2018.
- PLATÃO. **O mito da caverna**. São Paulo: Edipro, 2015.
- POCHMANN, M.; AMORIM, R. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PROGRAMA das nações unidas para o desenvolvimento. Informe regional sobre Desenvolvimento Humano para América Latina e Caribe 2010: Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx>. Acesso em: 05 abr. 2015.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAMALHO, V. Magra sem pesar no bolso: discurso e ideologia na propaganda de medicamentos. *In*: SILVA, D. E. G.; LEAL, M. C. D.; PACHECO, M. C. N. (org.). **Discurso em questão**: representação, gênero, identidade, discriminação. Goiânia: Cànone, p. 189-200, 2009a.

RAMALHO, V. Análise crítica da publicidade: um estudo sobre anúncios de medicamento. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 2, 152-182, 2009b.

RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica da publicidade**: um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil. Portugal/Covilhã: LabCom, 2010a. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/sinopse/ramalho-analise-2010.html>.

RAMALHO, V. Tecnologias discursivas na propaganda de medicamentos. **Discurso & Sociedad**, v. 4, p. 507-537, 2010b. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n03/DS4%283%29Ramalho.pdf>.

RAMALHO, V. Uma eleição construída por imagens. **Observatório da Imprensa**, n. 614, 02 nov. 2010c. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=614FDS003>.

RESENDE, V.M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**. Implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes, 2009.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIOS, J. A. V. P. A constituição do sujeito de linguagem: entre o “eu” e o “outro”. **Revista da Faced**, Universidade Federal da Bahia, n. 9, p. 203-217, 2005.

ROMAINE, S. **The language of children and adolescents**. New York: Basil Blackwell, 1984.

SAMPAIO, R. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. Sao Paulo, SP: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. Sao Paulo, SP: Edusp, 2009.
- SANTOS, M. **A Urbanização Desigual**. Sao Paulo, SP: Edusp, 2010.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Sao Paulo, SP: Edusp, 2012.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHUBART, R. **Super Bitches and Action Babes**. Jefferson: McFarland & Co, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, D. E. G. **A oralidade no discurso narrativo escrito de adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Linguística, Brasília, 1991.
- SILVA, D. E. G. **A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito**. Brasília: Editora da UnB: Plano Editora: Oficina Editorial/ Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 2001.
- SILVA, D. E. G. (org.) **Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- SILVA, D. E. G. Identidades enfraquecidas versus cidadania cultural. *In: SÉBASTIEN, J. (org.). Colóquio Cidadania Cultural: diversidade cultural, linguagens, identidades*, Recife: Editora Universitária (UFPE), 2007. v. 2.
- SILVA, D. E. G. Identidades enfraquecidas versus cidadania cultural. *In: SEBASTIEN, Joachim (org.). Colóquio Cidadania Cultural: Diversidade cultural, linguagens e identidades*. Recife: Elogica, 2007. p. 51-68.
- SILVA, D. E. G. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica social a ruptura familiar. **Revista Discurso y Sociedad**, v. 2, n. 2, p. 265-296, 2008.
- SILVA, D. E. G. Representações discursivas da pobreza e discriminação na mídia. *In: D. E. G.; M.C. LEAL, M. C. D.; M.C.N. PACHECO (orgs.)*.

Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação. Goiânia: Cânone Editorial, 2009. p. 63-74.

SILVA, D. E. G. Representações discursivas da pobreza e gramática. **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada** (PUC/SP), v. 25, p. 721-731, 2009.

SILVA, D. E. G. Estudos críticos do discurso no contexto brasileiro: por uma rede de transdisciplinaridade. **EUTOMIA Revista de Literatura e Linguística**, v. 5, p. 224-243. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/viewFile/946/726>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SILVA, D. E. G. A gramática da pobreza em práticas discursivas de atores sociais: uma perspectiva crítica. In: J.P. PINTO; B.F. FABRÍCIO (orgs.). **Exclusão social microrressistências: a centralidade de práticas discursivo-identitárias**, p. 88-111. Goiânia: Cânone Editorial, 2013.

SILVA, D.E.G. A política da desigualdade no Brasil: adolescentes em situação de rua. In: LARA, G.; LIMBERTI, R. (org.). **Discurso e (des) igualdade social**, p. 79-94. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA. D. E. G.; PARDO ABRIL, N. G. Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva critica transdisciplinaria. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 66-112, 2010.

SILVA, D. E. G.; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica: representações sociais na mídia. In: LARA, G. M.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. **Análises do discurso hoje**, v. 2, p. 265-292. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008.

SILVA, D. E. G.; RAMALHO, V. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. **ALED - Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 8, n. 1, p. 19-40, 2008.

Disponível em: <http://www.portaled.com/es/reflex%C3%B5es-para-uma-abordagem-r%C3%ADtica-dos-g%C3% .>

SOUSA, J.P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. London: Hodder Arnold Publications, 1996.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica**

- na era dos meios de comunicação de massa. Tradução P.A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TINOCO, R. C. **Leitor real e teoria da recepção: travessias contemporâneas**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.
- TODOROV, T. **Literatura y significación**. Barcelona: Planeta, 1974.
- TONKISS, F. Analysing discourse. *In*: SEALE, C. (ed.) **Researching society and culture**. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage, 1998. p. 245-260.
- VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. *In*: PEDRO, E. (org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Ed. Caminho, 1997. p. 169-222.
- VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- VIDESOTT, L. Os Candangos. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 7, p. 21-38, 2008.
- VIDESOTT, L. **Os candangos**. Fotografia 1, 2008.
- VIEIRA, J. A.; SILVESTRE, C. **Introdução à Multimodalidade: contribuições da Gramática Sistêmico-funcional, Análise de Discurso Crítica e Semiótica Social**. Brasília: Cepadic, 2015.
- WODAK, R. Critical discourse analysis. *In*: SEALE, C.; GIAMPIETRO, G.; GUBRIUM, J. F.; DAVID, S. (ed.). **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004. p. 197-213.
- WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Tradução Tomaz Fernández y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.
- WORTHAM, S. **Narratives in action: a strategy for research and analysis**. New York: Teachers College Press. 2001.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

AUTORES

Alessandro Borges Tatagiba - Mestre em Linguística pela UnB, Mestre em Avaliação Educacional pela UFJF, o autor desenvolve, atualmente, sua tese de doutoramento dentro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC, Brasil); professor do GDF e da UaB/UnB.

E-mail: alessandro.borges.tatagiba@gmail.com

Carina A. Lima de Souza - Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília e Mestre em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura – pela Universidade Federal de São João Del Rei. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO, Brasil).

E-mail: carinalima@ifto.edu.br

Denize Elena Garcia da Silva - é Doutora em Linguística Hispânica pela UNAM e professora/pesquisadora Colaboradora Plena na Universidade de Brasília, onde atua desde 1987. Em seus trabalhos de pesquisa e orientação, bem como publicações, conjuga Análise de Discurso Crítica (ADC) e Linguística Sistêmico-funcional (LSF). É fundadora, bem como Bócia Benemerita do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO), além de Presidente Honorária da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED). É vice-líder do Grupo de Pesquisa

Discurso, Pobreza e Identidades (GP-CNPq/UnB), ligado à Rede Latino-americana de Estudos do Discurso da Pobreza – REDLAD –, da qual é sócia fundadora e membro participante desde 2006. No momento atual, dentro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, dedica-se à pesquisa, em nível de doutorado, através do projeto “Discurso, gêneros e identidades: uma abordagem crítica de construções sociosemióticas” (2017/2020).

E-mail: denizelena@gmail.com

Flaviane Faria Carvalho – é Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Lisboa. Suas pesquisas, orientações e publicações concentram-se nas áreas de Semiótica Social, Multimodalidade, Gêneros Textuais e Análise Crítica do Discurso. É Presidente do Conselho Editorial da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas, investigadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília e do Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, onde lecionou como conferencista. Atualmente, é Professora Adjunta, junto ao Curso de Letras da Universidade Federal de Alfenas.

E-mail: flaviane.carvalho@unifal-mg.edu.br

Inês Conde - é doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Portugal; pós-graduada em Estudos Ingleses, com especialização em Estética e Semiótica do Cinema, na Universidade de Aveiro, Portugal; e graduada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses (Ramo de Formação Educacional), na Universidade de Coimbra. É investigadora no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra. De 2013 a 2017, coordenou a licenciatura em Tradução e Interpretação Português-Chinês; e Chinês-Português, lecionada na Escola

Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), do Instituto Politécnico de Leiria (Portugal), no Instituto Politécnico de Macau e na Beijing Language and Culture University. É membro da comissão científica da Licenciatura em Língua Portuguesa Aplicada, do IPLeiria . Na ESECS/IPLeiria, leciona unidades curriculares nas áreas da Análise do Discurso e Multimodalidade, Semiótica e Ensino do Português como Língua Estrangeira. Os seus interesses de investigação são os Estudos de Género, Estudos de Cinema e Representações da Juventude nos Media.

E-mail: ines.seabraconde@gmail.com

Mara Cristina Santos Freitas- Escórcio é Mestra em Linguística (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde atua como pesquisadora permanente junto ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS), no Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares (CEAM). Graduada em Educação pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e docente pela Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF, a autora realizou seus primeiros trabalhos de pesquisa no campo educacional. Atualmente, dedica-se ao estudo do gênero discurso político, bem como a formas de representação de atores sociais em textos. É membro ativo do Grupo de Pesquisa Linguística Sistêmico-Funcional como instrumental teórico-metodológico para análise do discurso (Diretório do CNPq).

E-mail: mara.freitas@gmail.com

Neyla Graciela Pardo Abril - Doutora en Filología e Linguística Espanhola. Profesora titular e pesquisadora na Universidade de Bogotá (Colômbia), junto ao Instituto de Estudos em Comunicação e Cultura – IECO. Coordenadora do Grupo Colombiano de

Análise do Discurso Midiático. Além de Presidente Honorária da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED), é coordenadora da REDLAD na Colômbia de REDLAD.

E-mail: neylapardo@yahoo.com / pardo.neyla@gmail.com

Risalva Bernardino Neves - Mestra e doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Capitão do Exército Brasileiro. Atuou como professora de Língua Portuguesa e Literatura brasileira por mais de 10 anos no Colégio Militar de Brasília. Atualmente, serve no Comando de Operações Terrestres/ Centro de Doutrina do Exército, onde revisa textos. É membro da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED) e do Núcleo de Estudos de Linguagem da UnB.

E-mail: risalvabernardino@hotmail.com

Viviane Faria Lopes é Mestra e doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), onde ministrou cursos de Língua Latina na Graduação. É docente na graduação e na pós-graduação etambém pesquisadora na Universidade Estadual do Goiás (UEG), onde exerce a função de coordenadora do grupo de pesquisa em Saúde Mental. É també professora e orientadora da Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Catalão (UFCat). Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem (NELIS) da UnB e pesquisadora e professora no Instituto de Ensino e Pesquisa em Saúde e Educação (IEPSE) do Instituto de Medicina e Psicologia Integradas (IMPI). Atualmente, é pesquisadora no Laboratório de Neurociência e Comportamento do Departamento de Ciências Fisiológicas (CFS) da Universidade de Brasília. É fundadora do método de ensino “Inteligência Funcional”, e atuante como conferencista em eventos voltados para o referido tema.

E-mail: vivilitteratus@yahoo.com.br

Viviane Vieira é Professora Associada da Universidade de Brasília/ Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas/Programa de Pós-Graduação em Linguística. Doutora e Mestre em Linguística/ Linguagem e Sociedade pela Universidade de Brasília. Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* (Conceito Capes A2); Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS-UnB) e do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o projeto Estudos Críticos do Discurso nas práticas de aprendizagem de Português como língua materna. Publicou os livros *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa* (Vieira, V. & Resende, V. de Melo. Campinas: Pontes, [2011] 2016, 2ed.); *Leitura e produção de texto na universidade* (Resende, V. & Vieira, V. Brasília: UnB, 2014); *Análise de discurso crítica* (Resende, V. de Melo & Ramalho, V. São Paulo: Contexto, [2006] 2016, 3ed.), além de capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais.

E-mail: vivi@unb.br

PRÁTICAS SEMIÓTICO-DISCUR-
SIVAS – TEXTO E IMAGEM NA (RE)
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
foi composto em tipologia Minion
Pro, corpo 12pt e impresso em pa-
pel Paperfect 75g nas oficinas da
THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA.
Acabou-se de imprimir em
agosto de 2019